

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

TESE

**CAMINHOS DA AGROECOLOGIA NA ZONA DA MATA DE MINAS
GERAIS: INTERFACES ENTRE AÇÃO COLETIVA E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Yamira Rodrigues de Souza Barbosa

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO- UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE- CPDA**

**CAMINHOS DA AGROECOLOGIA NA ZONA DA MATA DE MINAS
GERAIS: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS**

YAMIRA RODRIGUES DE SOUZA BARBOSA

Sob a orientação do Professor
Jorge Osvaldo Romano

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do **grau de Doutora em**
Ciências Sociais no Curso de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro

2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238c Barbosa, Yamira Rodrigues de Souza, 1986-
 Caminhos da Agroecologia na Zona da Mata de
 Minas Gerais: Interfaces entre Ação Coletiva e
 Políticas Públicas / Yamira Rodrigues de Souza
 Barbosa. - Rio de Janeiro, 2022.
 180 f.

 Orientador: Jorge Osvaldo Romano.
 Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
 Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
 2022.

 1. movimento social. 2. encaixes institucionais.
 3. transição agroecológica. 4. produção orgânica. 5.
 resiliência. I. Osvaldo Romano, Jorge, 1950-, orient.
 II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
 Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi parcialmente realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior- Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

YAMIRA RODRIGUES DE SOUZA BARBOSA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 30/08/2022.

Prof. Dr. JORGE OSVALDO ROMANO (CPDA/UFRRJ) (Orientador)

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. VALDEMAR ARL

Prof.^a Dr.^a IRENE MARIA CARDOSO (UFV)

Ao Senhor Supremo, meu sol transcendental.

AGRADECIMENTOS

Embora eu tenha sempre pensado em escrever estes agradecimentos, talvez ainda não seja capaz de agradecer devidamente a todos que contribuíram para que este ciclo pudesse chegar ao “fim”.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e aos mestres espirituais fidedignos que nos iluminam com o conhecimento transcendental.

À minha família, em especial minha querida mãe, por todo seu apoio, amor e carinho, ao longo de todos esses anos. Obrigada por ter acreditado e me incentivado nos estudos desde criança, pelos sacrifícios que fizeste para que eu pudesse estudar e por aceitar e entender os caminhos que precisei trilhar nesta jornada da vida.

Ao meu pai, *in memoriam*.

À minha irmã, meu cunhado e aos meus queridos sobrinhos, pelo apoio e afeto.

À nossa pequena “branquinha”, integrante de quatro patas, e longas orelhas, da família.

Aos amigos e amigas de longa data e aos novos amigos e amigas, por seu afeto e por me acompanharem, de alguma maneira, ao longo das décadas e dos anos. Embora não nomeie a cada um/a de vocês, sei que, se lerem essas palavras, sentirão em seus corações que estão aqui incluídos/as.

Ao meu querido orientador Jorge Romano, pela confiança e apoio ao longo destes anos de doutorado. Sou especialmente grata aos momentos em que precisei tomar difíceis decisões.

À professora Claudia Job Schmitt, por me acompanhar ao longo destes anos de mestrado e doutorado. Obrigada pelo incentivo e apoio desde o início desta pesquisa.

A todas as pessoas que participaram desta pesquisa, de maneira presencial ou remota, direta ou indiretamente, se disponibilizando a doar tempo e energia para me conceder entrevistas e outras informações que tornaram esta pesquisa possível.

À Solange e Nilson e à Milce, por me acolherem com tanta hospitalidade em suas casas.

Às queridas professoras Claudia Job Schmitt e Leonilde Servolo de Medeiros, por suas sugestões durante a qualificação de mestrado. Agradeço também pelas valiosas contribuições durante a banca de defesa.

Ao estimado Valdemar Arl, a quem muito admiro, e com quem comecei a aprender sobre agroecologia. Obrigada por participar da banca de defesa e por suas ricas contribuições.

À professora Irene Cardoso, por sua generosidade, e por ter se disponibilizado a participar da pesquisa. Obrigada participação na banca de defesa, pela leitura atenta da pesquisa e pelas

importantes sugestões.

À Nadja, querida, pelo apoio e disponibilidade em ler partes do trabalho, no estilo “pré defesa”, não deixando a nossa dinâmica de “banquinha”, instituída no mestrado, perecer.

A todos/as os/as docentes do CPDA, especialmente os que tanto contribuíram e que ainda vêm contribuindo para a minha formação acadêmica e profissional ao longo dos últimos nove anos.

A todos/as os/as colegas do CPDA, especialmente os/as colegas da turma de doutorado, pelas reflexões e contribuições para o delinear inicial da pesquisa.

A todos/as os/as funcionários do CPDA, especialmente à Ana Lídia, que sempre me auxiliou nos trâmites da instituição, e à Fernanda.

Às/aos colegas do IFB, pelo apoio durante os últimos anos, em que tive que conciliar o trabalho docente com a pesquisa de doutorado. Obrigada especialmente à Nil, Dayla, Henrique, Gizele, Emilson e Luiz, que me auxiliaram nesta difícil reta final.

Por fim, ao apoio da UFRRJ, no custeio das despesas de uma das viagens para pesquisa de campo, e à CAPES, que me concedeu uma bolsa de estudos durante os dois primeiros anos do doutorado.

RESUMO

BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **Caminhos da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais: Interfaces entre Ação Coletiva e Políticas Públicas**. 2022. 180p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a atuação do movimento agroecológico na Zona da Mata Mineira no processo de institucionalização de políticas públicas de apoio à agroecologia no país, a partir da ótica de encaixes institucionais, proposto por LAVALLE et al. (2018). Os principais instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram a revisão bibliográfica e documental sobre os temas, além da realização de entrevistas com atores chave. Os dois principais eixos teóricos da pesquisa se encontram no campo da Sociologia Política, especialmente na literatura sobre a relação entre Estado e movimentos sociais, e no campo da Agroecologia. O movimento agroecológico da Zona da Mata surgiu no final dos anos 1980, a partir da criação do CTA em articulação com um conjunto de STR que surgiram na região, tendo se consolidado nos anos 1990. O movimento contribuiu para a criação de encaixes institucionais como a PNAPO, PEAPO/MG e o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata, o qual marca o reconhecimento da atuação do movimento agroecológico na região. Embora a pandemia tenha dificultado os processos em torno da implementação do Polo, uma das ações que vêm sendo desenvolvidas refere-se à construção de um SPG na região. Percebe-se que o debate em torno da produção e da certificação orgânica tem contribuído para dinamizar as atividades do movimento, inclusive ao resgatar a importância de uma articulação regional de apoio à comercialização, embora existam ainda muitos desafios para apoiar os processos de transição agroecológica. Apesar da importância do cultivo de café na região, as discussões sobre gênero e agroecologia, que começaram a ganhar espaço a partir de meados dos anos 2000, vêm contribuindo para fomentar a valorização da produção de alimentos realizada pelas mulheres nos quintais. Esse trabalho gera renda, mesmo que de maneira indireta, como as cadernetas agroecológicas vêm mostrando, sendo, portanto, fundamental para a manutenção das famílias e para o avanço no processo de transição agroecológica. No contexto da pandemia de Covid-19 e no cenário mais amplo de desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia, o fortalecimento da atuação em rede, aliado ao apoio parlamentar tem sido fundamental para a resiliência do movimento agroecológico na região da Zona da Mata. Este vem conseguindo, seja por meio de encaixes institucionais, seja para além deles, ampliar o seu repertório de ação e mobilização, possibilitando fortalecer a agroecologia na região.

Palavras-chave: movimento social, encaixes institucionais, transição agroecológica, produção orgânica, resiliência.

ABSTRACT

BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. **Paths of Agroecology in the Zona da Mata of Minas Gerais: Interfaces between Collective Action and Public Policies**. 2022. 180p. Thesis (Doctorate in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

The general objective of the research was to analyze the performance of the agroecological movement in the Zona da Mata Mineira in the process of institutionalization of public policies to support agroecology in the country, from the perspective of institutional fittings, proposed by LAVALLE et. al. (2018). The main instruments used to carry out the research were a bibliographical and documentary review on the themes, in addition to conducting interviews with key actors. The two main theoretical axes of the research are found in the field of Political Sociology, especially in the literature on the relationship between the State and social movements, and in the field of Agroecology. The agroecological movement in the Zona da Mata emerged in the late 1980s, from the creation of the CTA in conjunction with a set of STRs that emerged in the region, having consolidated in the 1990s. The movement contributed to the creation of institutional arrangements such as the PNAPO, PEAPO/MG and the Agroecological and Organic Production Pole in the Zona da Mata region, which marks the recognition of the performance of the agroecological movement in the region. Although the pandemic hampered the processes surrounding the implementation of the Pole, one of the actions that have been developed refers to the construction of an SPG in the region. It is noticed that the debate around organic production and certification has contributed to streamline the movement's activities, including by rescuing the importance of a regional articulation to support commercialization, although there are still many challenges to support agroecological transition processes. Despite the importance of coffee cultivation in the region, discussions on gender and agroecology, which began to gain ground in the mid-2000s, have contributed to promoting the appreciation of food production carried out by women in backyards. This work generates income, even if indirectly, as the agroecological notebooks have shown, and is, therefore, fundamental for the maintenance of families and for the advancement of the agroecological transition process. In the context of the Covid-19 pandemic and in the broader scenario of dismantling public policies for family farming and agroecology, the strengthening of networking, combined with parliamentary support, has been fundamental for the resilience of the agroecological movement in the Zona da Zona region. This has managed, whether through institutional arrangements or beyond them, to expand its repertoire of action and mobilization, making it possible to strengthen agroecology in the region.

Key words: social movement, institutional fit, agroecological transition, organic production, resilience.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos municípios de Muriaé, Espera Feliz e Divino.....	38
Tabela 2: Perfil dos estabelecimentos agropecuários dos municípios de Muriaé, Espera Feliz e Divino.....	39

LISTA DE FIGURAS

Figure 1: As cidades da Zona da Mata influenciadas por Guido Thomaz Marlière.....	30
Figure 2: Mapa que mostra os fluxos de reocupação da Zona da Mata no século XIX.....	32
Figure 3: Delimitação das microrregiões da Zona da Mata de Minas Gerais.....	36
Figure 4: Comparação da produção agrícola entre os municípios.....	40
Figure 5: Localização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.....	56
Figure 6: Casa construída com apoio do Programa Minha Casa Minha Vida.....	65
Figure 7: Modelo da caderneta agroecológica.....	100
Figure 8: Área com cultivo de café e banana em Divino, na comunidade Vargem Grande. .	121
Figure 9: Vista da Feira Agroecológica de Muriaé, na Praça do Trabalhador.....	128
Figure 10: Feira Agroecológica na Praça São Paulo, em Muriaé.....	128

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMA - Articulação Mineira de Agroecologia
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ASPTA - Assessoria ao PTA
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CEDRAF-MG - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDRAF- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA-MG - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
COOFELIZ - Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz
COOPAF - Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária
COOPFAM - Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região
CPORG-MG - Comissão de Produção Orgânica de Minas Gerais
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRESOL - Cooperativa Central de Crédito com Interação Solidária
CTA - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EBAA- Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EFA - Escola Família Agrícola
EMATER - Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER-MG - Empresa Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENA - Encontro Nacional de Agroecologia

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa

FAEAB - Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETRAF- MG Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

GAAV - Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa

IBD - Instituto Biodinâmico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IF - Instituto Federal

IFPR - Instituto Federal do Paraná

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LICENA - Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MOBON - Movimento da Boa Nova

NEA - Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica

NEAP - Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri

NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

OCS - Organizações de Controle Social

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PANC - Plantas Alimentícias Não Convencionais

PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PEAPO/MG - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Minas Gerais

PEC - Plano Estratégico do Café

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PESB - Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PFA - Programa de Formação de Agricultores(as)
PFM - Programa de Formação de Monitores
PJR - Pastoral da Juventude Rural
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONARA - Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PT - Partido dos Trabalhadores
PTA - Projeto Tecnologias Alternativas
REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
SEDA - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG - Sistema Participativo de Garantia
SPG-ZM - Sistema Participativo de Garantia da Produção Orgânica da Zona da Mata
STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Referencial teórico.....	18
Estrutura da tese.....	26
CAPÍTULO I: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS.....	28
1.1 A Zona da Mata Mineira: algumas considerações.....	28
1.1.1 As microrregiões de Viçosa e Muriaé.....	36
1.2 Movimentos sociais e tecnologias alternativas: a criação do CTA.....	41
1.3 Das tecnologias alternativas à agroecologia: a consolidação do CTA a partir dos anos 1990.....	50
CAPÍTULO II AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUÇÕES, LIMITES E DESAFIOS.....	62
2.1 Agricultura familiar e agroecologia na agenda de políticas públicas.....	62
2.2 A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.....	66
2.3 A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Minas Gerais.....	73
2.4 Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata.....	85
CAPÍTULO III EXPERIÊNCIAS DE PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA NA ZONA DA MATA MINEIRA: ARTICULAÇÕES, ESTRATÉGIAS E DESAFIOS.....	94
3.1 Gênero e agroecologia: construções e tensões.....	94
3.2 Interfaces entre agroecologia, pesquisa, ensino e extensão.....	107
3.3 Agroecologia e produção orgânica: de tensões a alianças?.....	117
3.3.1 Transição agroecológica: dilemas e desafios.....	129
CAPÍTULO IV RESILIÊNCIA: UMA CATEGORIA PARA ANALISAR O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NA ZONA DA MATA MINEIRA?.....	140
4.1 O conceito de resiliência: breves aproximações teóricas.....	140
4.2 Movimento agroecológico na Zona da Mata: um caso de resiliência?.....	143
4.2.1 A pandemia de Covid-19: um teste de resiliência?.....	149
4.3 Agroecologia: saúde, amor à natureza, fé.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
ANEXO I.....	176
ANEXO II.....	178
ANEXO III.....	180

INTRODUÇÃO

O trajeto trilhado ao longo desta pesquisa permitiu conhecer um pouco mais sobre as dinâmicas de construção da agroecologia na região da Zona da Mata. Embora tenha havido momentos em que o caminhar se fez mais lento e árduo, em outros fluiu com maior facilidade. Ao resgatar o histórico de construção desta pesquisa, é possível perceber que, apesar dos esforços, o que apresentamos aqui é apenas um olhar sobre esta trajetória, o qual é passível de limitações, considerando as circunstâncias impostas durante a realização da pesquisa.

A motivação que deu origem à tese foi o interesse em compreender melhor os processos de institucionalização da agroecologia no Brasil, que tiveram como marco a criação, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). A ideia inicial era analisar os processos de construção das políticas estaduais de apoio à agroecologia e produção orgânica no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, estados pioneiros na construção dessas políticas. Por fim, no primeiro ano do doutorado, o foco da pesquisa limitou-se ao caso de Minas Gerais, com o objetivo de buscar compreender como se deu o processo de criação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), instituída por meio da Lei nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014, buscando mapear possíveis efeitos e impactos no apoio ao desenvolvimento da agroecologia no estado.

O interesse pela agroecologia, no entanto, é mais antigo. O encontro mais direto com a agroecologia ocorreu no âmbito da experiência de trabalho no Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), em Laranjeiras do Sul, no Paraná, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre 2011 e 2013, a realização de um curso de especialização em agroecologia no Instituto Federal do Paraná (IFPR) permitiu uma maior aproximação teórica com a temática. No mestrado, já no CPDA/UFRRJ, na pesquisa sobre o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Oeste de Santa Catarina, foi possível perceber como a construção da agroecologia nessa região está ligada à história de organização das mulheres, em sua busca por direitos, resgate de saberes tradicionais e valorização da cultura camponesa.

Nesse sentido, a experiência de trabalho e de pesquisa já conduziam, de certa maneira, à busca em compreender melhor as interconexões entre agroecologia, movimentos sociais e políticas públicas, as quais se tornaram o objeto de pesquisa desta tese. Embora inicialmente a ideia fosse analisar o processo de criação da PEAPO/MG, a entrada no campo¹ permitiu

¹ A qual ocorreu junto à professora Claudia Job Schmitt, que foi convidada para participar de um estudo comparativo sobre os processos de construção e implementação das PEAPOs nos estados federados do Brasil,

ampliar o foco da pesquisa, a qual teve como objetivo geral analisar a trajetória do movimento agroecológico na Zona da Mata Mineira², considerando as suas relações com o processo de construção e implementação de políticas públicas de apoio à agroecologia.

Algumas questões que nos interessam são: Como ocorreu o surgimento do movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais? Como este contribuiu para a construção de políticas públicas de apoio à agroecologia e quais os limites e efeitos dessas políticas? Quais experiências foram importantes para a consolidação da agroecologia na Zona da Mata Mineira? Quais estratégias têm sido acionadas pelo movimento no contexto de desmonte de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e agroecologia e no contexto da pandemia de Covid-19?

No que se refere à escolha do lócus da pesquisa, sabemos que Minas Gerais destaca-se pela presença da agricultura familiar. Segundo FORTINI (2021), Minas Gerais é o estado da região Sudeste com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar e o segundo do país: são 441.456³ estabelecimentos. Destes, 18,4% estão situados no Sul/ Sudoeste de Minas; 17,4% no Norte de Minas e 15,5% na Zona da Mata. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que 72,7% dos estabelecimentos rurais de Minas Gerais são de agricultores familiares, os quais ocupam 26,2% da área total explorada pela atividade agropecuária. Em comparação aos Censo Agropecuário de 2006, houve queda de 8,3 % na proporção de estabelecimentos da agricultura familiar no estado, próximo à queda observada na proporção de estabelecimentos da agricultura familiar do Brasil, que foi de 8,9 %.⁴

promovida pela Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina (Rede PP-AL). Nós analisamos o caso da PEAPO de Minas Gerais, que resultou no texto “A construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em Minas Gerais: interações Estado-Sociedade na institucionalização da agroecologia”, publicado no livro Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. 1ed. Curitiba-PR: CRV, 2019, v. 1. Sem dúvida, a entrada no campo foi facilitada, já que ocorreu junto a uma professora conhecida por muitas das pessoas que entrevistamos. Por outro lado, não podemos negar que isso também impediu pensar em outras rotas de entrada no campo, que poderiam ter gerado outras narrativas e/ou perspectivas sobre os processos analisados. 2 Até a qualificação, havia perspectiva de realizar uma análise a nível estadual, buscando conhecer experiências promovidas por algumas organizações que compõem a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). No entanto, devido aos limites impostos por questões profissionais e pela pandemia de Covid-19, foi preciso reduzir a amplitude do estudo e optou-se em focar na região da Zona da Mata.

3 Vale destacar que existe grande discrepância com relação aos números de estabelecimentos da agricultura familiar quando utilizamos dados provenientes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG), por exemplo. Segundo GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2014), o número de estabelecimentos familiares no estado era de 866.333, dos quais 14,04% na Zona da Mata.

4 Dentre as possíveis explicações estão as mudanças metodológicas quanto à definição dos estabelecimentos da agricultura familiar ocorridas no Censo Agropecuário de 2017, as quais foram necessárias para se ajustar às mudanças que ocorreram nos critérios relacionados à mão de obra familiar e à renda, da Lei nº 11.326 da Agricultura Familiar. Assim, alguns estabelecimentos rurais deixaram de ser considerados como de agricultura familiar. A ocorrência do predomínio de atividades fora do estabelecimento na composição da renda familiar e o crescimento do uso de mão de obra contratada também ocasionaram a diminuição de estabelecimentos

A escolha de Minas Gerais para sediar o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que ocorreu na cidade de Belo Horizonte, entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2018, remetia à histórica mobilização de organizações sociais representantes da agricultura familiar e da agroecologia no estado. Convocado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o lema do encontro “Agroecologia e democracia unindo campo e cidade”, destacava os trinta anos da Constituição Federal de 1988, buscando alertar a sociedade para o período de desconstrução de direitos e fortalecer o diálogo entre campo e cidade por meio da agroecologia.

A participação no IV ENA deu início a uma série de pequenas viagens à Minas Gerais, realizadas entre 2018 e 2022. As primeiras entrevistas na Zona da Mata foram realizadas no final de janeiro de 2020, após ser contemplada com recursos da universidade para a realização da pesquisa de campo. Diante da pandemia de Covid-19, foram realizadas algumas entrevistas de maneira remota, entre julho e agosto de 2021, e somente no final de setembro de 2021 foi possível voltar a campo.

Os principais instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram a revisão bibliográfica e documental sobre movimentos sociais, ação coletiva, políticas públicas e agroecologia, além da realização de entrevistas com atores chave. Foram entrevistadas em torno de 24 pessoas - sendo aproximadamente 20 da Zona da Mata - que atuam ou atuaram no Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA⁵) e em outras ONGs e instituições de ensino e extensão, além de agricultores e agricultoras⁶, como podemos visualizar no Anexo III.

Nesse sentido, é preciso ressaltar alguns dos limites da pesquisa, dentre eles o limitado número de informantes. Além disso, embora utilizemos a região Zona da Mata como locus da pesquisa, não foi possível incluir informações que pudessem, de fato, abranger toda a região. Sendo assim, foram selecionados três municípios e algumas experiências nesses municípios. Logo, é possível que especificidades de outras experiências em outros municípios limitem a nossa análise de análise, ainda que alguns aspectos sejam mais amplos, relativos ao contexto geral da região.

Referencial teórico

enquadrados como sendo de agricultura familiar (FORTINI, 2021).

5 Ao longo da tese optamos em usar a sigla CTA e não CTA-ZM.

6 Em alguns casos, atuam em cargos na gestão de cooperativas da região.

Os dois principais eixos teóricos da pesquisa se encontram no campo da Sociologia Política, especialmente na literatura sobre a relação entre Estado e movimentos sociais, e no campo da Agroecologia. Como rede informal, que reúne vários indivíduos e organizações (DIANI & BISON, 2010), um movimento social expressa um conflito que ultrapassa os limites do sistema de relações em que a ação coletiva ocorre e possui forte conotação cultural, que gera uma identidade⁷ coletiva resultante das relações entre os atores (MELUCCI, 2001).

Os movimentos sociais podem ser definidos como um ator político coletivo de caráter mobilizador que persegue objetivos de mudança através de ações e que para tanto atua com certa continuidade, através de um alto nível de integração simbólica e um baixo nível de especificação de papéis e que se nutre de formas de ação e organização variáveis. Portanto, *um movimento social é um agente de influência e persuasão que desafia as interpretações dominantes sobre diversos aspectos da realidade* (IBARRA et al., 2002, p. 29-30, grifo nosso).

Para TARROW (2009), qualquer mudança social exige a transformação de um quadro interpretativo por meio de um trabalho de caráter cognitivo e avaliativo, que identifica descontentamentos e os traduz em reivindicações, estimulando ou criando energia emocional. “São atividades centrais dos movimentos sociais inserir os descontentamentos em quadros interpretativos amplos que identificam uma injustiça, responsabilizar outros por ela e propor soluções” (TARROW, 2009, p. 145):

Uma tarefa fundamental dos movimentos sociais é nos convencer que as indignidades da vida não estão escritas nas estrelas, mas podem ser atribuídas a algum agente, e que podem mudar por meio da ação coletiva. Por isso, a atividade chave dos movimentos sociais consiste em registrar queixas em marcos globais que identifiquem a injustiça, atribuir responsabilidades e propor soluções a partir de um tipo de discurso que incite à ação (IBARRA et al., 2002, p. 47).

Nem toda ação coletiva que explicita um determinado conflito pode ser considerada um movimento social, afinal “a carência por si só não produz movimento social. O movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 508). Segundo SNOW e BENFORD (2000), os atores criam sentidos, significados e redes a partir de um processo permanente de caráter cultural denominado enquadramento interpretativo ou

⁷ Essa noção de identidade se assemelha à proposta por HALL (2006), para quem a identidade pode ser vista como um processo em andamento, nunca acabado: “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’, a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2006, p. 39).

framing:

Isso denota um fenômeno ativo e processual que implica ação e contenção no nível da construção da realidade. É ativo no sentido de que algo está sendo feito e processual no sentido de um processo dinâmico e em evolução. Implica agência no sentido de que o que está evoluindo é o trabalho de organizações de movimentos sociais ou ativistas de movimentos. E é controverso no sentido de envolver a geração de quadros interpretativos que não apenas diferem dos existentes, mas que também podem desafiá-los. Os produtos resultantes dessa atividade de enquadramento são chamados de quadros de ação coletiva (SNOW e BENFORD, 2000, p. 614).

Entre a bibliografia que analisa os movimentos sociais, existe a perspectiva da *contentious politics*, desenvolvida por autores como McADAM et. al (2001) (2009), cujo foco está voltado para a compreensão dos processos de constituição, mobilização e desmobilização de novos atores políticos, em que a ação coletiva baseada no confronto ganha ênfase.

Apesar de sua importância, especialmente quando a escala de análise é mais ampla e longa, autoras como ABERS & BÜLLOW (2011), ressaltam a necessidade de desconsiderar o Estado como um bloco homogêneo e reconhecer a existência de “redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais (ABERS & BÜLLOW, 2011, p. 64)”. Segundo ABERS e BÜLLOW (2011), a conexão entre atores de movimentos sociais e atores estatais possibilita que aqueles alcancem os seus objetivos a partir do Estado.

Nessa perspectiva, sem deixar de considerar que atuar a partir do Estado nem sempre simboliza o fim do caráter contencioso, podemos nos questionar sobre como os movimentos sociais vêm lidando com a questão da institucionalidade de suas demandas, devido à possibilidade de contribuir no processo de criação e implementação de políticas públicas, já que conforme DAGNINO (2004) ressalta, houve nos anos 1990 um trânsito da sociedade civil para o Estado, alterando as relações das décadas anteriores, marcadas pelo confronto e antagonismo.

A noção de encaixes institucionais e domínios de agência, proposta por LAVALLE et. al. (2018), podem auxiliar na compreensão da institucionalização das demandas dos movimentos sociais, já que estes “estão em primeira instância comprometidos com a defesa de agendas substantivas e a institucionalização é um recurso para fazer avançar tais agendas e protegê-las das contingências da política” (LAVALLE et. al., 2018, p. 42).

É importante ressaltar que existem diversas formas de ação, que dependem das

oportunidades e ameaças políticas, sendo que a institucionalização não deve ser vista como resultado da desmobilização e/ou cooptação dos movimentos sociais. O encaixe institucional é definido como sedimentações dos processos de interação com o Estado, como instrumentos, leis, programas, instâncias, órgãos, e que permitem ampliar a capacidade de agir dos atores sociais. O encaixe é tanto o resultado desses processos de interação como o artefato institucional propriamente dito (LAVALLE et. al., 2018).

As capacidades de agir revelam o aprendizado dos atores sociais, sua expertise e saber para operar políticas específicas, atuar como incubadores de instrumentos de políticas e interagir com o modus operandi da administração pública, sendo igualmente forjadas em processos pretéritos de interação socioestatal e de institucionalização (LAVALLE et. al., 2018, p. 56).

Do ponto de vista analítico, os conceitos de encaixe e de domínio de agência prolongam nossa capacidade de observar a atuação de movimentos sociais em interação com o Estado. De um lado, permitem resistir à aplicação precipitada das sequências analíticas de mobilização – institucionalização – desmobilização ou de autonomia – institucionalização – cooptação, ao inserir um instrumental analítico capaz de perceber as engrenagens dessa institucionalização e as lentas transformações do e no movimento (DOWBOR, 2018, p. 92).

Uma das diferenças entre repertório de ação e encaixe institucional é que os encaixes estão ligados ao acesso às instituições, enquanto o repertório se refere às formas extrainstitucionais de atuação, como os protestos. Além disso, do ponto de vista da análise, o conceito de repertório enfatiza o caráter histórico dos movimentos sociais, a diversidade ou legitimidade de suas ações, já o conceito de encaixe se volta para o grau de influência dessas ações nos processos decisórios (DOWBOR, 2018).

Os encaixes emergem como sedimentações das interações socioestatais e mobilização a ação dos atores sociais, que adquirem alguma vantagem ou grau de agência. Os encaixes podem ser horizontais ou verticais, a depender de suas especificidades e nível hierárquico em que operam. Essa consideração dos diferentes níveis de articulação permite reconhecer quando há domínios de agência, ou seja, quando há encaixes de maior alcance e potência (LAVALLE et. al., 2018). “Quanto maior o nível de autoridade em que ocorre a institucionalização, menor a contingência dos interesses resguardados pela mesma” (LAVALLE et. al., 2018, p. 50).

Três tipos de mecanismos atuam na construção dos encaixes institucionais, ainda que não sejam seus determinantes causais. Além dos mecanismos institucionais, propriamente

dito, existem mecanismos relacionais e mecanismos sociais. Os primeiros representam os vínculos estabelecidos entre as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais com suas redes de apoio⁸. Já os mecanismos sociais representam as capacidades de ação dos atores sociais para construir encaixes institucionais e domínios de agência, evidenciadas nas formas organizacionais e nos repertórios de ação coletiva que são acionados nas interações socioestatais (LAVALLE et. al., 2018).

O outro eixo teórico que orienta a pesquisa refere-se à abordagem da agroecologia, a qual pode ser vista sob diferentes ângulos. Autores como ALTIERI & NICHOLLS (2000) destacam que a agroecologia provê as bases ecológicas para a conservação da biodiversidade na agricultura, além de restabelecer o balanço ecológico dos agroecossistemas, de maneira a alcançar uma produção sustentável. A agroecologia possui uma dimensão ampla e complexa e seus princípios se baseiam não apenas em aspectos técnicos de produção, mas em variáveis sociais, culturais, ambientais, políticas, econômicas e éticas, possibilitando assim alcançar uma agricultura sustentável (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

“A agroecologia pode ser melhor descrita como uma abordagem que integra concepções e métodos de diversas outras áreas do conhecimento e não como uma disciplina específica” (HECHT, 2002, p.31). O pensamento agroecológico é marcado pela influência de diversas correntes, como as ciências agrícolas, o ambientalismo, a ecologia, os sistemas indígenas de produção e os estudos do desenvolvimento rural, com destaque para as pesquisas sobre a Revolução Verde e transferência de tecnologias (HECHT, 2002).

A ideologia da modernização agrícola buscou difundir valores positivos da Revolução Verde e legitimar perante a sociedade as transformações necessárias a serem adotadas na agricultura. Tal papel coube à ciência, e para tanto foi necessário deslegitimar o conhecimento não científico negando o papel dos agricultores como detentores de conhecimento expropriando o saber-fazer das comunidades rurais, tornando-as dependentes das tecnologias e imobilizando suas capacidades autônomas de inovação local (PETERSEN; KESSLER; CAPORAL, 2009).

Segundo PETERSEN; KESSLER; CAPORAL (2009), é preciso desmistificar a ciência enquanto atividade social desprovida de seus contextos político-ideológico e cultural.

⁸ Isso inclui as redes de ativismo do movimento e de articulação dos atores sociais e organizacionais na defesa de demandas compartilhadas em relação a determinado setor de política, bem como as alianças ou coalizões com instituições do executivo, legislativo e do sistema de justiça, partidárias, religiosas e organismos internacionais – constituídas ao longo do tempo frente a oportunidades de influir no processo político. Em processos de interação socioestatal, a formação de redes de movimento e de redes de apoiadores, o papel de intermediação, coordenação e articulação de brokers, potencializam a influência dos atores coletivos na política pública, condicionando a construção de domínios de agência (LAVALLE et. al., 2018, p. 55).

Se houve uma dinâmica de retroalimentação entre ciência e desenvolvimento de mercados agrícolas que foi fundamental para o modelo de produção de alimentos dominante, para promover mudanças nesse modelo é preciso uma ruptura na base técnico-científica fundada na Revolução Verde e na crença da “inviabilidade do campesinato como base social da agricultura contemporânea” (PETERSEN; KESSLER; CAPORAL, 2009, p. 92). Assim:

Como praticantes de um enfoque científico que questiona verdades estabelecidas tanto nas ciências agrárias (a possibilidade de controle da natureza) quanto nas ciências sociais (a inviabilidade da agricultura camponesa), os agroecólogos encontram-se diante de um duplo desafio: o aprimoramento das bases conceituais e metodológicas para a promoção do diálogo entre a sabedoria popular e o saber científico; e a atuação política no sentido de promover transformação nas instituições científico-acadêmicas que permanecem aferradas ao paradigma técnico e metodológico disseminado pela Revolução Verde (PETERSEN; KESSLER; CAPORAL, 2009, p. 93-94).

A partir do final dos anos 70, diversas organizações sociais envolvidas na luta pelo fim da ditadura no país incorporaram aos debates os impactos causados pela Revolução Verde, questionando o modelo de desenvolvimento agrário para o Brasil (BRANDENBURG, 2002; ALMEIDA, 2002; PETERSEN; KESSLER; CAPORAL, 2009). A agroecologia não é um modo de produção contrário ao modelo proposto pela Revolução Verde, que adota práticas que resultam na oferta de produtos ecológicos, pois a simples substituição de insumos químicos por orgânicos não garante o caráter de uma agricultura ecológica. A agroecologia visa apoiar a mudança do modelo de produção convencional para estilos de agriculturas de base ecológica, que deve ser feita de modo gradual através da transição agroecológica, sendo fundamental a mudança de valores e atitudes dos atores sociais envolvidos no manejo e na conservação dos recursos naturais (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

Embora para autores como WEZEL et. al. (2009) exista uma confusão na utilização do termo agroecologia, o qual pode se apresentar como movimento, ciência e prática, e que no Brasil, o termo seja empregado para se referir a movimento e/ou prática, o estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) define agroecologia como “ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões” (ABA, 2015, p. 1).

A agroecologia se inicia no Brasil como um movimento, tendo sido influenciado pelo movimento de agricultura alternativa, no final dos anos 1970. Mas foi, sobretudo, a partir do início dos anos 2000 que surgiu uma entidade de caráter nacional que contribuirá para a sua consolidação. Em 2002, foi realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e em seguida foi criada a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), com o objetivo de ampliar e dar visibilidade política às diversas experiências de agroecologia em curso espalhadas pelo Brasil.

A partir do final dos anos 1990, teve início a introdução da perspectiva agroecológica nas instituições científicas brasileiras pelo aporte de profissionais com formação específica no exterior, muitos dos quais fizeram parte antigos grupos de agricultura alternativa, permitindo interações entre academia, movimentos sociais e ONGs. A realização dos Seminários Estaduais e Internacionais de Agroecologia em Porto Alegre foram essenciais para a inserção da Agroecologia no âmbito acadêmico. Com o objetivo de ampliar a sua legitimação acadêmica foram criados cursos de Agroecologia ou próximos ao enfoque agroecológico em instituições públicas de ensino (PETERSEN; KESSLER; CAPORAL, 2009).

Em 2003, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), derivado dos Seminários Estaduais de Agroecologia realizados pela EMATER/RS entre 1999 e 2002; em 2004, foi constituída a ABA, a qual passou a editar a Revista Brasileira de Agroecologia a partir de 2006 (LUZZI, 2008). A ABA é uma associação sem fins lucrativos, de caráter cultural e técnico-científica que visa promover a agroecologia em suas diferentes dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, política e ética) (ABA, 2015):

A ABA-Agroecologia tem por finalidade incentivar e contribuir para a produção de conhecimentos técnico-científicos no campo da AGROECOLOGIA, de forma integrada ao saber popular, aprofundando as discussões e estudos sobre os sistemas agroalimentares em todas as suas complexidades, escalas e dimensões, desde a produção ao consumo, bem como contribuir na elaboração e implantação de políticas públicas, visando a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social (ABA, 2015, p.1).

A articulação entre movimento, ciência e prática é um dos aspectos que permitiram o engajamento de uma série de atores na construção da agroecologia no Brasil:

A criação da ANA – articulando ONGs e os movimentos sociais rurais – e da ABA – articulando profissionais do meio científico e acadêmico – fortaleceram o debate agroecológico, aumentando a legitimidade política da

agroecologia. A construção destas instâncias nacionais de articulação representa um grande avanço para o movimento agroecológico. Estas redes de articulação conseguiram agregar uma ampla diversidade de atores sociais e de interesses em torno do tema agroecologia, buscando ao mesmo tempo estimular a promoção de experiências de inovação agroecológica e construir as convergências para a construção de um novo projeto de desenvolvimento rural (LUZZI, 2008, p. 27).

Como resultado dessa articulação, o movimento agroecológico contribuiu no processo de institucionalização de políticas públicas de apoio à agroecologia no país. Esse processo, por sua vez, teve início no contexto da vitória de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002. Segundo entrevistados, após o I ENA, a ANA organizou diversos Grupos de Trabalho (GT) para debater e incidir nas políticas do novo governo, que tinha como um de seus programas de governo o combate à fome, o que oportunizou a criação e consolidação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

Segundo Gabriel, engenheiro agrônomo, integrante do GT Biodiversidade da ANA e técnico do CTA, a eleição de Lula foi vista como uma oportunidade para avançar no fortalecimento da agroecologia, de forma a possibilitar a ampliação das experiências locais e regionais que vinham acontecendo desde os anos 1980:

A própria ANA nasce nesse contexto [2002, na expectativa da eleição de Lula], depois do I ENA, já com o governo mais aberto à participação social nas políticas [...] a base que as organizações tinham construído de experiências concretas, da década de 80 pra cá, seriam a nossa grande referência para propor políticas federais para agroecologia. [...] Então, sempre teve uma certa conexão do local para o nacional e [...] tem toda a questão das milhares de conferências que ajudaram a formatar as políticas e que essas políticas voltariam para os territórios, que na nossa leitura inspiraram essas políticas (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

Segundo KINGDON (2006), quando uma situação passa a ser definida como problema suas chances de se tornarem prioridade na agenda governamental são maiores. Porém a formação da agenda e a alta ou baixa importância concedida a determinados temas está conectada ao contexto político. “Um novo governo, por exemplo, muda as agendas completamente ao enfatizar as suas concepções dos problemas e suas propostas e, torna bem menos provável que assuntos que não estejam entre as suas prioridades recebam atenção” (KINGDON, 2006, p. 229).

A institucionalização da agroecologia é vista de maneira crítica por autores como GIRALDO & ROSSET (2014), que alertam para uma “encruzilhada” e uma disputa entre dois tipos de agroecologia: “una, estrechamente técnica, cientificista e institucional, y la otra,

la de los pueblos, profundamente política que aboga por la justicia distributiva y el replanteamiento total del sistema alimentario” (GIRALDO & ROSSET, 2014, p. 17).

Não descartamos o caráter contestatório do movimento agroecológico, ligado à perspectiva da transformação social e do modo de produção, porém, estamos priorizando em nossa análise as dinâmicas em torno dos processos de institucionalização da agroecologia. Nesse sentido, podemos analisar a atuação do movimento agroecológico no processo de institucionalização de políticas públicas de apoio à agroecologia no país a partir da ótica de encaixes institucionais, proposto por LAVALLE et. al. (2018).

Estrutura da tese

A tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, partimos de reflexões históricas sobre a região para entender a presença da agricultura camponesa nesse território. Abordamos alguns fatores relacionados ao movimento de agricultura alternativa, o qual está relacionado à criação do CTA no final dos anos 1980. Além disso, apresentamos alguns elementos envolvidos no processo de consolidação da agroecologia entre os anos 1990 e início dos anos 2000, quando foram criados alguns encaixes institucionais significativos.

No segundo capítulo, buscamos caracterizar alguns processos relacionados à institucionalização de políticas públicas de apoio à agroecologia, para entender como o movimento agroecológico contribuiu para a construção de políticas de apoio à agroecologia, além de identificar limites e desafios na estruturação desses encaixes institucionais. Para abarcar as relações entre diferentes escalas de análise, foram selecionadas a PNAPO, a PEAPO/MG e o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata.

No capítulo três, apresentamos algumas experiências de promoção à agroecologia na região da Zona da Mata, buscando valorizar mais o repertório de ações do que os encaixes institucionais que o movimento ajudou a arquitetar. As experiências selecionadas se relacionam à incorporação da temática de gênero nos trabalhos do CTA, aos projetos que articulam agroecologia, ensino, pesquisa e extensão na UFV e no IF Sudeste de Minas, além das conexões entre agroecologia e produção orgânica.

Por fim, no quarto capítulo foram abordadas algumas relações entre resiliência e agroecologia, buscando identificar ações e estratégias empregadas pelo movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais diante de contextos adversos, como o desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia e a pandemia de Covid-19, além de destacar outros aspectos que são importantes para a construção da

resiliência do movimento.

CAPÍTULO I: O surgimento do movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais

Neste capítulo, apresentamos uma versão da trajetória do movimento agroecológico na região da Zona da Mata no período que vai do final dos anos 1970 ao início dos anos 2000. Iniciamos partimos de reflexões históricas para compreender a presença da agricultura familiar camponesa na região, além de delimitar o lócus da pesquisa, que não abarca toda a região. Em seguida, abordamos alguns fatores relacionados ao movimento de agricultura alternativa, o qual propiciou o surgimento do CTA no final dos anos 1980, a partir da articulação com sindicatos da região. Por fim, apresentamos alguns elementos envolvidos na busca pela consolidação da agroecologia entre os anos 1990 e início dos anos 2000, com destaque para a atuação do CTA em sua relação com outras organizações e entidades que compõem o movimento agroecológico na região.

1.1 A Zona da Mata Mineira: algumas considerações

A descoberta do ouro no final do século XVII desencadeou a formação das primeiras cidades mineiras (STEPHAN, SOARES, RIBEIRO, 2012). Houve, neste período, uma reconfiguração política na colônia brasileira, já que a Coroa passou a aumentar o seu poder, antes comprometido devido ao poder local que as elites açucareiras do Nordeste adquiriram, de forma a garantir o monopólio sobre o ouro, minério que havia sido descoberto pelos paulistas em Minas Gerais, entre 1692 e 1696. Considerando que a maioria do ouro era de aluvião, houve um aumento considerável na população das minas, pois o processo era intensivo no uso de mão de obra (ALBUQUERQUE, 1977).

Segundo SOUZA (1982), após o apogeu da economia do ouro em Minas Gerais, entre 1733 e 1748, seguiu-se a sua decadência, a qual foi explicada por diferentes argumentos: extravio e contrabando; inadequação dos métodos de extração do metal precioso; mineração como ilusão, riqueza imaginária. Nesse último argumento, a agricultura ganha destaque como sendo a responsável pela verdadeira riqueza: “plantar surge como sinônimo de trabalho, enquanto minerar significa jogo e aventura; o agricultor, com o trabalho contínuo e a utilização de máquinas, aumenta a sua riqueza e a da nação” (SOUZA, 1982, p. 39).

O declínio da mineração, principalmente a partir de 1750, favoreceu o deslocamento

da população para outras regiões, com destaque para áreas com abundância de matas virgens, como a “Mata” (CARNEIRO & MATOS, 2008; FREIRE & ANDRADE, 2019), denominação que se devia à “densa floresta de Mata Atlântica que ainda cobria seu território na virada do século XVIII. Ao longo do oitocentos, porém, essa vegetação foi derrubada para dar lugar à produção de gêneros alimentícios e à cafeicultura” (FREIRE & ANDRADE, 2019, p. 136). Vale frisar que a “Mata” não se limitava à capitania de Minas Gerais, pois compreendia também o Norte-Fluminense, segundo OLIVEIRA, R., (2012).

A historiografia da primeira metade do século XX percebeu que existem diferenças internas entre as sub-regiões da Mata, e portanto, o mais adequado é falar em zonas da Mata⁹. A porção Norte da Mata foi a primeira a ser ocupada, em meados do século XVIII, o chamado sertão do Cuieté, que compreendia os municípios situados às margens do Rio Doce, local dos temerosos indígenas botocudos. A primeira cultura mercantil nessa zona foi a da cana-de-açúcar. A porção Central da Mata, sub-região com maior concentração da população indígena, era constituída pelos municípios situados no vale do rio Pomba, e incluía os municípios de Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras (CARRARA, 1999).

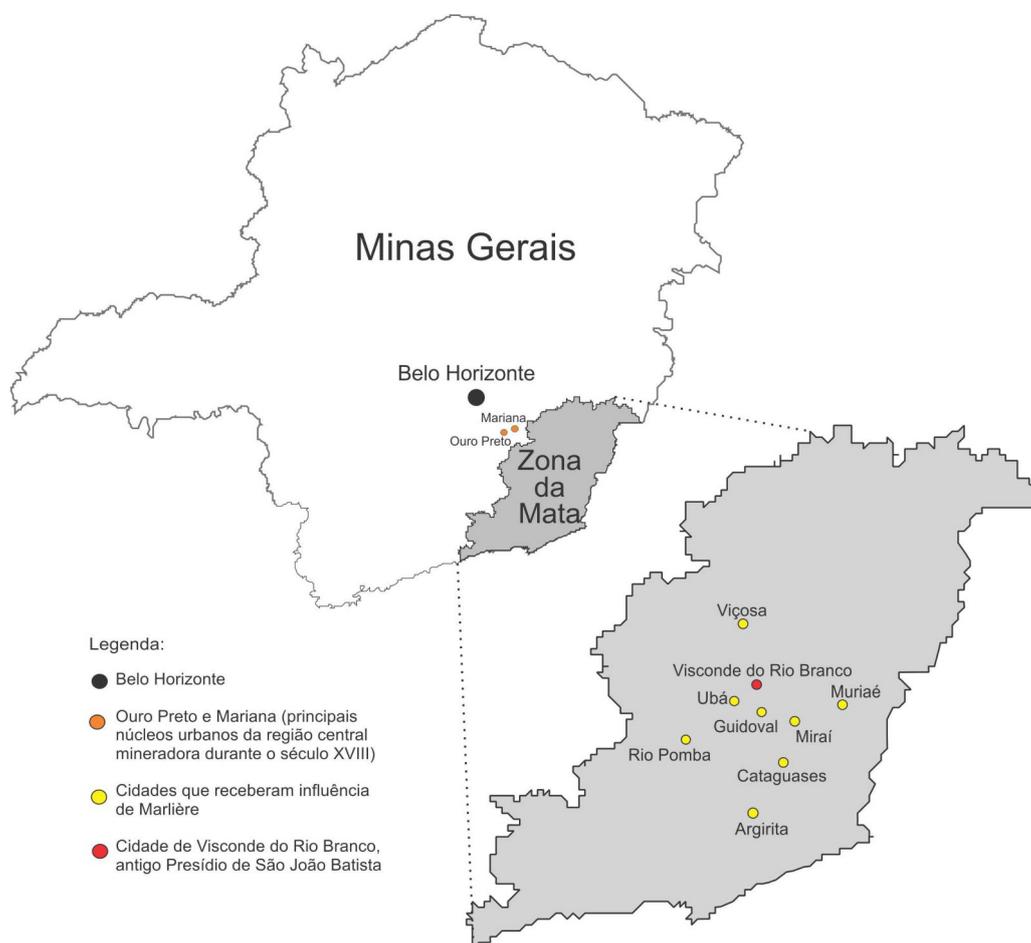
A resistência indígena à associação com os brancos esteve presente enquanto foi possível. Em 1767, quando da chegada do padre Manoel de Jesus Maria nos sertões ao Leste das Minas, os Botocudos se retiraram para a capitania do Espírito Santo, mantendo sua resistência aos brancos até as primeiras décadas do século XX. Os Puri se mantiveram resistentes à associação com os brancos até fins do século XVIII, quando a associação se constituiu como último recurso para a sua sobrevivência (OLIVEIRA, R., 2012).

Um dos aspectos da política indigenista no período foi promover a sedentarização da população nativa em aldeamentos, de forma a evitar conflitos territoriais e moldar os indígenas ao modo de vida dos luso-brasileiros (STEPHAN, SOARES, RIBEIRO, 2012). O militar Guido Thomaz Marlière foi um dos responsáveis pelo processo de apaziguar os conflitos territoriais envolvendo indígenas e colonos na região da Zona da Mata. O militar chegou ao Presídio de São João Batista, ou São João Batista do Presídio, atual município de Visconde do Rio Branco, em fevereiro de 1813. O povoado, que existia desde 1787, era marcado por conflitos entre índios Coroados e colonizadores. Entre 1813 e 1829, Marlière atuou no processo de formação de aldeamentos indígenas, os quais estabeleceram os marcos iniciais de diversas cidades da região (STEPHAN, SOARES, RIBEIRO, 2012), como

⁹ CARRARA (1999) se refere ao trabalho de Elza Coelho de Souza sobre os dados do Censo de 1940, intitulado “Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais”, publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1951.

podemos visualizar na figura abaixo:

Figure 1: As cidades da Zona da Mata influenciadas por Guido Thomaz Marlière



Fonte: (STEPHAN, SOARES, RIBEIRO, 2012)

Nos aldeamentos, os missionários buscavam, além da catequese, estimular atividades agrícolas e comerciais entre os indígenas, a exemplo da introdução do cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata pelo padre Campos. A fabricação de aguardente em Minas Gerais adquiriu notável importância entre o final do século XVIII e início do século XIX. A freguesia de São João Batista do Presídio, onde havia um aldeamento indígena, possuía quarenta engenhos de cana em 1822 (OLIVEIRA, R., 2012).

Segundo OLIVEIRA, R., (2012), comerciantes de poaia, ou ipecacuanha, uma droga do sertão que se tornou mercadoria de exportação, perceberam que a aguardente despertou grande interesse dos indígenas e assim, a bebida tornou-se um dos principais meios de permuta entre comerciantes e indígenas. Os indígenas Puri foram os que mais praticaram a coleta de poaia entre os grupos aldeados na Mata mineira, o que sugere que eles tiveram

dificuldade em se fixar nos aldeamentos. O comércio de poaia, entretanto, não contribuiu de forma significativa para a ocupação das áreas na região:

[...] foi somente a partir da segunda metade do XIX que a fronteira passaria a ser alargada numa velocidade nunca vista. O advento da locomotiva destinada ao transporte do produto que assumiria a maior importância nas exportações, o café, inaugurou um novo ritmo de avanço transfronteiriço e, por conseguinte, no processo de expropriação do território indígena (OLIVEIRA, R., 2012, p. 64-65).

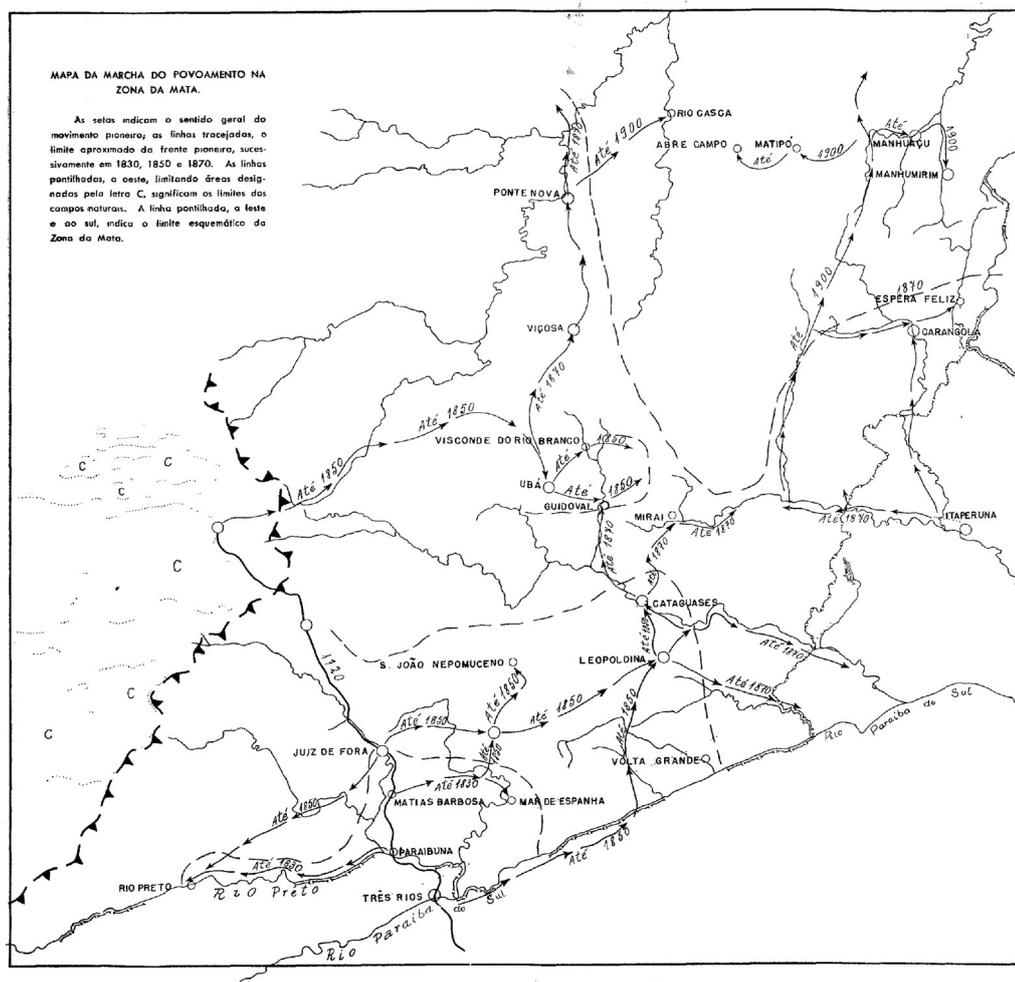
A ocupação da porção Sul da Zona da Mata¹⁰ se efetivou a partir de 1817, com a migração de proprietários de lavras na região das minas para o vale do rio Paraíba do Sul¹¹ e o estabelecimento da cafeicultura de base escravista (CARRARA, 1999), “Essa corrida às terras livres do sul da Mata só foi possível porque os índios desta área ou foram atraídos para os aldeamentos do Presídio e de Guidoal, onde fixaram-se, ou foram expulsos, ou passaram a vagar pelas fazendas da zona fronteira entre a Mata central e sul, na condição de agregados” (CARRARA, 1999, p. 19).

Como não se tratava de uma área despovoada, a reocupação da Zona da Mata se iniciou no começo do século XIX pela porção Sul, onde a cafeicultura começou a se destacar, expandindo-se para outras porções da região ao longo do século XIX, conforme podemos visualizar no mapa abaixo as rotas de reocupação da região:

10 Segundo CARRARA (1999), essa sub-região abarcava os vales do Paraíba e seus afluentes (Preto, Paraibuna e Pomba), e os municípios de Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Santos Dumont.

11 Na realidade, a região da fronteira política entre as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo — o vale do rio Paraíba — adquirira nesse momento um perfil próprio. Formaram uma ‘província’ à parte, onde algumas poucas famílias proprietárias ocupavam toda essa região. Além disso, o padrão de utilização da mão de obra foi dado seja pela transferência do plantel de escravos, que cada um dos proprietários de lavras possuía, para as lavouras de café, seja pela importação continuada de cativos possibilitada pela entrada de recursos originários da venda do novo produto. Este procedimento foi mantido até as vésperas da Abolição (CARRARA, 1999, p. 19).

Figure 2: Mapa que mostra os fluxos de reocupação da Zona da Mata no século XIX



Fonte: VALVERDE (1958)¹².

Com a política liberal de estímulo ao livre comércio que passou a vigorar no Brasil no século XIX, devido à pressão da Inglaterra, o ciclo do café, diferentemente dos ciclos anteriores da história econômica do Brasil¹³, gerou as bases para a modernização e crescimento econômico do país. Um conjunto de fatores propiciou essas bases: certa

12 VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*. Jan/mar, 1958, p. 3-82.

13 Ao analisar os quatro séculos de história econômica brasileira, ALBUQUERQUE (1977) frisa o emprego da teoria do crescimento pelo produto principal, ou seja, do crescimento impulsionado pela exportação, abordagem empregada pelo autor em sua análise. Essa abordagem histórica da economia parece predominar nos estudos historiográficos sobre o Brasil, o que talvez ajude a explicar o tardio interesse nos estudos sobre o campesinato brasileiro, como veremos mais adiante.

acumulação de capital; exigência de maior investimento no período inicial do cultivo do café, que é uma cultura permanente e leva quatro anos para iniciar a sua produção, além da necessidade de estrutura para o transporte do grão. Nesse sentido, a industrialização ocorreu em paralelo à expansão do café, já que desencadeou o desenvolvimento de setores agrícolas e industriais, como a produção de juta para as sacas de café, máquinas de processamento, oficinas mecânicas e construção de ferrovias. As ferrovias foram impulsionadas inicialmente por empresários e sob influxo de capital britânico, sendo posteriormente financiada pelos grandes fazendeiros de café (ALBUQUERQUE, 1977).

Embora o café já fosse uma atividade econômica relevante em meados dos anos 1850, sua importância para a economia e política mineira ocorreu, sobretudo a partir de 1870. A força política dos cafeicultores privilegiou o desenvolvimento da rede ferroviária na Zona da Mata e a unificação política das diversas regiões de Minas Gerais só ocorreu após a construção da nova capital, no final do século XIX¹⁴ (LANNA, 1986). A cafeicultura mineira foi predominante na Zona da Mata até a primeira década do século XX, mantendo sua participação na produção de café entre 1876 e 1930 em torno de 20%; posteriormente a atividade iria se expandir para a Região Sul do estado, próxima à divisa com São Paulo (CANO, 1985).

A abolição do tráfico de escravos, diante da intensificação da pressão inglesa para a sua suspensão¹⁵ e a Lei de Terras, ambas de setembro de 1850, foram fundamentais para delimitar o início da era capitalista no Brasil. Desde os anos 1830, havia uma busca pela regulamentação do solo no país, tendo ocorrido em 1843 uma tentativa de aprovar um projeto sobre terras e colonização, o qual somente sete anos depois voltou a ser discutido, com ênfase na colonização. O decreto nº 1.318, de 30/01/1854, que regulamentou a Lei de Terras, criou os instrumentos para o início do processo de diferenciação de terras públicas e particulares, com a consequente expulsão de pequenos posseiros e a concentração da propriedade (GADELHA, 1989).

Com relação às propostas de solução para a questão do trabalho livre, havia divergência entre os agricultores de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Enquanto em São Paulo, a imigração de origem europeia foi defendida e mesmo tornada questão nacional, para

14 “Desde os tempos da mineração, o Rio de Janeiro era de fato a capital econômica de Minas Gerais. A construção da nova capital - Belo Horizonte - possibilitada em grande parte pelos lucros cafeeiros é uma tentativa de unificar Minas, de minimizar a presença espoliadora do Rio de Janeiro e de transformar este 'mosaico de regiões' numa unidade política capaz de interferir nos rumos da nascente federação brasileira” (LANNA, 1986, p. 76).

15 A pressão inglesa para que o Brasil abolisse o tráfico de escravos e a escravidão estava relacionada à criação e ampliação dos mercados consumidores para os seus produtos industrializados, o que demandava uma mão de obra assalariada, que pudesse ampliar o mercado interno no país (ALBUQUERQUE, 1977).

Minas Gerais e Rio de Janeiro, as reivindicações estavam ligadas a crédito, estrutura de transportes e emprego da população interna, que poderia ser empregada como mão de obra. Na região da Mata mineira, o trabalho livre não se centrou no imigrante, mas na população interna, o trabalhador nacional, categoria que inclui os ex-escravos, transformada em força de trabalho para a cultura cafeeira. A organização do trabalho livre se baseou no sistema de parceria, com trabalhadores fixos que residiam nas fazendas, além do assalariamento temporário de migrantes sazonais provenientes de outras regiões do estado, geralmente do Norte, contratados para auxiliar na colheita do café (LANNA,1986). “Talvez tenha sido a única região cafeeira a incorporar produtivamente os homens livres que viviam à margem da ordem escravocrata” (CANO, 1985, p. 296).

Ao considerar que as diferenças atuais internas na Zona da Mata são o resultado da formação do espaço, que desde o período colonial se diferenciou entre a parte Sul - marcada pela expansão do café e dos transportes - e Norte da Mata¹⁶ (CARNEIRO & MATOS, 2008), nosso foco de análise recai sobre a produção para subsistência e a produção voltada para o mercado interno, que teve sempre papel secundário e subordinado na história econômica brasileira:

Estudar essa economia de subsistência, através de sua evolução no tempo e no espaço – expansão e retração de áreas e cultivos, a sua demografia, a organização do trabalho, o regime de posse e uso da terra e as técnicas – seria revelar a face oculta do Brasil, sempre escondida por detrás da casa-grande (por vezes da senzala), do ouro das Gerais, do café ou outro produto-rei, dos coronéis do sertão, que é revelada, quando o é, para ressaltar a minoria do que é dominante, com enfoque sobre o seu atraso (LINHARES & SILVA, 2009, p. 119).

Nesse sentido, quando buscamos resgatar brevemente alguns elementos do contexto histórico da Zona da Mata, é no sentido de tentar compreender a origem da população camponesa presente nesta região. Empregamos o termo região tal como proposto por CUNHA et. al. (2008), buscando superar a ideia de regiões como mera paisagem natural, entendendo-a como uma produção cultural, uma criação histórica, sendo, portanto, espaços sociais, econômicos, políticos, naturais e culturais:

[...] o que se coloca em jogo ao tomar região como algo importante é qual

16 Quando se analisam as características do espaço agrário recente, a primeira evidência perceptível é a existência de vestígios advindos da apropriação histórica diversa. Dois processos, aparentemente diferentes, mas complementares, sobressaem: o de concentração e o de fragmentação da terra. O primeiro pode ser notado, especialmente, em municípios das microrregiões de Juiz de Fora e Cataguases, ao passo que o segundo sobressai em municípios das microrregiões de Viçosa, Manhuaçu, Ubá e Muriaé (CARNEIRO & MATOS, 2008, p. 14).

processo natural/político/econômico/social se pretende analisar/avaliar/estudar/entender ao segmentar um espaço qualquer em subespaços (regiões) específicos? [...] Região é, portanto, tudo aquilo que delimitamos como tal, isto é, tudo dependerá do fim, do objetivo que norteia a segmentação do território (CUNHA et. al., 2008, p. 497).

Segundo CARRARA (1999), os indígenas aldeados, que haviam sido obrigados a se sedentarizar, somados aos migrantes advindos da periferia das minas, conformaram uma população camponesa que predominou na região central da Mata, estabelecendo um processo de produção para autoconsumo ou comércio local, baseado na pequena e média propriedade.

Quanto ao uso do termo camponês, de acordo com VELHO (2009), houve um uso indiscriminado deste no final dos anos 1960 na literatura científica e política, quando o debate sobre os camponeses oscilava entre a sua permanência, “proletarização”, ou um conjunto de casos intermediários, a depender das variações na disponibilidade de terras e mão de obra em uma região e o grau de integração ao sistema nacional e internacional. Além disso:

A palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido como “subversivo” pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais “neutra” levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo (WANDERLEY, 2014, p. S030).

O campesinato pode ser compreendido, de forma geral, tanto como uma forma social de produção, organizada a partir do trabalho da família, quanto um modo de viver, ou seja, uma cultura. Há uma revalorização das categorias “camponês” e “campesinato” no interior de movimentos sociais, sobretudo, os que se relacionam à agroecologia. A sua existência no Brasil está ligada a diferentes estratégias fundiárias e produtivas, buscando superar tensões entre subordinação e autonomia, seja com relação à propriedade da terra, seja com relação à comercialização dos produtos (WANDERLEY, 2014).

O estabelecimento de relações de parceria, por exemplo, segundo FERRARI (2010), pode ser visto como uma das estratégias de resistência camponesa, já que parecem estar ligadas ao ciclo demográfico da família, viabilizando a gestão da propriedade diante da dificuldade em obter mão de obra familiar disponível, não simbolizando necessariamente mudanças na lógica econômica da propriedade (FERRARI, 2010).

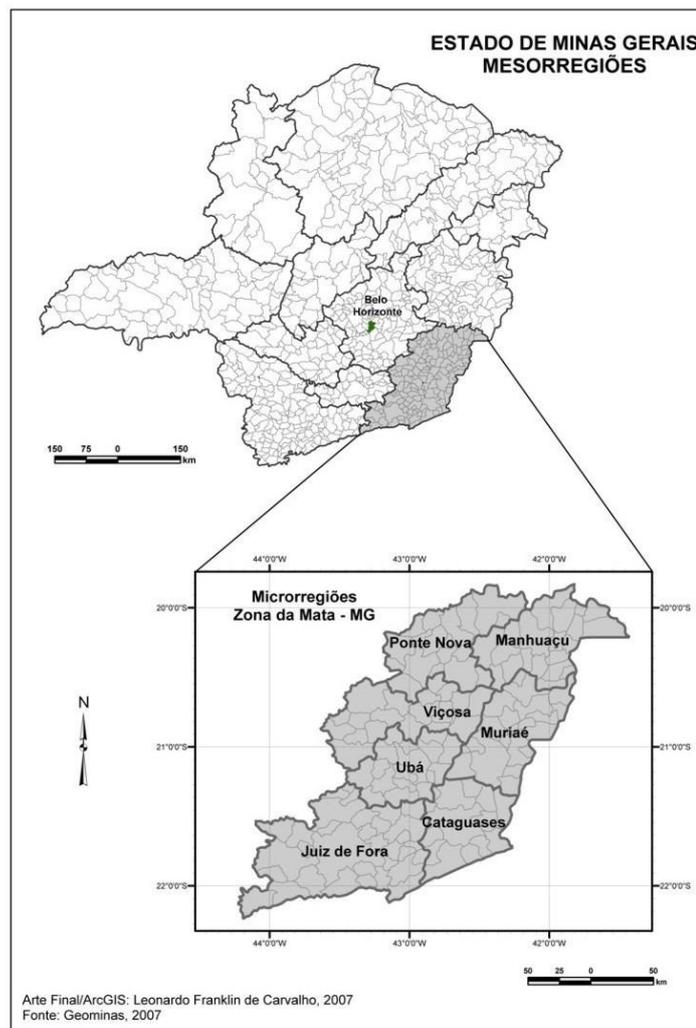
Conhecer a origem do campesinato que se formou na Zona da Mata é fundamental

para compreender o resgate de saberes tradicionais e valores culturais associados aos povos indígenas, especialmente dos Puris, e aos quilombolas no âmbito do movimento agroecológico da região. Afinal, como veremos, esses saberes tradicionais que estão associados à cultura camponesa foram deslegitimados em nome da modernização da agricultura, a qual foi um dos fatores que motivou a constituição do movimento de agricultura alternativa, antecedente do movimento agroecológico.

1.1.1 As microrregiões de Viçosa e Muriaé

Retomando a delimitação de nossa região de estudo, embora façamos uso do termo Zona da Mata ao longo da tese, nosso foco está voltado especificamente para as microrregiões de Viçosa e Muriaé, como podemos visualizar na figura abaixo:

Figure 3: Delimitação das microrregiões da Zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: CASTRO & SOARES (2010) ¹⁷.

Com relação ao uso do termo microrregião¹⁸, vale destacar que este não é mais utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já que em 2017 foi adotada uma nova divisão territorial¹⁹. Segundo a FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2019), nessa nova divisão territorial, o estado de Minas Gerais, que antes se dividia em 66 microrregiões e 12 mesorregiões, conta agora com 70 Regiões Geográficas Imediatas (RGIM) e 13 Regiões Geográficas Intermediárias (RGINT). As RGIM e as RGINT substituíram as microrregiões e mesorregiões, respectivamente. Pela nova divisão, a mesorregião da Zona da Mata passou a ser RGINT de Juiz de Fora, que é a segunda mais populosa do estado, com 146 municípios, em 10 RGIM, dos quais 97 (66,4%) possuem menos de 10 mil habitantes e apenas 3 (2,1%) possuem mais de 100 mil habitantes.

Desconsiderando a nova divisão, esta pesquisa abarca os municípios de Viçosa, na microrregião de Viçosa, e os municípios de Muriaé, Divino e Espera Feliz, situados na microrregião de Muriaé. A escolha dos municípios está relacionada ao contexto de atuação do CTA e à presença e atuação de organizações representativas da agricultura familiar que integram o movimento agroecológico na região.

Para conhecer um pouco mais do contexto atual desses municípios, apresentamos alguns dados do IBGE sobre Muriaé, Espera Feliz e Divino, conforme podemos visualizar na tabela abaixo:

17 CASTRO, J. F. M.; SOARES, T. L. **Análise das potencialidades socioeconômicas da Zona da Mata de Minas Gerais (1991-2000)**: uma proposta metodológica. I Encontro de Pesquisadores da História da Zona da Mata, 2010.

18 As microrregiões possuem especificidades quanto à estrutura da produção e à interação regional e compõem uma mesorregião, a qual é determinada por processos sociais, condicionada pelo quadro natural e articulada espacialmente por uma rede de comunicação e de lugares, possibilitando uma identidade regional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, s/n).

19 A nova divisão territorial foi baseada em estudos sobre a hierarquia dos centros urbanos e de suas regiões de influência, os fluxos articulados pela rede urbana, as principais estruturas de transporte e os modelos territoriais ligados aos processos de urbanização presentes em outros estudos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019).

Tabela 1: Perfil dos municípios de Muriaé, Espera Feliz e Divino

	Muriaé	Espera Feliz	Divino
População estimada em 2021	109.997	25.285	20.020
População no Censo de 2010	100.765	22.856	19.133
Masculino	48.757	11.504	9.681
Feminino	52.008	11.352	9.452
Urbano	93.225	14.174	10.796
Rural	7.540	8.682	8.337
Densidade demográfica (hab/km ²)	119,72	71,96	56,64
PIB per capita [2018]	R\$19.884,40	R\$ 16.890	R\$ 11.431,25
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,734	0,663	0,605

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017

Muriaé possui uma população quatro a cinco vezes maior que a de Espera Feliz e Divino. Interessante perceber como a população do sexo feminino é maior em Muriaé também, quando comparada à população do sexo masculino, enquanto em Espera Feliz e Divino há uma situação de maior equilíbrio entre os sexos. A população de Muriaé é basicamente formada por pessoas situadas em domicílios urbanos, apenas 7,48% da população em 2010 estava situada em domicílio rural. Já em Espera Feliz, a população rural representa aproximadamente 38% da população. Por sua vez, em Divino, a população rural representa mais de 43% da população em 2010. Além disso, quanto maior a proporção de população rural, menores os valores do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e do IDHM. Alguns dados do último Censo Agropecuário, realizado em 2017, referentes aos municípios de Muriaé, Espera Feliz e Divino se encontram na tabela a seguir.

Tabela 2: Perfil dos estabelecimentos agropecuários dos municípios de Muriaé, Espera Feliz e Divino

	Muriaé	Espera Feliz	Divino
Número de estabelecimentos agropecuários	1894	1552	2284
Condição do produtor em relação às terras (estabelecimentos)			
Proprietários(as) (inclusive coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente)	1747	1439	1938
Arrendatários(as)	90	12	16
Parceiros(as)	37	27	235
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (pessoas)	5678	6520	6438
Com laço de parentesco com o produtor	3871	3168	4196
Sem laço de parentesco com o produtor	1807	3352	2242
Permanentes	950	514	451
Temporários	779	1229	1299
Parceiros	78	1609	492
Sexo			
Masculino	1668	1368	2023
Feminino	224	177	261
Cor ou raça			
Branca	1456	1051	1055
Preta	63	49	106
Parda	371	440	1123

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017

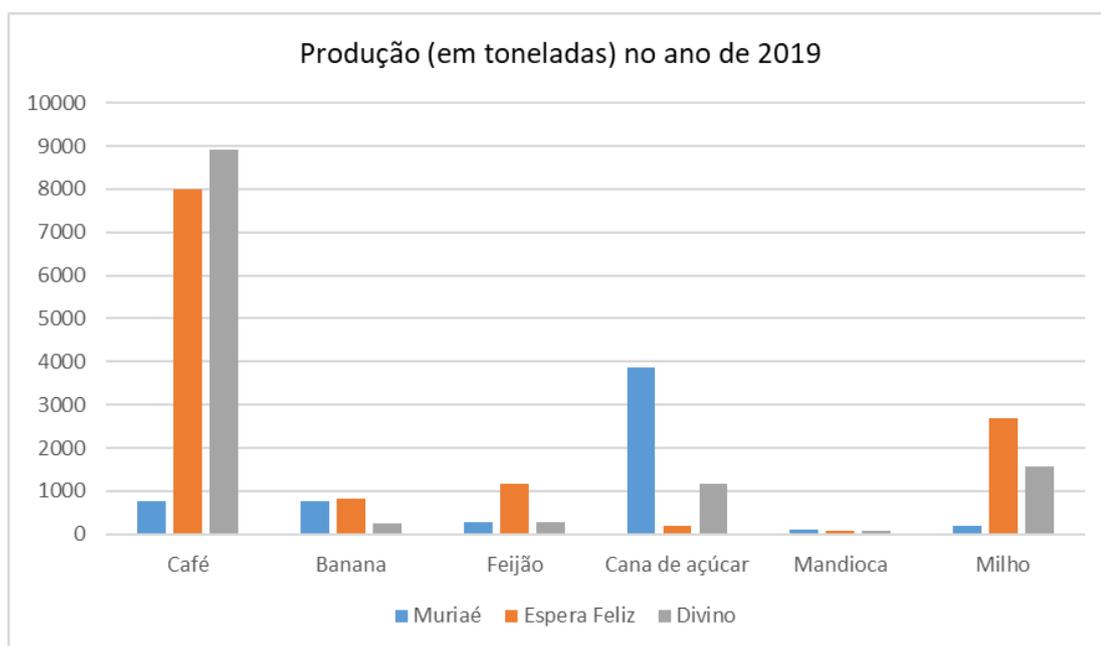
De forma geral, percebe-se que na maioria dos estabelecimentos agropecuários os produtores são: proprietários das terras, do sexo masculino (em torno de 11% é do sexo feminino) e brancos. Em Divino, porém, a população negra (pretos e pardos) é maioria, constituindo 53,8% da população, diferentemente dos demais municípios, em que prevalece a população branca (77% em Muriaé e 68% em Espera Feliz). Tanto em Muriaé como em Espera Feliz, cerca de 92% dos estabelecimentos agropecuários são de proprietários, já em Divino esse percentual é cerca de 85%. As relações de parceria estão presentes em 10,3% dos estabelecimentos agropecuários em Divino, enquanto nos demais esse número é menos significativo (em Muriaé se destaca mais o arrendamento, presente em 4,6% dos estabelecimentos).

Por fim, quanto ao pessoal ocupado, é possível perceber uma singularidade em Espera Feliz, em que 51,4% do pessoal ocupado não possui laços de parentesco com o produtor, dos quais 48% são em relações de parceria. Em Divino, 34,8% é pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor, sendo a maioria destes, 57,9%, formada por trabalhadores temporários. Já em Muriaé, o pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor representa 31,8% do pessoal ocupado, dos quais 52,6% é formada por trabalhadores

permanentes.

Conforme podemos ver no gráfico abaixo, no que se refere à produção agrícola, Muriaé se destaca na produção de cana-de-açúcar e milho, enquanto Espera Feliz se destaca na produção de café, banana, feijão e milho. Divino produz principalmente café, cana-de-açúcar e milho, embora a produção de cana seja maior em Muriaé e de milho em Espera Feliz. A produção de mandioca está presente em proporções semelhantes nos três municípios, enquanto a produção de feijão é superior em Espera Feliz.

Figure 4: Comparação da produção agrícola entre os municípios



Elaboração própria, com base nos dados do IBGE de 2019

Como podemos perceber, Espera Feliz e Divino possuem características mais próximas, tanto por serem municípios de pequeno porte e com proporção relevante de população rural, quanto pela importância econômica da produção de café. Já Muriaé é um município com mais de cem mil habitantes, a maioria vivendo na cidade, e que se destaca, em relação aos demais municípios, na produção de cana-de-açúcar. Conforme destacamos anteriormente, esses dados se referem ao contexto geral desses municípios, mas são importantes para entender o cenário em que se encontram os grupos de agricultores e agricultoras que fazem parte do movimento agroecológico na região.

Quanto ao município de Viçosa, sua população estimada em 2021 é de 79.910 pessoas, enquanto no censo de 2010 era de 72.220 pessoas, dos quais 35.001 são do sexo masculino e 37.219 do sexo feminino, sendo 67.305 em área urbana e 4.915 em área rural. Com densidade demográfica de 241,2 hab/km² e PIB per capita, em 2018, de R\$ 20.832,20, a

cidade possui IDHM, em 2010, de 0,775. Viçosa se destaca no âmbito da pesquisa devido ao fato de ser o município que sedia a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o CTA.

Vale destacar que os dados apresentados anteriormente constituem apenas um indicativo do contexto atual desses municípios, sendo que esta pesquisa tem um foco muito específico em um determinado grupo de agricultores e agricultoras, envolvidos no movimento agroecológico regional. Por fim, vale destacar que muitos dos processos que serão considerados ao longo da pesquisa perpassam o contexto local e regional, sendo parte de dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais vinculadas à política e economia em seus âmbitos estadual e nacional, sobretudo, e mesmo internacional. Considerar esses entrelaçamentos entre escalas distintas é fundamental para compreender o contexto de surgimento do movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais, como veremos a seguir.

1.2 Movimentos sociais e tecnologias alternativas: a criação do CTA

O movimento agroecológico no Brasil surgiu no final dos anos 1970, sendo inicialmente conhecido como movimento de “agricultura alternativa”, tendo sido influenciado pela conjuntura sociopolítica mundial marcada por intensas críticas aos padrões culturais da sociedade moderna, o movimento de contracultura:

Nos anos 60 e início dos anos 70, configurava-se um ambiente contestatório que provocou, em vários países, uma “reviravolta” em diferentes segmentos da sociedade: a chamada contracultura. Este movimento colocava em xeque vários aspectos comportamentais das sociedades modernas, principalmente os padrões de consumo. Discutia-se a hipótese de que seria possível reduzir drasticamente os níveis de consumo, adotando-se estilos de vida mais simples, ou mais “naturais”. A “contracultura” reforçou outros movimentos, como o feminismo, a consciência sobre a saúde, o ambientalismo (EHLERS, 1994, p. 251).

Segundo EHLERS (1994), a publicação do livro de Rachel Carson “Primavera Silenciosa”, nos anos 1960, teve um papel fundamental na crítica ao modelo de produção e no alerta aos impactos ambientais provenientes do uso intensivo de químicos, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, embora nas décadas anteriores já existissem movimentos na Europa, EUA e Japão contrários à adubação química. De acordo com o autor, surgiram entre os anos 1920 e 1940, movimentos contrários à adubação química e que valorizavam o uso de matéria orgânica e práticas que favoreciam os processos biológicos, como a agricultura

biodinâmica, agricultura biológica, agricultura orgânica e agricultura natural.

Mas para analisar a trajetória do movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais é fundamental entender o contexto que propiciou o seu surgimento, ou seja, a partir de um grupo de estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que, assim como em outras universidades do país, buscavam desafiar o quadro interpretativo predominante sobre o modelo de produção de alimentos ensinado nas universidades no final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

A UFV é uma universidade com tradição na área de ciências agrárias e que até hoje atrai estudantes de diversas regiões do estado de Minas Gerais e do Brasil. Segundo RIBEIRO (2006), em 1920, quando era governador do estado, Arthur Bernardes, que era proveniente de Viçosa, assinou a lei n.761, que autorizava a criação de uma escola superior agrícola no estado de Minas Gerais, a qual foi criada em 1922, quando este esteve à frente da Presidência da República. A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) foi inaugurada em 28 de agosto de 1926 e até 1947 ofertava cursos nos níveis elementar, médio e superior, sendo os dois primeiros destinados à formação de filhos de agricultores e “capatazes” rurais. O mentor da ESAV foi Peter Henry Rolfs, que teve formação acadêmica e científica no *Iowa State Agricultural College*, primeira *land grant institution* dos EUA:

Assim como os *land-grant colleges*, que tinham em vista, desde a sua fundação, a produção de conhecimento que tivesse aplicação prática²⁰ na vida das pessoas em geral, desde cedo, a ESAV tratou de organizar atividades extramuros que envolviam cursos de curta duração e visitas para demonstração nas fazendas vizinhas. Nos *land-grant colleges*, desde o início, a solicitação por esses serviços foi se avolumando, levando alguns professores a produzirem artigos para jornais e boletins e a frequentarem com regularidade encontros com os fazendeiros. Logo muitos *colleges* começaram a organizar cursos fora do *campus* e a estruturar seus departamentos de extensão. Desse modo, logo estabeleceu-se nos *land-grant colleges* a tripla função de ensino, pesquisa e extensão (RIBEIRO, 2006, p. 116).

E foi com base no tripé ensino, pesquisa e extensão rural que a Escola de Viçosa atendeu ao projeto de diversificação produtiva almejado pelo Estado e pela elite agrária mineira desde o congresso econômico de 1903. Lançava-se assim, os pilares da estratégia política de modernização agrícola do Estado: ensino teórico prático, pesquisa utilitária e prática extensionista

20 “Na verdade, até a Segunda Guerra Mundial, as pesquisas desenvolvidas se restringiam a pesquisas aplicadas desenvolvidas em estações experimentais tendo em vista a solução de problemas locais. Quando chegou a Guerra, os *land-grant colleges* foram induzidos a cooperar em projetos bélicos, tendo alguns desenvolvido pesquisa com o uso de isótopos radioativos para avaliar reações químicas. Neste período, desenvolveram pesquisas sobre métodos de conservação de estoques de alimentos para que estes não perdessem suas propriedades nutritivas. Destacaram-se aí as pesquisas que resultaram na criação do milho híbrido e na descoberta de estreptomicina” (RIBEIRO, 2006, p. 115).

(SILVA & BORGES, 2008, p. 189).

De acordo com SILVA & BORGES (2008), o ensino agrícola mineiro, com a criação da ESAV, visava atuar na racionalização e diversificação da produção agrícola no estado de Minas Gerais, além de atuar na moralização do trabalhador rural e organização da mão de obra do campo²¹:

Com a criação da ESAV inaugurava-se uma nova fase no processo de configuração e desenvolvimento do ensino agrícola mineiro. Visto que, a principal meta da Escola era dinamizar a produção da lavoura mineira da época, por meio da premissa de “criar” um tipo ideal de produtor rural para o campo de Minas Gerais. *Tratava-se de eliminar o modo de vida do Jeca Tatu - o “caipira mineiro”, que segundo as elites do período em estudo era resistente ao “progresso”, à civilização do país e estava sempre de “cócoras” para a racionalização da agricultura mineira. Buscava-se, assim, efetivar uma “reforma rural” que garantisse a modernização da agricultura do Estado em termos técnicos e socioculturais.* Porém, sem alterar a estrutura fundiária mineira. Dessa maneira, as desigualdades sociais e econômicas seriam tratadas apenas, como uma questão técnica: o empirismo agrícola. Não importava se o produtor era dono da propriedade rural, meeiro ou operário, isto quer dizer, que o fracasso e a prosperidade do produtor rural estava sempre atrelado ao “uso ou não uso” dos modernos processos de produção (SILVA & BORGES, 2008, p. 170, grifo nosso).

As visitas dos proprietários rurais para cursos de curta duração deram origem à Semana do Fazendeiro, em 1929, de maneira similar às *Farmer's Weeks*, marcando a origem da extensão rural no Brasil. Após um período de crise, com a saída do Prof. Rolfs da direção da Escola, em 1948, a ESAV foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). A institucionalização da extensão rural foi um dos motivos que fez com que a universidade fosse escolhida, nos anos 1960, para os trabalhos executados pela *United States Agency for International Development (USAID)* no Brasil (RIBEIRO, 2006).

A origem da UFV se relaciona, portanto, ao início do processo de modernização da agricultura brasileira, em um contexto em que se buscava, por meio da capacitação e da extensão, alavancar as mudanças na base técnica da agricultura, de forma a ocultar ou silenciar o debate em torno da questão agrária.

Um dos aspectos centrais das mudanças que ocorreram na agricultura foi a adoção da monocultura, ou seja, do plantio de uma única espécie, ao invés do tradicional cultivo diversificado praticado pelos agricultores familiares. Nilson e Solange são casados desde 21 “[...] visto que, os baixos salários, além de não terem contribuído para a dinamização da diversificação produtiva do Estado, estimulavam o homem do campo a abandonar a atividade agrícola em busca por melhores condições de sobrevivência nos centros urbanos. Como também incitou a estes homens a buscarem por trabalho nas lavouras paulistas, onde os fazendeiros de São Paulo ofereciam a estes trabalhadores melhores salários do que os ofertados pelos fazendeiros em Minas, conforme apontou o próprio P.H. Rolfs” (SILVA & BORGES, 2008, p. 192-193).

1995 e possuem três filhos. Ambos são filhos de agricultores e moram na comunidade de Fátima, no município de Espera Feliz.

Nilson, que é natural de Carangola, relembra que o plantio praticado por seus pais e avós era diversificado: milho, feijão, abóbora, melancia, mandioca, banana. Solange relembra o estilo de agricultura praticado na época em que vivia com seus pais: “a nossa propriedade tinha milho, milho de pipoca, amendoim, inhame, cana, bananeira, então, era uma fartura, laranja, mexerica, abacate. Então assim, chegava a época das frutas e a gente via variedade”.

Associado à monocultura vieram os insumos químicos que faziam parte dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Segundo Solange, seus pais “não jogavam química, mas o adubo tinha”, o qual era usado na lavoura, termo usado pelos agricultores/as para se referir ao cultivo de café. Nilson relata que seu avô passou a usar um pouco de adubo químico depois dos 60 anos, antes utilizada o esterco de boi. Ele relembra as palavras de seu avô, sobre o que poderíamos chamar de paradoxo da modernização:

Meu avô falava uma coisa e era verdade, ele falava assim: “oh, vocês vão alcançar muita coisa de modernidade que eu não vou alcançar, mas vai chegar um tempo que vai ficar fácil demais e vai ficar muito difícil”. A gente era novo, eu falava assim, mas não tem cabimento ficar fácil e ficar difícil. Depois de ter passado muito tempo, hoje a gente entende o que ele quis dizer. Porque facilidade não significa necessariamente liberdade e talvez não significa necessariamente desenvolvimento. Tanto é que nós temos tanta facilidade e temos hoje tantos milhões de pessoas no Brasil passando fome e bilhões no mundo. Importante a tecnologia, sim, importante a ciência, importante a pesquisa, sem sombra de dúvidas. Para isso Deus deu inteligência e dom ao homem. O problema é como isso está sendo utilizado (Nilson, Espera Feliz, de 21 de setembro de 2021).

O discurso sobre a necessidade de modernizar a agricultura se associa à possibilidade de ter menos “trabalho”, já que as tecnologias empregadas facilitariam as tarefas agrícolas. Foi necessário que existisse um aparato formado pelos sistemas de ensino, pesquisa e extensão para difundir o modelo de agricultura moderna, além de um sistema de crédito, para financiar os pacotes tecnológicos. Muitas vezes, há o endividamento dos agricultores, seja devido à utilização do crédito para compra de insumos, seja para compra de alimentos que, muitas vezes se deixou de produzir, quando se privilegia o monocultivo.

A adoção do modelo agrícola baseado no uso de pacotes tecnológicos, promovido pela Revolução Verde, se tornou um dos principais alvos dos atores do movimento de agricultura alternativa, que denunciava os impactos socioambientais da modernização do campo e visava fomentar o uso de tecnologias alternativas ou tecnologias apropriadas aos

pequenos agricultores. De acordo com EHLERS (1994), o conceito de tecnologia apropriada foi introduzido por Ernest Frederick Schumacker, autor do livro “*Small is Beautiful*”, com o objetivo de destacar a importância do desenvolvimento de métodos e instrumentos de acordo com as diferentes realidades de cada país ou região, com custos baratos para possibilitar seu alcance pelas populações de baixa renda.

Os grupos de agricultura alternativa que começaram a surgir nos anos 1970 no Brasil visavam se contrapor ao modelo de produção agrícola baseado na revolução verde²² e que era (e ainda é) ensinado nas universidades do país. Na região da Zona da Mata não foi diferente. Sediado em uma universidade pioneira no ensino agrícola e modernizante, surgiu, em 1975, o grupo Alfa, um grupo de estudantes que serviu de embrião para o surgimento do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV), nos anos 1980 e que esteve na origem, junto a outras organizações, da criação do CTA. O grupo Alfa criou a comunidade Alfa, com sede na comunidade rural da Violeira e o restaurante Alfa, um restaurante vegetariano que funcionou por alguns anos em Viçosa e que foi administrado por uma cooperativa de estudantes, também criada pelo grupo.

Breno de Melo Silva é técnico do CTA, onde trabalha desde o seu surgimento. Proveniente do município de Santos Dumont, ingressou no curso de agronomia em 1980, ano em que foram realizadas as primeiras construções e hortas na comunidade Alfa, que tinha como objetivo produzir alimentos sem agrotóxico e sem adubos para abastecer o restaurante vegetariano e comercializar o excedente da produção.

Em 1980, a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) realizou o lançamento do livro “Manejo Ecológico do Solo”, “um marco para a agroecologia no Brasil e no mundo”, de Ana Maria Primavesi (KNABBEN, 2017). A Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), associações estaduais de engenheiros agrônomos e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) organizaram nos anos 1980 os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA). Nos primeiros EBAA, os debates ligados às consequências dos pacotes tecnológicos e as tecnologias alternativas foram predominantes, poucas experiências práticas eram identificadas e o conhecimento tecnológico visava principalmente a substituição de insumos (LUZZI, 2008).

22 O surgimento e atuação dos grupos de agricultura alternativa nos anos 1980 foram fundamentais para a aprovação de regulações relacionadas ao uso dos agrotóxicos, como a primeira Lei de Agrotóxicos do país, proposta pela Sociedade de Agronomia do município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e a lei nacional de controle do uso dos agrotóxicos (PETERSEN et. al., 2009).

O público participante dos EBAA's foi se expandindo, passando a envolver número crescente de estudantes e de agricultores ligados aos movimentos sociais rurais, incluindo a participação de lideranças destes nos debates. Essa ampliação do público participante influenciou as discussões do movimento de agricultura alternativa, que passou a incorporar questões políticas e sociais, além das questões de cunho técnico, que impactavam os pequenos agricultores. Apesar dos EBAA's terem mobilizado um público diversificado, alguns conflitos políticos ocorreram a partir do segundo encontro, relacionados, por exemplo, à criação de uma associação nacional do movimento de agricultura alternativa (LUZZI, 2008), e os rumos políticos tomados pela FAEAB e do próprio país fizeram com que os EBAA's deixassem de ser realizados, sendo que o último encontro ocorreu em 1989²³.

Breno, que participou do II EBAA, em 1984, afirma que havia divergências no movimento de agricultura alternativa com relação às suas estratégias; a proposta de desenvolver um trabalho mais prático levou à ideia de criação do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA). Segundo CINTRÃO (1996), idealizado por Jean Marc Von der Weid e Silvio Gomes de Almeida, que haviam retornado do exílio na França durante a ditadura militar, o PTA teve início em 1983, quando foi organizado um seminário em Campinas que contou com 110 participantes, entre lideranças, técnicos e assessores de movimentos populares. Foram três as principais influências para o projeto, de acordo com a autora:

Do movimento internacional ele traz a temática que nortearia suas ações (as tecnologias agrícolas) e o formato institucional (de ONG), bem como os recursos necessários à sua sustentação. Do movimento de Agricultura Alternativa viriam os técnicos que passam a compor o quadro de funcionários, bem como as referências técnicas para a atuação. Os movimentos sociais rurais vão fornecer o público e a base social de sustentação do PTA (CINTRÃO, 1996, p. 37).

O período de surgimento do PTA remete a um contexto em que houve uma expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs), não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Segundo BEBBINGTON, HICKEY & MITLIN (2008), embora as ONGs tenham surgido nos anos 1960-1970, associadas às atividades de filantropia e *advocacy*, nos anos 1980, houve uma proliferação dessas organizações, devido à consolidação de programas de financiamento criados a partir dos programas de ajustamento estrutural, período em que emerge também a noção de “desenvolvimento alternativo”.

23 O I EBAA aconteceu em 1981 em Curitiba e reuniu cerca de 400 participantes; o II EBAA ocorreu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1984, envolvendo cerca de 1800 pessoas; o III EBAA aconteceu em Cuiabá, em 1987, e reuniu mais de 3000 pessoas; o IV EBAA ocorreu em Porto Alegre, em 1989, e envolveu cerca de 4000 pessoas (LUZZI, 2008).

Com o início do PTA, foram realizados mapeamentos e encontros estaduais que deram origem às Redes de Intercâmbio Estaduais, que se materializaram em ONGs, com uma ONG rede com sede, em geral, nas capitais dos estados. Em 1986, foi realizado o Encontro Estadual de Agricultura Alternativa em Minas Gerais, que reuniu cerca de 200 pessoas e que deu origem à Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE-MG)²⁴, com sede em Belo Horizonte. O PTA visava articular a questão tecnológica aos debates sobre luta pela terra e movimentos sociais rurais, buscando identificar, sistematizar, resgatar e difundir tecnologias alternativas originadas entre os próprios agricultores. O PTA esteve inicialmente vinculado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), de onde se desvinculou em 1989 e assumiu o caráter de rede de ONGs, a Rede PTA, e a criação de uma ONG de Assessoria ao PTA (ASPTA) (CINTRÃO, 1996).

Edmar Gadelha, que tinha sido da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), e estava trabalhando na REDE-MG convidou o grupo da comunidade Alfa para participar de um seminário e abordar o tema das tecnologias alternativas. A comunidade Alfa da Violeira vinha sofrendo uma redução no número de integrantes, já que à medida que os estudantes se formavam o grupo ficava menor. Ferrari, um dos fundadores da comunidade Alfa, e Breno, permaneciam, e Soraya somou-se a eles.

Havia uma discussão sobre o que fazer com a terra quando o grupo conheceu Edmar. O seminário organizado por Edmar e o grupo Alfa ocorreu no dia 20 de março de 1987, em Visconde do Rio Branco e durou três dias. De lá surgiu a ideia de criar o CTA, que seria então sediado na antiga comunidade Alfa. Segundo Breno, a área que é hoje a sede do CTA, a qual pertencia à comunidade Alfa, seria utilizada como uma área experimental para realizar os trabalhos com os agricultores:

Essa área aqui [CTA], inicialmente a gente pensou que seria uma área experimental, de produção, mas depois a gente viu que não tinha nada a ver isso. Você tem que fazer a coisa lá nos agricultores. O terreno é completamente diferente, cada terra é uma terra (Breno, Viçosa, 24 de janeiro de 2020).

Nessa época, diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) estavam surgindo, por intermédio da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e vários desses novos sindicatos participaram do seminário em Visconde do Rio Branco:

24 Segundo um de nossos entrevistados, a REDE-MG cumpria o papel de articulação, que posteriormente, em meados dos anos 2000, passou a ser realizado pela Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). Vale destacar, no entanto, que a REDE continua a ter um papel de destaque na atuação da AMA.

No primeiro seminário, em que se discutiu a ideia de criar o centro, optou-se por Viçosa devido à terra e ao grupo Alfa, embora existiam muito mais sindicatos “pro lado de lá” (da Serra do Brigadeiro). Aqui tinha também, tinha Piranga, Ponto Firme, mas tinha sindicato muito espalhado. Ponto Firme é um sindicato antigo, da época de 60, sei lá, mas muito atrelado à questão política do município. Visconde do Rio Branco tinha um sindicato forte, criado em 1984, que foi um dos primeiros criados aqui na região (Breno, Viçosa, 24 de janeiro de 2020).

Os primeiros sindicatos criados na região foram o de Visconde do Rio Branco, em 1983, via FETAEMG, o STR de Muriaé, criado em 1986, e o STR de Tombos, primeiro a ser criado com apoio da CPT, que em 1985 enviou um agente para a região. Esses três primeiros STR fundaram os demais via esquema de “mutirões”. O CTA foi constituído no dia 14 de novembro de 1987, quando foi realizado o segundo seminário. Embora se pretendesse trabalhar com o “conjunto do movimento sindical”, devido às disputas entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a FETAEMG, apenas os STR ligados à CUT aderiram à proposta de criação do CTA, conformando a Articulação Sindical da Zona da Mata (CINTRÃO, 1996).

A Articulação Sindical da Zona da Mata foi influenciada pelo Movimento da Boa Nova (MOBON), o qual organizava encontros de reflexão reunindo pessoas de diferentes Comunidades Eclesiais de Base (CEB). O MOBON se expandiu sem obedecer os limites de uma diocese e foi a partir dos seus encontros que se estabeleceram os laços para a articulação dos sindicatos (CINTRÃO, 1996). O MOBON teve como antecedente o Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho (MAPE), que surgiu nos anos 1950 em Manhumirim. O nome Boa Nova surgiu a partir de um curso chamado “A Boa Nova do Evangelho”, ministrado a partir de 1969 nas comunidades. Em paralelo, houve também a atuação de padres franceses²⁵ na região, que percorriam as zonas rurais para conhecer a realidade (COMERFORD, 2003).

Antônio Carlos Vagner, mais conhecido como Carlinhos, é atualmente presidente da Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), de Muriaé, que foi fundada em 2010, e diretor financeiro da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) de Minas Gerais. Carlinhos, que é da comunidade do Pontão, na zona rural de Muriaé, relata que ingressou no movimento a partir do trabalho das CEBs na região, mais especificamente o MOBON, que era ligado à Diocese de Caratinga, embora realizasse trabalhos em outras regiões. Segundo ele: “era um

25 “Dentre estes, estava o padre Gwenaël, que chegou em 1957 e se tornou figura central no movimento das CEBs nessa micro-região, sendo lembrado constantemente por todas as lideranças que relatam a criação das comunidades” (COMERFORD, 2003, p. 170).

movimento interessante que tinha dois cursos por ano e a gente trabalhava os grupos de reflexão na comunidade. É um pouco mais religioso, mas não era só religião, era uma religião de formação, de abrir a cabeça, de incentivo às associações, incentivo aos sindicatos”. Carlinhos tinha uns 19 anos quando fez um desses cursos do MOBON e depois começou a participar da Pastoral da Juventude Rural (PJR) que era bem forte na região.

Como boa parte dos/as agricultores/as que integram o movimento agroecológico, Nilson também chegou ao movimento por meio do trabalho das CEBs, que realizavam um trabalho de incentivo à organização dos agricultores, por meio dos STR:

Um dos lemas era esse, que o cristão não basta ser cristão de Igreja, cristão para ser cristão tem que pôr a mão na massa, tem que estar inserido na sociedade, fazendo as mudanças lá [...] Nessa época, eu estava na juventude, a gente ouvia muito falar das greves, os sindicatos mais combativos [...] E a gente talvez com esse desejo, aquela coisa nova de querer fazer alguma coisa, muitos jovens optaram por isso. Aí começou a discussão com os sindicatos. Um dos movimentos sociais fortes na região, que surgiu em vários municípios quase ao mesmo tempo, foi o trabalho de fundação para a formação dos sindicatos dos trabalhadores rurais. E nesse período eu também acabei entrando nesse processo aí [...] E basicamente nessa questão do meio rural, nesse período também surge em Viçosa, um grupo de agrônomos recém-formados pela UFV querendo trabalhar numa linha diferenciada daquela da Revolução Verde, o CTA (Nilson, Espera Feliz, 21 de setembro de 2021).

Nesse sentido, a partir dos STR recém criados, influenciados pelas CEBs, e integrantes do antigo grupo Alfa, foi constituída uma rede de atores envolvidos com a promoção da agroecologia na Zona da Mata, a qual “ora se confunde com a própria criação do CTA-ZM” (SCHMITT et al, 2016, p. 182), propiciando o início do movimento agroecológico na região.

Atualmente, segundo o estatuto social do CTA, do ano de 2017, este é constituído por pessoas físicas comprometidas com a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável adequado à agricultura familiar e baseado na agroecologia, sendo o seu quadro de associados composto por agricultores e agricultoras familiares, colaboradores/as e membros da equipe do CTA.

Para cumprir seus objetivos, o CTA se organiza por meio de Assembleia Geral; Diretoria; Comissão Executiva; Conselho Fiscal e Conselho de Cooperação, sendo a Assembleia Geral o órgão máximo. O CTA é administrado por uma Diretoria, composta por seis membros (um coordenador geral, um secretário, um tesoureiro e três suplentes) e uma Comissão Executiva. Desde o surgimento do CTA, os agricultores fazem parte de sua

diretoria, a qual é composta também por colaboradores, que são docentes da universidade, como afirma Breno.

O foco na agroecologia e não mais nas tecnologias alternativas foi um aspecto importante para a consolidação do trabalho do CTA na região, e por sua vez, à consolidação do movimento na região. Vejamos a seguir alguns elementos dessa trajetória entre os anos 1990 e início dos anos 2000.

1.3 Das tecnologias alternativas à agroecologia: a consolidação do CTA a partir dos anos 1990

Inicialmente houve alguns obstáculos para a atuação do CTA, seja devido à falta de estrutura e de recursos, seja pela ausência de uma proposta de trabalho clara (CINTRÃO, 1996). Segundo Breno, o primeiro financiamento do CTA foi proveniente de uma bolsa da organização Ashoka, entidade norte-americana que financia líderes. A bolsa foi concedida para o Ferrari, que já estava com família, mas proporcionou uma pequena distribuição do recurso, em dólares, para a manutenção da equipe técnica do CTA em 1987, pois antes disso “não tinha salário, não tinha nada [...] a gente não tinha dinheiro nenhum”. Breno relembra o apoio de Edmar e a articulação com outras entidades foi fundamental para a busca de recursos no exterior. Foi assim que, em 1989, o CTA participou de uma reunião da Rede PTA no Rio de Janeiro e conseguiu apoio financeiro. “Aí quando esse projeto vem que a gente dá uma respirada, aí começa o salário, primeiro salário”, relembra.

Segundo LUZZI (2008), embora o PTA/FASE e o trabalho de sensibilização e capacitação em torno das tecnologias alternativas tenha crescido, houve uma baixa incorporação das práticas propostas pelos agricultores, pois:

Não houve, na maioria dos casos, a preocupação em considerar as necessidades dos agricultores e de incorporar o seu conhecimento. Isso fez com que em diversas situações as tecnologias propostas pelos técnicos não encontrassem correspondência com os problemas concretos dos agricultores, o que dificultou a adoção das práticas alternativas. Algumas tecnologias eram muito trabalhosas ou necessitavam de muita mão de obra, outras se mostraram inadequadas às condições do local e à realidade dos pequenos produtores (LUZZI, 2008, p. 15).

Além disso, é importante destacar como a condição de parceiros dificultava a adoção das práticas alternativas. CINTRÃO (1996) ressalta que os parceiros são empregados e

muitas vezes pequenos proprietários, sendo que a organização do trabalho também é familiar; trata-se de uma categoria difícil de ser enquadrada, pois há fluidez entre pequeno proprietário, parceiro e assalariado, podendo a mesma pessoa ou família se encaixar em mais de uma categoria simultaneamente ou ao longo do tempo. Geralmente os parceiros possuem pouca autonomia com relação ao uso da terra, sendo muitas vezes impedidos de cultivar alimentos em consórcio com o café e obrigados a utilizar adubos e agrotóxicos nas lavouras (NAVES & ROMANO, 2011; FERRARI, 2010).

Segundo NAVES e ROMANO (2011), iniciativas como a Compra Conjunta de Terras, desenvolvida pelo STR de Araponga, com a colaboração do CTA, embora nem sempre significassem o rompimento imediato das relações de parceria existentes, já que muitas vezes o trabalho como parceiro continuava a ocorrer, em função da necessidade de pagamento da dívida, foi importante, pois levou à percepção de que:

A terra era, sem dúvida, condição primeira, mas, dentro dos padrões convencionais de produção agrícola para os quais informações, orientações técnicas e crédito eram direcionados, agricultores com poucos recursos e terras “enfraquecidas” não poderiam sobreviver. Era preciso, portanto, buscar uma alternativa também para a produção (NAVES e ROMANO, 2011, p. 16).

Com a tradução e publicação do livro de Miguel Altieri, “Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa”, em 1989, pelo PTA/FASE, houve uma mudança de abordagem teórica e metodológica com a incorporação do conceito de agroecologia. Assim, o foco de trabalho deixa de ser a difusão de tecnologias alternativas de forma isolada e passa a englobar os sistemas de produção como um todo e a promoção do desenvolvimento (CINTRÃO, 1996).

A introdução do conceito de agroecologia, mais que uma mudança conceitual, representou uma ruptura epistemológica trazendo implicações às abordagens metodológicas adotadas pelas ONGs. Os defensores da agroecologia buscaram construir um arcabouço conceitual que desse maior rigor científico à proposta da agricultura alternativa. Era um conceito que incorporava diferentes campos de conhecimento e propunha uma atuação mais integrada dos sistemas produtivos, valorizando o sujeito do processo de intervenção (LUZZI, 2008, p. 17-18).

Apesar da mudança de enfoque, segundo Breno, optou-se em manter o nome do CTA. Mas no caso da criação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), em 1990, de acordo com NOGUEIRA (2009): “[...] a substituição da palavra

“tecnologia” por “agricultura” obedeceu aos anseios de maior enraizamento do CAA junto ao campesinato norte-mineiro, para quem fazia sentido garantir que fosse inequívoca, desde o nome, a missão institucional (NOGUEIRA, 2009, p. 179)".

No início dos anos 1990, enquanto o CTA buscava inserir o debate sobre agroecologia, os sindicalistas buscavam fortalecer suas relações com os agricultores, em um contexto de crise econômica e política dos sindicatos. Havia certa estabilização das lutas, diminuição dos associados, redução de receitas, devido à criação do Sistema Único de Saúde (SUS), já que a carteirinha do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) deixou de ser necessária, além do aumento de demandas relacionadas à previdência e saúde e disputas políticas locais nos municípios. A mediação dos sindicalistas e a convergência dos distintos interesses foi fundamental para consolidar o trabalho do CTA junto aos pequenos produtores²⁶ (CINTRÃO, 1996).

As lideranças sindicais foram fundamentais para a inserção do trabalho dos técnicos do CTA nas comunidades. Nessa relação, foi priorizada uma atuação junto aos agricultores em seus municípios:

Então, o trabalho era muito mais nas comunidades do que aqui no CTA. O CTA era um espaço de reunir a turma toda dos vários municípios. A gente sentava para planejar o trabalho, fazia alguns cursos de formação mais temáticos, em torno de algum tema que envolvia o conjunto maior de agricultores. Mas a maior parte do trabalho é feito lá nos municípios (Ferrari, Viçosa, 27 e 28 de janeiro de 2020).

Além de priorizar o trabalho nos municípios, a adoção de metodologias que permitam conhecer a realidade local, seus problemas e suas potencialidades, como a dos diagnósticos participativos, contribuiu para a aplicação da perspectiva agroecológica. Segundo Ferrari, entre 1989 e 1990, técnicos da Rede PTA de todas as regiões do país fizeram um curso com Miguel Altieri em Fortaleza e o CTA foi uma das primeiras organizações a realizar um diagnóstico participativo, que contou com a assessoria de Jean Marc, da ASPTA, que havia tido experiências com o tema na África.

E aí nós começamos então a entrar numa segunda fase que era realizar diagnósticos participativos nos municípios, nas comunidades, para pensar a nossa ação já com o enfoque da agroecologia, a partir desses diagnósticos

26 Em agosto de 1991, foi realizado um encontro entre o CTA e sindicatos da região que resultou na estruturação da Escolinha Sindical Regional da Articulação Sindical e no documento “Estratégias de Ação Sindical dos Pequenos Produtores da ZM”. Foram estabelecidas cinco frentes de trabalho, a dizer, assalariados, pequenos produtores, mulheres, saúde e direitos sociais; o CTA ficou responsável pela frente “pequenos produtores”, que unia pequenos proprietários e parceiros (CINTRÃO, 1996).

(Ferrari, Viçosa, 27 e 28 de janeiro de 2020).

Breno e Ferrari destacam que o primeiro diagnóstico foi realizado no município de Guidoal, próximo a Viçosa. A realização do diagnóstico em Guidoal propiciou uma maior aproximação da equipe do CTA com a universidade, já que o contato que havia antes era como estudante “bicho grilo”. Por ser um polo de produção hortigranjeira, a escala de produção e o uso de agrotóxicos era muito grande e teve início então um trabalho envolvendo o uso de caldas alternativas. No entanto, o trabalho em Guidoal enfrentou muitas dificuldades, relembra Breno, que trabalhou no município entre 1993 e 1994. Embora houvesse agricultores familiares que queriam diminuir o uso de agrotóxicos, o trabalho com esses agricultores não teve prosseguimento, pois houve dificuldade na implantação de novas culturas; uma das poucas culturas que foi possível introduzir no município foi o inhame, que é mais resistente às doenças, relata.

Além do diagnóstico em Guidoal, foi realizado um diagnóstico temático sobre produção animal, a qual estava começando a ganhar destaque, já que era um período em que o preço de café estava em baixa. Como resultado foi estruturado um plano de ação em conjunto com os sindicatos da região visando apoiar a produção animal, com ações envolvendo suplementação alimentar, produção de capineira e de sal mineral, além de divisão de pastagens.

Como CINTRÃO (1996) observou, a avaliação dos agricultores sobre a adoção de inovações tecnológicas é complexa, sejam elas modernas ou alternativas. Assim, “quanto mais distante uma inovação tecnológica for dos costumes correntes, mais dificuldade parece haver na sua incorporação” (CINTRÃO, 1996, p. 258). O trabalho em torno dos campos de produção de sementes de milho crioulo, por exemplo, foi um dos que mais se expandiu na primeira metade dos anos 1990. O cultivo do milho crioulo se aproximava de estratégias que os agricultores já implementavam, como a utilização de variedades “antigas”, evitando os altos custos e as perdas. As sementes híbridas são mais suscetíveis ao ataque de caruncho e o plantio da “semente de paiol”, ou seja, a semente híbrida que é plantada no ano seguinte, diminui as perdas, pois ela é mais resistente ao caruncho, embora haja queda na produtividade (CINTRÃO, 1996).

Se a realização dos diagnósticos participativos contribuiu para a aplicação da perspectiva agroecológica no trabalho desenvolvido junto aos agricultores da região, é importante frisar ainda a importância de elementos associados à religiosidade e à espiritualidade, de maneira mais ampla. Nesse sentido, podemos ressaltar a “eficácia

simbólica” das CEB no processo de adoção das inovações que vinham sendo propostas, pois: “quando a questão ecológica é trabalhada pela igreja, a partir da religiosidade, ela parece sensibilizar os agricultores de maneira muito mais importante do que o trabalho dos técnicos” (CINTRÃO, 1996, p. 259).

Em 1993, foi realizado um diagnóstico participativo no município de Araponga, fruto da parceria do CTA com a UFV, como revela a professora Irene Cardoso. Nascida no município de Caratinga, Irene estudou agronomia em Viçosa nos anos 1980, tendo feito parte do movimento estudantil da UFV e era amiga do Ferrari. “Eu sempre quis trabalhar na extensão, eu fiz agronomia por conta da extensão”, relata. Após trabalhar por cerca de dois anos na Emater do Paraná e apenas 4 meses no MST da Paraíba, quando retornou para o Paraná, durante a campanha de Klaus Guerner para a prefeitura de Curitiba, decidiu se inscrever nos programas de mestrado na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na UFV. Assim, em 1989, retornou para a UFV, para cursar o mestrado, onde desenvolveu uma pesquisa na temática da etnopedologia, a qual foi realizada no município de Ervália, em parceria com o CTA.

Em 1993, quando ingressou como professora efetiva na UFV, um grupo de agricultura familiar da universidade tinha interesse em realizar uma parceria mais efetiva com o CTA. Ao mesmo tempo, o STR de Araponga queria aprofundar a parceria com o CTA e realizar um diagnóstico que pudesse auxiliar na elaboração de um plano de ação para o sindicato. Segundo Irene, o seu Neném, que era o presidente do sindicato, disse que o STR queria entender por quê as pessoas estavam saindo da roça e forneceu as perguntas bases do diagnóstico, o qual foi coordenado por Andréa Alice, que tinha trabalhado na ASPTA.

Foi realizado um grande encontro para discutir os principais resultados do diagnóstico, os quais apontavam que, na realidade, havia mais gente voltando para a roça do que saindo. Além disso, foram apontadas questões relativas à educação, saúde (articulada com plantas medicinais), criação animal e a questão do “enfraquecimento das terras”, elencada como prioritária. O diagnóstico de Araponga foi, portanto, um marco fundamental para a consolidação dos trabalhos de agroecologia na região Zona da Mata, fortalecendo as parcerias do CTA com o Departamento de Solos (DPS) e o Departamento de Educação (DPE) da UFV.

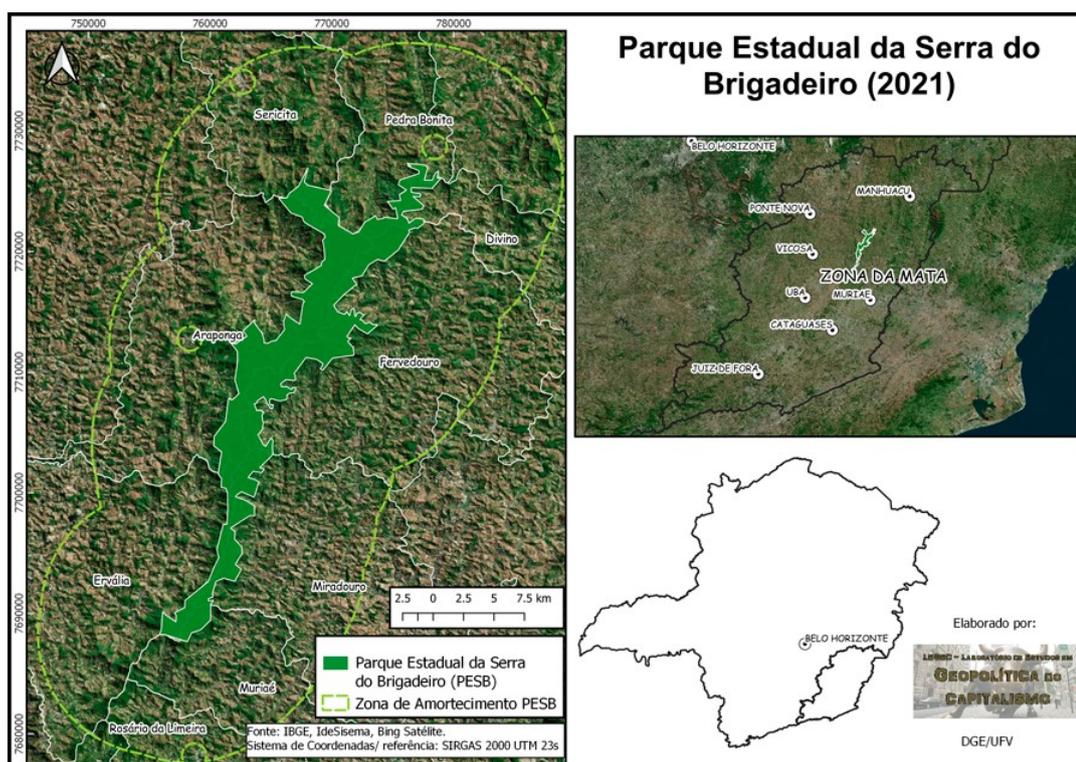
Em seguida, foi realizado um encontro menor, com cerca de 50 lideranças, em que foram discutidas alternativas para os problemas apontados. Segundo Irene, nesse encontro, um agricultor de Araponga, da comunidade de Estouro, demonstrou preocupação com a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): “Olha vocês tão querendo

fortalecer as terras, porque a ideia então era fortalecer as terras, mas vai ter o Parque e o Parque vai tomar as nossas terras, então fortalecer a terra para quê, se a gente não vai ter terra?”. Nesse encontro é que a questão da criação do PESB, que tinha sido apontada no diagnóstico, foi incluída na lista de priorização:

E na época que a gente fez esse diagnóstico, a gente identificou uma apreensão muito grande em algumas comunidades sobre o processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro [...] que é exatamente o divisor de águas aqui [...] E em algumas comunidades o pessoal estava apavorado, tava correndo a notícia de que eles iam ser expulsos, que ia tirar todo mundo, que ia soltar bicho lá no parque, soltar leão, não sei o quê. O povo desinformado e o pessoal criando uma unidade de conservação a partir de um estudo que delimitava que tudo que fosse acima da cota de 1000 metros no entorno da Serra do Brigadeiro deveria ser o parque. Ai, nós começamos a acompanhar esse processo lá (Ferrari, Viçosa, 27 e 28 de janeiro de 2020).

A proposta era que, a partir da cota 1000 as famílias que haviam no entorno da serra seriam desapropriadas, o que resultaria no desalojamento de mais de 450 famílias. Para tentar impedir que isso ocorresse, foi realizado um grande processo de mobilização das comunidades, possibilitando que os sindicatos e outras organizações participassem no processo de definição dos limites do parque, junto ao Instituto Estadual de Florestas (IEF). Dessa maneira, o PESB foi um dos primeiros parques criados em Minas Gerais que contou com uma participação efetiva das comunidades. No mapa abaixo, podemos visualizar os limites do PESB, bem como sua zona de amortecimento.

Figure 5: Localização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro



Fonte: Lei.²⁷ Crédito: Gustavo Iorio/Legec

Nesse sentido, percebe-se que o processo de mobilização das comunidades, que envolveu diversas organizações, permitiu influenciar os processos decisórios em torno da constituição do PESB, de maneira tal que levou à redefinição dos limites em torno dele. Ao permitir que as comunidades envolvidas pudessem participar do processo de decisão em torno da delimitação do parque, foi possível criar um encaixe institucional, possibilitando que a participação das comunidades pudesse ser considerada no processo de criação de unidades de conservação.

O processo de mobilização em torno da criação do PESB durou cerca de três anos e possibilitou que o CTA desenvolvesse um trabalho envolvendo sementes, sistemas agroflorestais (SAF), qualidade do café e homeopatia em algumas comunidades de Araponga, relata Breno.

A agrofloresta é um tipo de método de cultivo agroecológico que combina a produção de culturas arbóreas com culturas agrícolas, animais e/ou outros recursos naturais dentro do mesmo sistema de manejo da terra. Este método visa aumentar ou sustentar a produtividade da terra, mantendo a estabilidade do ecossistema, especialmente em regiões subtropicais (BOTELHO; CARDOSO; OTSUKI, 2016, p. 123).

27 Serra do Brigadeiro: inspiração para territórios livres em MG e no mundo – Série “O direito a dizer NÃO” #5. Disponível em: <https://leia.org.br/serra-do-brigadeiro-uma-gigante-inspirando-os-territorios-livres-serie-o-direito-a-dizer-nao-episodio-5/> Acesso em: 28 de dezembro de 2021.

Foi então criada a Comissão Terra Forte, a qual sugeriu um trabalho de experimentação com os SAF. Segundo Irene, foram implantadas 39 experiências de SAF, de forma participativa, as quais se tornaram objeto de estudo em sua tese de doutorado, que visava compreender a disponibilização de fósforo nos sistemas.

Em 1994, quando ocorreu o início do trabalho de implantação dos SAF, o monitoramento dos sistemas apontou queda na renda dos agricultores, devido à diminuição na produção de café. Para minimizar essa situação foi necessário um subsídio de apoio aos agricultores, viabilizado por meio de apoio do MMA. Além disso, houve também um redesenho dos sistemas, buscando incluir mais espécies frutíferas para diversificar a produção (CARVALHO et. al., 2005).

A sistematização das experiências mostrou que a implantação dos SAF permitia que os agricultores pudessem conviver de forma harmônica com a natureza:

Então, você vai hoje conversar com os agricultores lá do entorno do parque, que é uma coisa maravilhosa, e nós já fizemos isso, e os agricultores falam: “olha, a gente tem água hoje graças a esse parque”. Você olha uma comunidade bem no entorno do parque, tem palmito Juçara no meio do café, palmito Juçara pra tudo quanto é lado. “Mas por que vocês tem tanta Juçara”? “Ah, porque a gente não podia mais tirar porque era parque e fala e brinca e morre de rir”. E eles entendem a importância do parque, sabem que é importante. Então assim, você não tem conflito com o Parque, em várias outras regiões têm. Mas em municípios que teve menos esse trabalho, mais no Norte do Parque [...] tem mais problema com fogo; é exatamente onde não teve muito trabalho de agroecologia [...] Em Araponga, eles queimam muito pouco, os agricultores costumam falar que a gente tirou o fogo de labareda e o fogo químico, que é o *roundup*. Eles falam que o *roundup* é um fogo que queima pior que o fogo de labareda e eles falam “a gente não usa nem o fogo químico, nem o fogo de labareda” (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Assim, o trabalho realizado em algumas comunidades do entorno do PESB foi uma oportunidade para avançar no desenvolvimento das experiências agroecológicas na região. Outros fatores influenciaram o desenvolvimento dessas experiências, afinal, nesse período, houve também alta nos preços de café, o que levou os agricultores a retornarem para a lavoura. Havia também pressão de multinacionais como a Bayer na comercialização de agrotóxicos, o que deu origem, entre 1997 a 2000, aproximadamente, à Campanha em Defesa da Vida e do Meio Ambiente, protagonizada por STRs, CTA, CPT, entre outras organizações da região.

Segundo Sandra, que é coordenadora da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (COOFELIZ), essa campanha contra os agrotóxicos foi bastante forte na região e vários companheiros chegaram até a ser ameaçados por fazendeiros. Nesse período, o sindicato buscou fomentar a realização de cursos de homeopatia na região, com apoio do professor Vicente Wagner Dias Casali, mais conhecido como Casali, do Departamento de Fitotecnia, do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFV.

Com a vitória do PT em algumas prefeituras e a partir da avaliação de que o trabalho de promoção da agroecologia, embora estivesse avançando, estava ainda muito circunscrito a algumas comunidades, foram estruturados programas de desenvolvimento local nos municípios com o objetivo de apoiar a comercialização dos produtos por meio da organização de grupos, estruturação de cooperativas e pequenas agroindústrias. Segundo Carlinhos, nos anos 1990 discutia-se muito a questão da organização da produção, tendo sido criada uma associação regional, que tinha apoio do CTA e de algumas secretarias estaduais. Porém, posteriormente a ideia era que cada município criasse a sua associação; em Muriaé, por exemplo, foi fundada a Associação Intermunicipal, que incluía os municípios de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira, os três municípios que são a base do sindicato.

A primeira experiência de programa de desenvolvimento local foi no município de Tombos, em 1998, que contou com a participação de mais de vinte estudantes da UFV; em seguida as experiências se expandiram para os municípios de Araçuaia, Acaiaca e Espera Feliz. Surgiram, porém, algumas dificuldades no trabalho em alguns municípios, como instabilidade, cooptação de organizações e dificuldade da prefeitura assumir os compromissos firmados. Os problemas levaram a um redirecionamento do trabalho, buscando retirar o foco da relação com a prefeitura para promover o protagonismo e fortalecimento das organizações:

A gente fez convênio com a prefeitura de Tombos primeiro. Eles entraram com recurso para ter um carro, um escritório e para pagar um técnico que ficasse no município. Em Araçuaia foi a mesma coisa. Em Acaiaca a mesma coisa. Aí quando foi em Espera Feliz, a gente até mudou o nome do programa. Era Programa de Desenvolvimento Local, aí passou a ser Programa de Envolvimento Local. Porque aí, independente da relação com a prefeitura, o importante era que o conjunto de organizações dos diversos municípios se articulasse mais, com o nosso apoio, para pensar um processo de desenvolvimento independente de quem está [se o PT está na prefeitura, se não está], mas que essas organizações tivessem capacidade de negociar isso (Ferrari, Viçosa, 27 e 28 de janeiro de 2020).

A experiência do CTA em torno dos programas de (des)envolvimento local nos

municípios ocorreu em um contexto em que as ONGs passaram a atuar como formuladoras de políticas públicas, de forma que o movimento agroecológico que buscava se consolidar na região pudesse arquitetar encaixes institucionais que permitissem ampliar a capacidade de ação e articulação. Segundo ABRAMOVAY (2000), houve uma ampliação das conexões das entidades da Rede PTA nos anos 1990, em comparação com o seu período de surgimento, em que, “o que se montou foi uma articulação mais ou menos centralizada de entidades semelhantes, muito mais do que a flexibilidade e a abertura evocada na palavra rede” (ABRAMOVAY, 2000, p. 167). Ou seja:

Em outras palavras, vão-se criando novos nós na composição da rede e por aí se ampliam as teias de interdependência de que ela é feita. O importante é que ela vai assumindo uma feição mais heterogênea e diversificada que em seu período inicial, por mais que a articulação entre os “fundadores” procure, em certa medida, preservar os princípios em torno dos quais se organiza. Se seus interlocutores iniciais eram fundamentalmente as instituições internacionais financiadoras, as igrejas e suas bases sociais, agora a rede está mergulhada na elaboração de políticas públicas (tanto no plano local quanto no regional e nacional), nos contatos com organismos brasileiros de financiamento, com as universidades e prefeituras, num conjunto extremamente diversificado (ABRAMOVAY, 2000, p. 172).

Os programas de desenvolvimento local nos municípios podem ser vistos como tentativas de arquitetar encaixes institucionais de maior alcance, ou seja, domínios de agência, de modo a ampliar a capacidade de agir dos atores sociais ligados ao movimento agroecológico que começava a se consolidar na região. As dificuldades relacionadas à gestão e à própria concepção desses programas evidencia que a construção do movimento social é permanente, com momentos de disputas e rupturas que podem até fragilizar as ações coletivas, bem como criar divisões, mostrando que os elos da rede não são estáveis. Segundo DELLA PORTA & DIANI (2006), embora o formato em rede possa ser caracterizado pela horizontalidade, formas hierárquicas de interação podem existir, sendo a análise de redes uma importante estratégia para identificar opositores, pontos que concentram, desagregação, entre outros elementos.

Os conflitos que surgem entre integrantes de uma rede ou movimento social podem comprometer a sua atuação e/ou levar a modificações em sua estrutura. É o que aconteceu, por exemplo, por volta de 2000, quando houve um “racha” entre FETAEMG e CUT, levando ao afastamento de alguns sindicatos da FETAEMG do movimento agroecológico e à criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado (FETRAF). Os sindicatos que continuaram ligados à FETAEMG se retiraram da articulação com o CTA e uma

reaproximação só foi retomada anos depois, por intermédio de ações ligadas à política territorial do Governo Lula, segundo um de nossos entrevistados.

Um aspecto fundamental do repertório de ação do movimento agroecológico na Zona da Mata foi a realização de programas de formação. Por volta dos anos 2000, surgiu o Programa de Formação de Monitores (PFM), primeiro programa de formação regional realizado pelo CTA, que estava vinculado à escolinha sindical e tinha como objetivo formar lideranças para os sindicatos. Na época, devido à exigência de uma das entidades que apoiavam financeiramente o CTA, surgiram editais para contratação de mulheres, o que levou ao início da incorporação das temáticas de gênero nas ações. Foi nesse sentido que o PFM buscou promover a participação de homens e mulheres de maneira igualitária, o que provocou discussões no âmbito dos sindicatos com relação à participação das mulheres. Surgiram assim as primeiras comissões de mulheres nos sindicatos e a Comissão Regional das Trabalhadoras Rurais.

Diante da alta dos preços do café na região no começo dos anos 2000, após um período de queda nos anos 1990, que havia levado muitos agricultores a investirem na pecuária, foi elaborado o Plano Estratégico do Café (PEC), o qual constatou potencial para a produção e comercialização de café orgânico. O foco seria na comercialização, que era um gargalo, pois os agricultores perdiam muito nesse processo devido à dependência dos atravessadores.

A partir dos resultados do PFM e do PEC, o CTA estruturou então o Programa de Formação de Agricultores(as) (PFA). Foram dois anos de PFA, que tinha como objetivo promover a formação em sistemas agroecológicos de produção de café. A ideia era ter dois monitores em cada município que produzia café, de forma que os monitores pudessem acompanhar as experiências nos municípios, atuando como técnicos de campo. Porém, segundo Breno, o PFA acabou não tendo muito êxito, pois quando há limites quando a assistência técnica é individual, afinal é possível atingir apenas alguns agricultores, deixando outros de fora.

Nesse sentido, podemos perceber que o movimento agroecológico se consolidou a partir dos anos 1990 empregando diversas estratégias de atuação, inclusive por meio da criação de encaixes institucionais, o que nos coloca diante da importância de considerar a sua relação com as políticas públicas. Segundo Irene, apesar de existir diferentes visões com relação à necessidade ou não de políticas públicas para apoiar a agroecologia, sendo a defesa da autonomia dos agricultores em relação ao Estado muito presente em alguns países da América Latina, esse não é o caso do Brasil:

No Brasil, a gente conseguiu construir uma relação com o Estado, talvez até por causa da origem desse movimento da agricultura alternativa no Brasil, que permite essa compreensão da importância das políticas públicas. E podemos estar errados, mas até então a gente compreende que as políticas públicas são importantes. E aí, eu acho que isso tem a ver inclusive, com esse histórico da construção do movimento de agricultura alternativa no Brasil e também dos movimentos políticos [...] as CEBs apontavam a necessidade de se organizar, em todos os níveis, desde associação, passando pelo sindicato, até partido político. Então, se você for olhar na Zona da Mata, em Minas Gerais, de uma forma geral, o movimento dos camponeses, dos agricultores familiares no geral foi muito importante na construção do PT e continua sendo muito forte até hoje (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Vejamos a seguir como o movimento agroecológico da Zona da Mata de Minas Gerais contribuiu para a criação de encaixes institucionais de maior alcance, tanto a nível federal, quanto estadual e regional.

CAPÍTULO II Agroecologia e políticas públicas: construções, limites e desafios

Neste capítulo, pretendemos caracterizar alguns processos de institucionalização da agroecologia, buscando entender como o movimento agroecológico contribuiu para a construção de políticas de apoio à agroecologia, além de identificar limites e desafios na estruturação desses encaixes institucionais. Na seção inicial, abordamos brevemente o contexto de fortalecimento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e agroecologia que vigoraram no país entre 2003 e 2015, o qual possibilitou a criação da PNAPO, que foi um marco no processo de institucionalização de políticas de apoio à agroecologia. Na sequência, analisamos alguns processos relacionados à elaboração da PEAPO/MG, um elemento importante no processo de estruturação de encaixes institucionais no estado de Minas Gerais. Por fim, apontamos alguns elementos relativos à criação do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata, o qual pode ser uma ferramenta importante para a ampliação do movimento e o surgimento de inovações.

2.1 Agricultura familiar e agroecologia na agenda de políticas públicas

A partir do final dos anos 1980, com a reorganização dos movimentos sociais no Brasil e o processo de redemocratização do país, cresceu o consenso em torno da necessidade de políticas de reconhecimento da agricultura familiar, embora houvesse distintas abordagens sobre o tema. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ocorrido em 1996, representa, pela primeira vez na história do país, a valorização e o reconhecimento desse setor (WANDERLEY, 2014).

Porém, embora a criação do PRONAF seja um marco da institucionalização de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, foi no período entre 2003 e 2015 que observamos o fortalecimento de políticas públicas específicas para o setor. Diante do novo contexto político com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, ampliaram-se as possibilidades de participação da sociedade civil no processo de elaboração de políticas públicas. Foi instituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), pelo decreto nº 4.845/2003, um órgão colegiado ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O CONDRAF, que existiu até 2016²⁸, era formado de maneira paritária por representantes do poder público e representantes da sociedade civil, e tinha o objetivo de

28 O decreto que dispõe sobre o CONDRAF foi revogado pelo decreto nº 8.735, de 2016.

propor diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e reforma agrária.

Nesse processo de valorização e reconhecimento da agricultura familiar, foi fundamental a realização do Censo Agropecuário de 2006, que mostrou a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no Brasil:

Eu lembro que quando saiu os resultados do IBGE [...] aí tinha um grupo da FAO naqueles jantares de início de congresso e a pessoa da FAO falou assim: “olha eu to impressionada, eu achava que no Brasil quem produzia alimento era o agronegócio, não era agricultura familiar”. Você ta impressionada, mas a gente sempre soube que não era, só que a gente não tinha dados, não tinha informação. (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Além de dimensionar a relevante contribuição da agricultura familiar para a produção de alimentos no país, em 2006 foi criada a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), trazendo reconhecimento para a categoria. Segundo Irene: “Eu lembro de ter conversado com um agricultor que tava fazendo um curso na semana do fazendeiro [...] o agricultor levantou e falou assim, eu tenho o maior orgulho, agora eu posso dizer que eu tenho uma profissão, eu sou um agricultor familiar”.

Contudo, o surgimento da categoria agricultura familiar não ocorreu sem tensões e contradições, conforme destaca PICOLOTTO (2014), o que contribui para o surgimento de reivindicações de outras categorias como a dos povos e comunidades tradicionais, que vêm demandando políticas específicas, não direcionadas à integração aos mercados. Para FERRARI (2010), a definição genérica de agricultura familiar utilizada pelo Estado e por organizações e movimentos sociais pode excluir determinados segmentos que não se encaixam na categoria e contribuir para fortalecer os que se integram “ao complexo do capital agroindustrial, que convive periféricamente com o agronegócio exportador” (FERRARI, 2010, p. 6):

A adoção de uma definição genérica e imprecisa de “agricultores familiares” como público para o qual profissionais e organizações direcionam suas ações, e o qual pretende apoiar, é insuficiente, podendo ocultar a perspectiva de que algumas dessas ações têm a possibilidade de incluir apenas uma parcela de agricultores, que reúne as condições objetivas em um dado momento histórico, mas uma inclusão parcial, pequena, e que inclusive pode provocar uma diferenciação de relações de poder entre os mesmos (FERRARI, 2010, p. 6).

De toda forma, apesar dos limites envolvendo o enquadramento das agricultura familiar, esse contexto possibilitou que atores do movimento agroecológico pudessem

contribuir na arquitetura de encaixes para institucionalização da agroecologia no país, afinal, segundo SCHMITT et al (2016), diversos ativistas ligados ao campo agroecológico passaram a ocupar cargos de gestão nos ministérios e participar de conselhos, tendo expressividade nas discussões relacionadas às políticas públicas. Um maior protagonismo de representantes do fórum de segurança alimentar e nutricional favoreceu, por exemplo, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que se promove segurança alimentar, produção e consumo de alimentos locais e agroecologia (GRISA, 2010).

É preciso ressaltar que algumas experiências anteriores favoreceram o processo de institucionalização da agroecologia no país. SCHMITT et al (2016) destacam, por exemplo, a estruturação do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) em 1995, implementado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com a cooperação alemã. O PDA integrava o Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) na Amazônia e Mata Atlântica, e envolveu governo federal, organismos de cooperação internacional, redes de ONGs e movimentos sociais atuantes nos dois biomas²⁹.

Outra experiência significativa, mas em âmbito estadual, se refere às políticas de apoio à produção agroecológica que foram formuladas e implementadas na gestão de Olívio Dutra, do PT, no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2003. Essa experiência foi fundamental para apoiar as políticas de apoio à agroecologia que foram implementadas em âmbito federal com o início do Governo Lula, em 2003 (SCHMITT et al, 2016).

Quais os efeitos das políticas públicas de apoio à agricultura familiar para o fortalecimento da agroecologia na Zona da Mata? Embora não tenha sido possível analisar esses efeitos, destacamos, brevemente, algumas políticas que foram fundamentais para a melhoria das condições de trabalho e de vida da agricultura familiar. É o caso, por exemplo, do programa Luz para Todos, que propiciou melhorias nas condições de trabalho das pessoas no campo, afinal, muitas comunidades vieram a ter acesso à energia elétrica a partir da implantação desse programa³⁰.

29 Com objetivos amplos que envolviam redução do desmatamento, gestão ambiental, entre outros, o PPG7 era composto por dezoito componentes, entre eles o PDA, que visava à implantação de ações voltadas para o manejo dos recursos naturais e produção agrícola, tendo se destacado pela ativa participação da sociedade civil na sua formulação e implantação (SCHMITT et al, 2016). Segundo Irene, a implementação do PDA foi fundamental para a implantação de SAFs e de outras tecnologias sustentáveis voltadas para o manejo da Mata Atlântica, inclusive na região da Zona da Mata de Minas Gerais.

30 “Tem muita gente preconceituosa que fala assim, o quê que vai comprar primeiro, ah é televisão. É mentira. O que as mulheres mais querem comprar, um liquidificador, uma geladeira pra guardar os alimentos, um tanquinho de lavar roupa pra facilitar o trabalho. O que os homens normalmente pensam, uma picadeira, porque aí você vai conseguir cuidar melhor da alimentação dos animais. Então, teve um agricultor que uma vez falou: nós queremos energia, nós não queremos luz, porque não é para iluminar, é energia pra movimentar as coisas” (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

O Programa Minha Casa Minha Vida também foi importante, já que agricultores/as familiares nunca tiveram apoio para melhorar suas habitações rurais, algo extremamente importante para a qualidade de vida. A figura abaixo mostra uma casa construída com apoio desse programa, no município de Espera Feliz.

Figure 6: Casa construída com apoio do Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: do arquivo da autora.

Outra política importante foi o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), desenvolvido no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do antigo MDA. Na Zona da Mata, o PRONAT contribuiu para aquisição de equipamentos às várias associações e cooperativas da região, além de apoiar a construção da EFA Puris, de Araponga. A implementação do programa na região foi favorecida pela experiência em torno da criação do PESB e assim o CTA propôs a criação do Território da Serra do Brigadeiro, no âmbito do PRONAT.

Percebe-se assim que a experiência anterior que propiciou a participação social na criação do PESB foi fundamental para que se pudesse arquitetar encaixes institucionais de maior alcance. E não apenas na Zona da Mata, já que houve uma ação da AMA para que as organizações do movimento agroecológico mineiro enviassem propostas de criação de territórios em suas regiões de atuação, buscando favorecer a aprovação de projetos que considerassem a identidade e a participação das organizações da agricultura familiar no processo de criação dos territórios. A ação teve êxito, já que quatro, dos cinco projetos aprovados no estado, estavam ligados às organizações do movimento agroecológico, e seriam

desenvolvidas nas regiões do Norte de Minas, Rio Doce, Vale do Mucuri e Zona da Mata.

Os programas de compras governamentais, PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foram também muito importantes para a agricultura familiar, já que atuam em um dos principais gargalos para a agricultura familiar, ou seja, o processo de comercialização. Segundo Irene, “o PAA e o PNAE são programas que visibilizam e criam mercados para a diversidade, que é a base da agroecologia. Você não pensa em agroecologia sem diversidade”.

A COOFELIZ³¹, que abrange os municípios de Caparaó, Espera Feliz e Caiana, foi fundada em 2006 e implementou o primeiro projeto do PNAE por volta de 2007; em 2021, a cooperativa atendeu pelo programa cerca de 12 escolas estaduais. Já a COOPAF implementa o PNAE desde 2009; em 2021, a cooperativa forneceu alimentação escolar para mais de 80 escolas de vários municípios. Atualmente, o PNAE é um dos poucos programas de apoio à agricultura familiar que ainda permanecem, dado o desmonte das políticas públicas que ocorreu especialmente após 2016.

Apesar da importância dessas e de outras políticas que contribuíram para fortalecer a agricultura familiar na região e considerando não ser possível analisar de maneira mais detalhada todas elas, selecionamos três políticas que possuem uma interface mais direta com o fomento à agroecologia: a PNAPO, a PEAPO-MG e o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata. A escolha busca considerar as interconexões estabelecidas entre diferentes escalas de análise, a dizer, no âmbito federal, estadual e regional, no processo de articulação de encaixes institucionais pelo movimento agroecológico.

2.2 A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Embora tenhamos optado em abordar o processo de institucionalização da agroecologia a partir da criação da PNAPO, é importante destacar que o marco legal da Agricultura Orgânica estabeleceu conceitos e embasamentos que foram adotados no âmbito da PNAPO. A construção do marco legal demonstrou a capacidade dos atores do movimento

31 Segundo Sandra, presidente da cooperativa, estavam realizando um cadastro socioprodutivo na cooperativa e dos atuais 123 sócios acredita-se que o número de sócios reduza para algo em torno de 90, em função de irregularidades na DAP. Estão recebendo uma assessoria nesse trabalho, que pretende levantar quem realmente vai ficar na cooperativa, com documentação regularizada. Outro ponto que ela levanta é que, “apesar de trabalhar no movimento social, se for prestar atenção, você não conhece com quem você trabalha”. Segundo ela, o levantamento já mostrou um potencial muito grande de produção de ponkan e laranja, além de banana. Vão começar a entregar cerca de 2.000 a 3.000 kg de bananas para escolas municipais do Rio de Janeiro, pelo PNAE.

agroecológico brasileiro influenciarem no processo de definição de normas para a produção e certificação de produtos orgânicos.

A construção do marco legal da Agricultura Orgânica no país teve início com as discussões da Instrução Normativa (IN) nº 007/1999, do MAPA. Havia disputas entre empresas certificadoras, interessadas na exportação de produtos orgânicos, e organizações envolvidas em experiências de agricultura alternativa, com foco em canais diretos de comercialização, como as feiras (TORRES & PASSOS, 2013). A IN nº 007/1999 definia as normas e procedimentos para a produção e certificação de produtos orgânicos no país e tornava a certificação obrigatória, ainda que de forma flexível pela adoção do processo de certificação mais adequado às características da região (ARL, 2010). A certificação obrigatória foi concebida a partir do contexto dos grandes centros urbanos e do mercado exportador, porém tal medida desconsiderava a realidade de pequenos municípios, em que há maior proximidade e relações de confiança entre agricultores e consumidores (TORRES & PASSOS, 2013).

A tentativa de regulamentação da normativa provocou reações no âmbito do movimento agroecológico, protagonizadas pela Rede Ecovida de Agroecologia e outros grupos, durante o I ENA, em 2002, no Rio de Janeiro. Assim, foi criado o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO³²), coordenado pela Rede Ecovida, o qual criou Grupos de Trabalho (GT), como o GT de Certificação Participativa, de forma a ampliar e aprofundar o debate sobre a proposta de certificação participativa, tendo sido realizadas oficinas em todas as regiões brasileiras, com apoio do MDA. O GAO criou o texto base da proposta de lei, a qual contestava a obrigatoriedade legal da certificação, tornando-a uma das formas de avaliação da conformidade. Nesse sentido, foi criado o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG), em oposição à ideia anterior de um Sistema Brasileiro de Certificação. É importante destacar que os movimentos sociais do campo estavam alheios a esse debate, pois a agroecologia ainda não era central em suas pautas (ARL, 2010).

A lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, dispõe sobre a agricultura orgânica e prevê, dentre outros aspectos, o incentivo à integração entre os segmentos da cadeia de produção e consumo, além da regionalização da produção e comércio como finalidades do sistema de produção orgânica. Segundo a lei, diversos sistemas se enquadram como agricultura orgânica: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros. ARL (2010) destaca que agricultura orgânica se tornou um termo

32 O GAO envolvia doze dos principais organismos de conformidade de produtos orgânicos do Brasil, além de organizações públicas e privadas de oito estados, ligadas à agricultura orgânica e ecológica (ARL, 2010).

“guarda-chuva” que não compromete as identidades que foram construídas ao longo dos anos, embora algumas visões de orgânico sejam limitadas a um produto, enquanto outras privilegiam a noção de processo.

Nesse sentido, podemos perceber que a atuação do movimento agroecológico foi fundamental no processo de estruturação do marco legal da agricultura orgânica no Brasil, tendo sido central para garantir diferentes mecanismos de conformidade da produção orgânica na legislação brasileira, tal como a certificação participativa, que será tratada posteriormente.

Anos depois foi instituída a PNAPO, por meio do decreto nº 7.794/2012, que tinha como objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações com foco na produção orgânica e de base agroecológica, de forma a promover o uso sustentável dos recursos naturais e a oferta e consumo de alimentos saudáveis à sociedade. Vale frisar que a PNAPO foi instituída após intensa mobilização de movimentos de mulheres durante a Marcha das Margaridas de 2011.

Segundo SAMBUICHI et. al (2017), a PNAPO foi construída a partir de iniciativas promovidas pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO), do MAPA, e pela ANA, que realizou seminários em todas as regiões do país. Irene destaca que a ANA realizou cinco seminários regionais e um nacional, processo que foi coordenado por Ferrari, que na época atuava como técnico do CTA. A ANA contribuiu para a elaboração das diretrizes da política, que se tornou referência para a construção de políticas de apoio à agroecologia em outros países da América Latina e Europa.

O decreto não apresenta uma definição de agroecologia, porém define transição agroecológica como o processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. A produção de base agroecológica é definida como aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, sendo abrangida ou não pelos mecanismos de controle estabelecidos pela legislação sobre produção orgânica. A seguir, apresentamos uma lista contendo as diretrizes e os instrumentos da PNAPO:

Diretrizes:

- Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base

agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;

- Promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;

- Conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

- Promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos agricultores familiares;

- Valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

- Ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica;

- Contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

Instrumentos:

- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO;
- Crédito rural e demais mecanismos de financiamento;
- Seguro agrícola e de renda;
- Preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções;

- Compras governamentais;

- Medidas fiscais e tributárias;

- Pesquisa e inovação científica e tecnológica;

- Assistência técnica e extensão rural;

- Formação profissional e educação;

- Mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica;

- Sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica.

As instâncias de gestão da PNAPO eram a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Composta de maneira paritária entre órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e entidades da sociedade civil, a CNAPO era responsável por promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da política, propondo e subsidiando a tomada de decisão sobre temas específicos. Já a CIAPO era responsável por elaborar a proposta do PLANAPO, articular órgãos e entidades do Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal para a implementação da política, além de elaborar relatórios e informações para o acompanhamento e monitoramento do plano.

O I PLANAPO, que teve vigência entre 2013 e 2015, foi implementado por meio de dotações orçamentárias dos órgãos e entidades participantes. Vale frisar que o I PLANAPO apenas organizou ações que já estavam em execução, tendo ocorrido pouco aporte de novos recursos. O I PLANAPO foi organizado em quatro eixos: produção; uso e conservação de recursos naturais; conhecimento; comercialização e consumo. Cada eixo se organizava em torno de objetivos, cada qual com suas metas e iniciativas. Segundo ARAÚJO (2020), no I PLANAPO foram executados R\$ 2.631.387.286,31; o foco das ações esteve concentrado no eixo Produção, com quase 60% do total dos recursos, enquanto os eixos Conhecimento, Comercialização e Recursos naturais representaram 25,6%, 13,12% e 2,24% do recurso total executado, respectivamente.

Um dos novos instrumentos previstos na PNAPO foi o Programa Ecoforte - Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica. O Ecoforte visava o fortalecimento e ampliação de redes, cooperativas e organizações com atuação nos campos da agroecologia, extrativismo e produção orgânica, com recursos provenientes da Fundação Banco do Brasil, Fundo Amazônia e Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Estruturado a partir de aprendizados gerados na implementação de políticas anteriores, como o PDA, do PPG7, o Ecoforte adotou um conceito de território mais amplo, não limitado à noção de unidade administrativa, mas sim ao conceito de rede (SCHMITT et. al., 2020).

A ANA participou do processo de definição das linhas gerais do programa na construção do primeiro edital, que foi lançado em 2014 e previa um total de R\$25 milhões, com valor máximo de R\$1.250.000,00 por projeto. O edital apoiou 28 projetos apresentados por redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica do país, priorizando redes e organizações com maior tempo de atuação, mas tendo apoiado também algumas redes

constituídas a partir de 2010. Em 2017, foi publicada também uma chamada específica para sete empreendimentos coletivos vinculados às redes que haviam sido apoiadas em 2014 e nesse mesmo ano foi lançado também o segundo edital do programa, que financiou 21 projetos de novas e antigas redes - a inclusão de novas redes nesse edital foi demandada por organizações ligadas à ANA (SCHMITT et. al., 2020).

Irene relembra que no dia de lançamento do programa na CNAPO, Gilberto Carvalho, que era ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, chorou e disse que a proposta para o Ecoforte previa mais recursos do que foi destinado. “O volume de recursos investidos nessa iniciativa sofreu uma série de restrições, em função, inclusive, do fato de que os ministérios optaram por investir seus recursos em programas e ações já existentes, também incorporados aos Planapos” (SCHMITT et. al., 2020, p. 335).

Segundo SCHMITT et. al. (2020), em termos de concepção de novos instrumentos, a outra inovação da PNAPO foi o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), o qual, porém, não chegou a ser implementado³³. Os conflitos que marcaram a busca pela implementação do PRONARA evidenciaram “os limites impostos à construção de políticas públicas de promoção da agroecologia em um ambiente politicamente hegemônico por forças ligadas ao regime sociotécnico dominante” (SCHMITT et. al., 2020, p. 325).

O cenário de agravamento da crise econômica e política no país e que culminou no impeachment da presidente Dilma em 2016, levou ao enfraquecimento e desmantelamento das políticas de apoio à agricultura familiar³⁴. O II PLANAPO, que vigorou entre 2016 a 2019, foi afetado de maneira significativa em virtude desse contexto.

Segundo ARAÚJO (2020), a Medida Provisória 726/2016, expedida pelo então presidente interino Michel Temer, extinguiu o MDA, cujas competências foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social; com o Decreto 8.780/2016 essas competências foram transferidas para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligada à Casa Civil da Presidência da República.

No início do governo de Jair Bolsonaro foi publicada a Medida Provisória nº 870, de

33 Em 2013, foi criado um grupo de trabalho no âmbito da CNAPO para elaborar a proposta do Programa, a qual foi concluída em 2015 e lançada na Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Porém, a proposta não foi ratificada pelo MAPA e as organizações da sociedade civil transformaram o PRONARA no Projeto de Lei 6670/16, que cria a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA) (ARAÚJO, 2020).

34 De acordo com MATTOS (2017), a partir da extinção do MDA, as políticas públicas voltadas para a categoria sofreram crescente declínio; o PRONATER, por exemplo, cujos recursos ultrapassavam R\$ 600 milhões por ano entre 2012 e 2015, passou a R\$ 200 milhões em 2018. De acordo com ARAÚJO (2020), o orçamento para ATER em 2019 foi de apenas R\$ 113 milhões.

01 de janeiro de 2019, a qual reorganizou os ministérios e órgãos da Presidência da República e estabeleceu que as políticas e fomento à agricultura familiar, ao desenvolvimento rural sustentável, reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, entre outras, são áreas de competências do MAPA. Além disso, por meio do decreto nº 9.784/2020, a CNAPO, CIAPO e diversas outras instâncias colegiadas foram extintas.

Para SCHMITT (2016), a PNAPO representou um avanço significativo, porém pontual, já que não houve uma incorporação mais abrangente capaz de orientar as políticas públicas de apoio à agricultura familiar. De acordo com Ferrari, apesar dos avanços em relação ao fortalecimento da agricultura familiar e das experiências de promoção à agroecologia no país, que ocorreu nos governos do PT, o agronegócio continuou sendo priorizado e não houve alteração na questão agrária:

Desde o momento da constituição da política, a gente sabia que o campo de disputa era muito desigual. Quer dizer, como é que você vai implementar uma política de agroecologia sem fazer uma política de reforma agrária? A gente tinha uma noção disso, quer dizer, dos limites que seriam uma política de agroecologia. Então, dentro da ANA, junto com os movimentos, a gente refletia muito sobre isso. A gente falava muito das pequenas vitórias possíveis, conseguir alguma coisa que vai fortalecendo o movimento e em outra conjuntura a gente poder avançar em questões mais estruturais como é a questão do acesso à terra, regularização dos territórios dos povos indígenas, dos territórios quilombolas e tudo mais. O último plano já estava incorporando uma dimensão que é terra e território, que era tentar ver o que era possível se avançar nesse sentido (Ferrari, Viçosa, 27 e 28 de janeiro de 2020).

A PNAPO se constituiu como um encaixe institucional arquitetado pela mobilização de atores do movimento agroecológico em um contexto político favorável para a agricultura familiar agroecológica. Embora a sua gestão tenha sido influenciada pelo contexto político e que a política não tenha conseguido um maior alcance, atuando na questão fundiária do país, ela foi uma das estratégias empregadas pelo movimento agroecológico para ampliar sua capacidade de ação:

Ainda que não necessariamente revolucionários, os objetivos e as reivindicações de movimentos sociais carregam o questionamento do status quo que raramente depende de uma tomada de decisão. Seus projetos, mesmo quando finalmente transformados em leis e políticas públicas, nunca estão totalmente seguros contra as mudanças que o jogo eleitoral democrático proporciona. Os movimentos têm à sua disposição o repertório confrontacional bem como aquelas ações que se dão nas e por meio das instituições. A escolha vai depender da legitimidade que essas táticas

possuem para os ativistas e suas organizações bem como dos recursos ao seu dispor (DOWBOR, 2018, p. 113).

Diante das mudanças governamentais no plano federal, com o enfraquecimento progressivo das políticas de apoio à agricultura familiar e agroecologia, especialmente após 2016, seriam os estados e municípios espaços para tentar avançar em ações regionais e/ou locais? Que relações podemos observar entre políticas de apoio à agroecologia entre os diferentes níveis federativos?

A criação da PNAPO possibilitou um avanço na institucionalização da agroecologia no país, tendo sido fundamental a atuação do movimento agroecológico nesse processo, embora a política não tenha sido capaz de alcançar efeitos de maior alcance, como ações ligadas à política fundiária. As mudanças de contexto político, como as que ocorreram a partir de 2016, afetaram a gestão da política, mostrando como os movimentos sociais podem utilizar os encaixes institucionais como parte do seu repertório de ação:

Ainda que não necessariamente revolucionários, os objetivos e as reivindicações de movimentos sociais carregam o questionamento do status quo que raramente depende de uma tomada de decisão. Seus projetos, mesmo quando finalmente transformados em leis e políticas públicas, nunca estão totalmente seguros contra as mudanças que o jogo eleitoral democrático proporciona. Os movimentos têm à sua disposição o repertório confrontacional bem como aquelas ações que se dão nas e por meio das instituições. A escolha vai depender da legitimidade que essas táticas possuem para os ativistas e suas organizações bem como dos recursos ao seu dispor (DOWBOR, 2018, p. 113).

No plano estadual, como os atores do movimento agroecológico contribuíram no processo de institucionalização da agroecologia? Que relações podemos observar entre a PNAPO e políticas estaduais de apoio à agroecologia?

2.3 A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Minas Gerais

A Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Minas Gerais (PEAPO/MG) foi instituída por meio da lei nº21.146, de 14 de janeiro de 2014, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado. A PEAPO/MG define agroecologia como:

Campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando

ao desenvolvimento equilibrado das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2014).

A PEAPO/MG tem como objetivos: ampliar a oferta de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição; garantir o acesso, uso e conservação dos bens naturais (terra, água e biodiversidade) pelos agricultores e agricultoras; construir e consolidar instrumentos de políticas públicas voltados à promoção da agroecologia e da agricultura orgânica; ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos relacionados à agroecologia e à produção orgânica, não apenas no âmbito do setor público, mas considerando, também, as instituições da sociedade civil. Abaixo apresentamos as diretrizes, os objetivos e instrumentos da PEAPO/MG:

Diretrizes:

- Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável em consonância com as demais ações de desenvolvimento agrícola do Estado;
- Conservação dos ecossistemas naturais, a recomposição dos ecossistemas modificados e a promoção dos agroecossistemas sustentáveis;
- Implementação de políticas de estímulos que favoreçam a transição agroecológica;
- Estruturação de circuitos de produção, distribuição, comercialização e consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, respeitando-se as tradições culturais;
- Estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de espécies nativas, raças e variedades locais, tradicionais e crioulas;
- Fortalecimento dos agricultores na gestão e na conservação dos bens naturais com vistas à manutenção da sociobiodiversidade, respeitados os ciclos de renovação do meio ambiente
- Implementação da perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER ;
- Estímulo ao consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica;

- Valorização do protagonismo dos destinatários a que se refere o art. 3º desta Lei nos processos de construção e socialização de conhecimento e na gestão, na organização social e nas atividades produtivas da agroecologia, da produção orgânica e da transição agroecológica.

Objetivos:

Ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica, com ênfase nos mercados locais e regionais;

Promover, ampliar e consolidar o acesso, o uso e a conservação dos bens naturais pelos agricultores;

Criar e efetivar instrumentos regulatórios, fiscais, creditícios, de incentivo e de pagamento por serviços ambientais para proteção e valorização das práticas tradicionais de uso e conservação da agrobiodiversidade e a expansão da produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica;

Ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em agroecologia, produção orgânica e transição agroecológica por meio da valorização dos conhecimentos locais e do enfoque agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e Ater;

Ampliar e fortalecer os programas de educação do campo, de pesquisa participativa e de Ater, estatais e não estatais, com base na agroecologia;

Ampliar a inserção da abordagem agroecológica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, incluindo a formação e a capacitação dos profissionais envolvidos;

Assegurar a participação das organizações da sociedade civil na elaboração e na gestão de programas e projetos de pesquisa, ensino e Ater em agroecologia, produção orgânica e transição agroecológica;

Viabilizar a construção e o desenvolvimento de redes de Ater especializadas em agroecologia;

Estruturar um sistema de informações sobre a produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica;

Fortalecer e consolidar os serviços de Ater gratuitos, não estatais e executados pelas organizações da sociedade civil.

Instrumentos:

- Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO);

- Ater especializada em agroecologia;
- Pesquisa e inovação científica e tecnológica com foco na agroecologia;
- Formação profissional e educação do campo;
- Compras governamentais de gêneros alimentícios agroecológicos ou orgânicos;
- Medidas fiscais e tributárias que favoreçam a produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica.

Os grupos prioritários a serem atendidos pela PEAPO são os agricultores familiares, agricultores urbanos e povos e comunidades tradicionais. A implementação da política pelo Estado deve ocorrer em regime de cooperação com a União, os municípios, as organizações da sociedade civil e outras entidades privadas, no âmbito da política estadual de desenvolvimento agrícola. O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF-MG) é responsável pelo acompanhamento da política e promoção da participação social.

O CEDRAF-MG está integrado à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), e é responsável pela proposição, análise e monitoramento das políticas públicas para agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e reforma agrária, além da elaboração e implementação do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Vale frisar que o CEDRAF-MG resultou da reformulação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, realizada por meio do decreto nº 45.962, de 07 de maio de 2012. Com a reformulação do conselho, foi possível ampliar a diversidade dos segmentos representados³⁵, com maior participação de organizações da sociedade civil.

A PEAPO teve como referência o projeto de lei nº 2.547/2011, que foi apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) pelo então deputado estadual Adelmo Leão, do PT. A aprovação da lei está relacionada a um contexto de formulação de políticas públicas para a agricultura familiar no estado, com a participação de atores do movimento agroecológico na estruturação desses encaixes institucionais.

35 São membros convidados do CEDRAF-MG pela sociedade civil, o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), representantes da FETAEMG, Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo), Conselho de Povos Indígenas de Minas Gerais, AMA, Articulação do Semiárido (ASA), Via Campesina MG, Associação Mineira das Escolas Família Agrícola (AMEFA), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais (FETRAF-MG), Rede Estadual de Colegiados Territoriais, Movimento dos Atingidos por Barragens, Federação de Pescadores Artesanais e Aquicultores do Estado de Minas Gerais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Articulação das Mulheres do Campo de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/institucional/20-conteudo/conselhos/81-cedraf-mg>. Acesso em: 11/10/2019.

O papel do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG) foi fundamental nesse processo. O conselho, criado em 1999, foi conduzido pelo bispo católico Dom Mauro Morelli, a convite do então governador Itamar Franco (1999-2003), à época do PMDB. Vale frisar que Dom Mauro esteve envolvido na criação do CONSEA nacional³⁶, em 1993, quando Itamar Franco esteve à frente da presidência da república (1992-1995). Essa articulação entre processos na esfera federal e estadual ajuda a compreender o papel pioneiro de Minas Gerais na construção de políticas públicas de promoção à segurança alimentar e nutricional.

Dom Mauro Morelli apoiou a criação da Subsecretaria da Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, em 2011:

O Dom Mauro, quando da eleição do Anastasia (PSDB), negociou a criação dessa subsecretaria de agricultura familiar [...] Então foi uma incidência direta do CONSEA estadual na figura do Dom Mauro que sensibilizou e negociou isso junto ao governador (Marcos e Lorena, Belo Horizonte, 21 de novembro de 2018).

Ainda sob influência de Dom Mauro, que tinha proximidade pessoal com o então governador Antonio Anastasia, Edmar Gadelha tornou-se o gestor responsável pela Subsecretaria. A indicação de Edmar para a secretaria foi fundamental para auxiliar na arquitetura de encaixes institucionais no estado mineiro, dada a sua longa trajetória de atuação no movimento agroecológico e no Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN), tendo sido conselheiro do CONSEA nacional.

No seu primeiro ano de atuação, foi realizado um seminário com a sociedade civil para o planejamento das ações da Subsecretaria. A PEAPO/MG e outras políticas de apoio à agricultura familiar³⁷ foram aprovadas a partir das dinâmicas estabelecidas entre gestores da Subsecretaria da Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, representantes do CEDRAF, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, parlamentares e assessores na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG).

Como havia um orçamento restrito destinado à Subsecretaria, o que dificultava a

36 Em 1991, durante o “governo paralelo”, liderado por Lula, houve a elaboração de uma proposta de Política de Segurança Alimentar, que previa a criação do CONSEA, embora desde 1986 houvesse uma sinalização para a construção de um conselho e um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, quando foi realizada a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN) (MALUF, 2010). A criação do CONSEA foi favorecida pela Campanha contra a Fome, liderada pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e a Vida. O CONSEA foi extinto por decreto presidencial em 1995 e só foi recriado em 2003, com a posse de Lula, que declarou o combate à fome como uma das prioridades do seu governo (MENEZES, 2010).

37 Como a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (Lei 20.608/2013), Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Lei 21.147/2014), Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (Lei 21.156/2014), entre outras.

implementação de ações e programas, a construção desses marcos legais foi a estratégia possível para poder avançar na institucionalização de políticas de apoio à agricultura familiar e agroecologia, embora a implementação das leis não estivesse garantida. Vale frisar que esse conjunto de leis de apoio à agricultura familiar e agroecologia eram de autoria de deputados de oposição³⁸ ao governo de Antonio Anastasia, à época membro do PSDB.

No âmbito de nossa pesquisa, não foi possível investigar o papel dos integrantes do poder legislativo no processo de aprovação da PEAPO/MG, em parte devido à dificuldade de acesso aos deputados. Analisar as dinâmicas que envolvem a aprovação das leis de interesse da agricultura familiar parece ser algo que mereça um esforço de pesquisa e análise, de maneira que se possa apreender os campos em disputa entre os legisladores, seus partidos e opositores.

Cabe destacar que existe na ALMG a Comissão de Participação Popular³⁹ (CPP), a qual é responsável, dentre outras funções, pelo recebimento e encaminhamento de propostas de ação legislativa que permitam a sindicatos, associações, conselhos e ONGs articular suas demandas por meio de emendas de participação popular, inclusive as que são relativas ao orçamento do governo estadual, podendo inclusive criar ações orçamentárias. Segundo um de nossos entrevistados, a CPP, que parece ser uma particularidade do estado de Minas Gerais, realiza audiências públicas regionalizadas e também audiências públicas a nível estadual, que acontecem em Belo Horizonte.

Com a vitória de Fernando Pimentel, do PT, ao governo do estado, a Subsecretaria da Agricultura Familiar e Regularização Fundiária foi transformada em Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), em 2015. A criação da SEDA foi proposta pela AMA e movimentos da agricultura familiar ao então candidato a governador Fernando Pimentel, em uma articulação denominada plataforma, promovida durante a campanha eleitoral de 2014. A atuação da SEDA permitiu o apoio de algumas ações⁴⁰, porém, apesar de ter alcançado o

38 Adelmo Leão (PEAPO/MG) e Rogério Correia (Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar), do PT, e Carlinhos Moura (Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais), do PCdoB.

39 Instalada pela Resolução 5.212, de 09 de maio de 2003, a CPP da ALMG representa uma iniciativa que visa aprofundar a democracia, permitindo que a sociedade civil organizada, representada por entidades associativas legalmente, com exceção de partidos políticos, influencie na agenda e destinação de recursos públicos. Desde a sua criação até 2012, houve uma quantidade crescente do número de emendas aprovadas ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) e de recursos mobilizados [em 2012, chegou a 26,4 milhões] (RESENDE & SILVA, 2014). Como os políticos se posicionam diante desta inovação institucional é um questionamento levantado pelos autores que nos parece bastante pertinente.

40 Foram lançados alguns editais, como o de SAF. A REDE foi contemplada neste edital que disponibilizou R\$100.000 (cem mil reais) para executar em um ano. O recurso permitiu fomentar os insumos para implementação das agroflorestas e teve ainda desdobramentos normativos relevantes. Segundo nossos informantes, durante a realização do projeto percebeu-se a necessidade de regulamentar a implantação de SAF em áreas de proteção permanente, o que já era permitido na legislação estadual. A regulamentação beneficia a

status de secretaria, segundo um de nossos entrevistados a ausência de um órgão operacional e de instrumentos efetivos dificultaram a sua atuação.

Para compreender melhor a efetividade de encaixes institucionais como o que a PEAPO/MG representa é fundamental analisar os seus instrumentos, identificando assim limites e desafios para a implementação da política. Um dos instrumentos previstos na PEAPO era a pesquisa e inovação científica e tecnológica com foco na agroecologia. Organizações ligadas ao movimento agroecológico organizaram o Seminário “Dialogar para Transformar: Diretrizes para o apoio à Pesquisa em Agroecologia, Agricultura Familiar e Urbana e Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais”, de 29 a 31 de março de 2017, em Belo Horizonte, demandando ações para garantir apoio à pesquisa e inovação científica e tecnológica com foco na agroecologia.

Além do seminário, foi construída uma proposta de edital para apoiar projetos dos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEA), com recursos provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Apesar dos esforços de mobilização, “faltou vontade política” da FAPEMIG, para a fomentar a ação, segundo nos relatou uma de nossas entrevistadas.

Vale destacar que não houve a elaboração do PLEAPO, que deveria conter o detalhamento operacional de implementação da PEAPO, apesar de ter sido demandado pelo movimento agroecológico mineiro desde 2015. No entanto, foi criado o Plano Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos, a partir de discussões levantadas pelo CEDRAF, considerando o não avanço no PRONARA, no âmbito nacional.

Assim, por meio do decreto nº 47.223/2017, foi criado o Grupo Executivo Permanente (GEP) da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e Produção Orgânica em Minas Gerais, com o objetivo de elaborar, coordenar e implementar o Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica em Minas Gerais 2018-2022 (PLANERA), que seria lançado no IV ENA:

[...] a ideia era que o plano fosse lançado no IV ENA, pra ter repercussão nacional [...] mas não conseguimos. Aí foi frustrante [...] até que no meio da campanha eleitoral, o MST e outros movimentos fizeram um ato aqui em BH, na escola sindical. E aí chegaram junto, fizeram um balanço do governo e olha tem coisas que a gente estava aguardando e uma delas era a questão

agricultura familiar, já que permite a implantação de SAF em áreas de proteção permanente e reserva legal, possibilitando o cultivo de plantas anuais em conjunto com espécies florestais e frutíferas, tanto para o autoconsumo da família como para a comercialização.

do plano que estava pronto e tinha emperrado. Aí entre o primeiro e o segundo turno, ele [Pimentel] soltou o decreto aprovando e autorizando o plano (João D'Angelis e Edmar, Belo Horizonte, 20 de novembro de 2018).

Apesar da mobilização do movimento para a aprovação do plano, até onde sabemos, não houve avanço na implementação do plano. Tal como ocorreu no âmbito federal, quando se trata de tentar criar encaixes institucionais que busquem atuar na redução do uso de agrotóxicos no Brasil, a dificuldade é extrema, o que revela que o movimento agroecológico precisa ampliar muito as suas articulações para que o tema possa conquistar uma rede mais ampla de apoiadores na sociedade.

Outro instrumento previsto na PEAPO e que teve pouco avanço é a ATER especializada em agroecologia. Segundo Adriana, o acesso à ATER é um dos limites para o desenvolvimento da agroecologia:

Eu acho que o principal [desafio] é a assistência técnica específica para agroecologia, sabe. Porque assim, por mais que a cooperativa tá junto, que o núcleo tá junto e tudo, a gente não tem recurso, a gente não tem essa disponibilidade ainda de ter um técnico disponível pra tá junto com os agricultores acompanhando. A gente faz muitas ações técnicas no sentido coletivo, através dos cursos e tudo mais. Só que aí com esse desafio de não ter uma assistência técnica mais direcionada, a gente vai tendo as dificuldades. A gente ainda precisa aumentar o leque de variedade de produtos, a gente tem muito, mas ainda falta organizar cada vez mais esses produtos. Uma demanda também que a gente tem aqui, que a gente entende que precisa melhorar, mas ainda não achou o caminho ou um parceiro que apoie, é essa questão dos produtos semiprocessados. Porque assim, a mulherada faz uns doces maravilhosos ou faz uma couve picada na bandejinha muito bacana, mas precisa de um aprimoramento sabe, precisa assim, de um toque, de uma orientação maior. (Adriana, google meet, 27 de julho de 2021).

A Empresa Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) é a entidade estadual responsável pelo serviço de assistência técnica. Segundo informações de sua página eletrônica, a EMATER-MG, que foi a primeira a ser criada no Brasil, em 1948, é a maior empresa pública do setor no Brasil, presente em cerca de 790 municípios mineiros, atendendo aproximadamente 400 mil agricultores.

O ano de 2018 foi escolhido pela empresa como “o ano da agroecologia”, com o objetivo de aumentar o número de agricultores produzindo em bases agroecológicas; ampliar a oferta de produtos orgânicos certificados para o mercado; ampliar o acesso dos agricultores familiares ao PRONAF Agroecologia e aumentar a inserção e a permanência de agricultores familiares nos espaços de comercialização. No relatório de atividades da empresa referente ao

ano de 2018, a EMATER-MG orientou 26.895 agricultores familiares e 94 organizações em atividades voltadas para a produção agroecológica, o que corresponde a aproximadamente 6,6% do total de agricultores atendidos e a 3,8% do total de organizações atendidas, respectivamente.

Como é possível perceber, trata-se de um trabalho com pouca expressividade. Segundo um de nossos entrevistados, a agroecologia é vista como uma pauta “marginal”, afinal “essa instituição foi criada para cuidar de café e de leite e as regiões produtoras disso. Então, essas pautas, como agroecologia, povos e comunidades tradicionais, extrativismo, agricultura urbana, são pautas historicamente periféricas”.

Segundo ele, uma das dificuldades de implementação das políticas de apoio à agroecologia na empresa se devia à ausência de pessoas com formação na área, o que motivou ações no eixo relacionado à construção do conhecimento agroecológico. Para tanto, foi realizado um curso para qualificação dos técnicos em diferentes regiões do estado. Foram realizadas também ações no eixo de desenvolvimento de mercados, com fomento à criação de uma rede sociotécnica de certificação participativa e uma rede de insumos para a transição agroecológica. Além disso, foi realizado um esforço para que o Banco do Brasil produzisse os coeficientes técnicos necessários para a operacionalização do PRONAF Agroecologia.. “Se esta fosse a única tarefa para um plano nacional⁴¹, ela já faria um esforço gigantesco”, afirma.

É importante destacar ainda o quadro geral da empresa e a reduzida quantidade de técnicos para atender um número muito grande de agricultores. De acordo com um dos técnicos do escritório local da EMATER-MG em Muriaé, são apenas dois técnicos atualmente para atender cerca de 1400 agricultores, dos quais 80 a 90% são pequenos agricultores. No passado, o escritório chegou a contar com oito técnicos.

De toda forma, os desafios relacionados ao apoio ao desenvolvimento da agroecologia pela EMATER-MG são mais amplos, pois estão relacionados à própria concepção de assistência técnica individualizada, conforme ressalta Irene. Segundo DIAS (2007), com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, nos anos 1990, houve uma aproximação da extensão rural pública com os setores da agricultura familiar, devido ao

41 No âmbito do PLANAPO, houve grande dificuldade em adaptar o crédito para o financiamento de atividades de promoção à agroecologia. Segundo ARAUJO (2020), no Plano Safra 2013/2014, por exemplo, dos R\$ 2,5 bilhões destinados ao PRONAF, apenas R\$ 130,8 milhões foram aplicados no PRONAF Verde (PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido, PRONAF Floresta e PRONAF ECO), ou seja, pouco mais de 5% do total de recursos do PRONAF.

surgimento do PRONAF, embora não tenha ocorrido o rompimento com a prática de caráter difusionista e produtivista.

Em 2003, a ATER, que desde o fim da EMBRATER estava sob responsabilidade da EMBRAPA, no âmbito do MAPA, foi transferida para o recém-criado Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar do então MDA. Passaram a compor o DATER diversos extensionistas da EMATER do Rio Grande do Sul⁴², cuja experiência durante o governo de Olívio Dutra tornou-se modelo para a construção da nova política de ATER no Brasil (DIAS, 2007).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), a ser implementado pelo MDA em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e similares. O PRONATER foi regulamentado pelo decreto nº 7215/2010.

Entre os princípios da PNATER, destacam-se o desenvolvimento rural sustentável, a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural e a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Os beneficiários da política são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais. Ficou estabelecido que a contratação de serviços de ATER seria realizada por meio de Chamadas Públicas, permitindo assim a classificação das propostas técnicas apresentadas pelas Entidades Executoras cadastradas para realizar os serviços de ATER.

A construção das Chamadas Públicas de ATER foram pensadas a partir da atuação de um Grupo de Trabalho Operativo, ligado ao Comitê de ATER do CONDRAF. Embora fosse um grupo informal, sua atuação possibilitou a inclusão de metodologias participativas e a participação de organizações atuantes nos territórios, favorecendo assim a possibilidade de

42 Para SCHMITT et al (2016), a experiência da EMATER do Rio Grande do Sul no governo de Dutra (1999-2002) parece ser a única que questionou o modelo da Revolução Verde, incorporando uma intervenção técnica e metodológica baseada na abordagem da agroecologia.

prestação de serviços de ATER por entidades não estatais:

[...] houve um esforço significativo em adequar as chamadas de ATER para uma concepção mais agroecológica, que partisse de um diagnóstico da situação, definindo a área de abrangência das Chamadas, de forma que ela coincidissem com a área de abrangência de ações articuladas da sociedade civil. Então, por exemplo, em vez da EMATER propor para o MDA que 30 municípios da Zona da Mata [onde estavam os escritórios da EMATER] seriam objeto de uma Chamada [...] fazer uma Chamada em que várias organizações podem concorrer (Ferrari, Viçosa, 27 e 28 de janeiro de 2020).

Porém, diversos obstáculos dificultaram a incorporação de um enfoque agroecológico, como a extensão do público a ser atendido pela Chamada, exigências relacionadas às visitas individuais e padronização de procedimentos metodológicos, como diagnósticos, visitas técnicas, reuniões de planejamento e dias de campo (SCHMITT et al, 2016). As metas estabelecidas previamente nos contratos se mostraram muitas vezes inadequadas à realidade social e sem possibilidade de alteração e o pagamento estava condicionado à prestação e comprovação legal dos serviços (CORADIN & SOUZA, 2015). No caso da REDE, por exemplo, os desafios⁴³ enfrentados para a prestação dos serviços de ATER levou à rescisão dos contratos assim que as dificuldades foram percebidas:

Contratamos uma assessoria jurídica para estudar os contratos de ATER, as chamadas públicas e a lei das licitações e essa assessoria jurídica viu através da lei 8.666, “ó, atrasou 30 dias você pode paralisar, atrasou 90 dias, você pode rescindir”. E aí, a gente já tinha várias notas com atraso acima de 90 dias. Nós entramos em agosto de 2016 com o pedido de rescisão [...] a gente ficou muito receoso, porque a gente sabia que era todo um investimento do movimento de agroecologia de conquistar essa política, esse espaço, mas a gente pensou em preservar a instituição. E aí, hoje a gente tá muito ciente de que foi a decisão correta (Marcos e Lorena, Belo Horizonte, 21 de novembro de 2018).

Além da incompatibilidade entre o instrumento da política pública e a estrutura e capacidade de atuação das ONGs, “o instrumento já vem fechado, você não tem autonomia”.

43 “Nós pegamos dois contratos, um aqui na região metropolitana, e o outro lá no Leste de Minas, que é o outro território onde a gente atua [...] A gente percebeu que este instrumento iria nos levar à falência porque você assina um contrato, o contrato tem uma exigência muito grande, você tem que ter estrutura, tem que ter carro, tem que ter equipe, então assim, não é um instrumento feito pra gente, é um instrumento feito para EMATER. Esse tipo de contrato não é para ONGs” (Marcos e Lorena, Belo Horizonte, 21 de novembro de 2018).

Esses fatores levaram inclusive a questionamentos relativos ao próprio papel da entidade:

Outro fator também que fez com que a gente pedisse a rescisão era da natureza do trabalho mesmo. A gente viu que operar daquela forma estava ferindo a nossa forma de trabalhar [...] você tinha que ficar correndo atrás daquele tanto de meta e os processos mesmo, como a gente constrói, estavam ficando comprometidos. Então, esse fator também pesou na nossa decisão [...] A própria metodologia, tu trabalha quinze anos com um agricultor para fazer um diagnóstico com ele, não faz sentido isso. A gente fez essa discussão, do que é o nosso papel. Qual é o papel da ONG? Quer dizer, nós somos prestadores de serviços? Ou a gente é formulador de metodologias, de tecnologias, de referenciais para políticas públicas? (Marcos e Lorena, Belo Horizonte, 21 de novembro de 2018).

Breno destaca que a experiência do CTA na execução da ATER⁴⁴ Agroecologia também foi marcada por dificuldades. Eram mais de 600 famílias para serem atendidas em 20 municípios, por uma equipe formada por 4 pessoas. Embora o CTA tenha conseguido ressarcir de maneira rápida as notas fiscais, era preciso “botar dinheiro para poder receber”. Foram cerca de dois anos de trabalho, até que o contrato foi encerrado por volta do final de 2016, dois anos antes do previsto, após a emissão de um comunicado do MDA alertando sobre a possibilidade de cessar os pagamentos às entidades prestadoras de serviços.

Assim, apesar dos esforços de incorporação do enfoque agroecológico nos serviços de ATER, há muitos limites para a inserção da concepção de implementação de políticas públicas promovidas por organizações ligadas ao movimento agroecológico no aparato público, em seus diferentes níveis.

Por fim, podemos considerar a PEAPO/MG um encaixe institucional arquitetado nas relações entre atores do movimento agroecológico mineiro e agentes estatais. Embora não tenha sido possível avançar na regulamentação da política, seu processo de construção foi fundamental para abrir canais de diálogo com entidades governamentais e dar mais visibilidade ao tema. Em 2019, por exemplo, foi criada uma Frente Parlamentar em defesa da agroecologia, segurança alimentar e agricultura familiar. Além de solicitar o cumprimento da lei que instituiu a PEAPO/MG, a elaboração do PLEAPO, entre outros, essa Frente Parlamentar destinou recursos para as ações em torno da implementação do Polo

⁴⁴ Vale destacar que o CTA atuava na ATER desde 2002, quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso lançou um edital de ATER.

Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata, que abordaremos a seguir.

2.4 Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata

O Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata, proposto pelo Deputado Rogério Correia (PT), foi instituído pela lei nº 23.207, de 28 de dezembro de 2018, ou seja, nos últimos dias de governo de Fernando Pimentel. O Polo visa promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região da Zona da Mata, mais especificamente nos Territórios de Desenvolvimento Mata e Caparaó. A criação do Polo se constitui como um encaixe institucional arquitetado pelo movimento agroecológico na região, sendo o seu surgimento:

Uma consequência tanto da atuação desses mais de 30 anos da agroecologia aqui na região, da proximidade que o Rogério tem e também dessa movimentação que teve alguns anos atrás, das políticas de agroecologia, de levar esse debate para dentro das secretarias de agricultura, que não tinha. Eu lembro que a gente fazia algumas reuniões internamente lá na SEAPA e a gente tinha que falar o que era agroecologia, o que era produção orgânica, tipo assim, introduzir para as pessoas, porque ninguém sabia, entendeu. Então, era uma coisa muito nova (Geninho, Viçosa, 27 de janeiro de 2020).

A atuação do deputado que propôs o projeto de lei e o acúmulo gerado no período de institucionalização da agroecologia no âmbito estadual foram, portanto, fundamentais para a criação do Polo. Mas a sua proposição se deve, sobretudo, à “força dos movimentos” da região, que vêm construindo experiências de agroecologia ao longo das últimas décadas:

A lei vem por reconhecimento de uma ação que já existe há décadas, desde a década de 90 que a região vem trabalhando a questão das práticas alternativas, antigamente falava práticas alternativas, de saúde e de produção, os mutirões, essa questão. A lei surgiu em Muriaé. Em 2017, teve um seminário de agricultura familiar e depois desse seminário o deputado Rogério Correia reuniu com nós e aí propôs, vamos fazer um projeto aqui pra gente reconhecer essa região. E aí no final de 2018 foi aprovado (Adriana, google meet, 27 de julho de 2021).

As ações do Polo serão realizadas no âmbito da PEAPO/MG e implementadas com a participação de representantes da agricultura familiar e das entidades públicas e privadas ligadas à produção e à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos. Os princípios

e diretrizes da lei podem ser visualizados na lista abaixo.

Princípios:

- Desenvolvimento sustentável;
- Participação e protagonismo social;
- Preservação ambiental com inclusão social;
- Segurança e soberania alimentar;
- Diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural.

Diretrizes:

- Fomento aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos consolidados e em transição agroecológica e orgânica;
- Valorização da agrobiodiversidade e incentivo à implantação e ao fortalecimento de sistemas de produção diversificados;
- Estímulo à diversificação da produção agrícola e da paisagem rural;
- Promoção da utilização dos recursos naturais com manejo ecologicamente sustentável;
- Transversalidade, articulação e integração das políticas públicas estaduais relativas à agroecologia e à produção orgânica e entre os entes da federação;
- Estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos, por meio de promoção e divulgação de locais de abastecimento e por meio de investimentos na produção e no aumento da oferta de produtos;
- Consolidação e fortalecimento da participação e do protagonismo social em processos de garantia da qualidade dos produtos agroecológicos e orgânicos, em metodologias de trabalho relativas ao desenvolvimento rural e ao manejo de agroecossistemas;
- Reconhecimento dos sistemas agroecológicos e orgânicos como passíveis de retribuição por serviços ambientais prestados pelos agricultores
- Fortalecimento das organizações da sociedade civil, das redes de economia solidária, das cooperativas, das associações e dos empreendimentos econômicos que promoverem, assessorarem e apoiarem a agroecologia e a produção orgânica;
- Apoio às pesquisas científicas, à sistematização de saberes e experiências populares, às metodologias de trabalho e ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos sistemas agroecológicos e de produção orgânica;

- Fomento à agroindustrialização, ao turismo rural e ao agroturismo, com vista à geração e à diversificação de renda no meio rural;
- Apoio à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos e à ampliação do acesso a mercados diversificados, priorizando-se a organização de cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos de economia solidária e as feiras de venda direta ao consumidor;
- Incentivo à permanência da população no meio rural e à sucessão nas propriedades rurais, por meio de políticas públicas integradas, associando a produção agroecológica e orgânica com a diversidade cultural e com a qualidade de vida no meio rural;
- Promoção de condições diferenciadas de acesso às políticas públicas para jovens e mulheres que vivam no meio rural;
- Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de insumos agroecológicos e orgânicos, da qualidade de produtos agroindustrializados, das tecnologias e das máquinas socialmente apropriadas e consideradas como de baixo impacto ambiental;
- Apoio à geração e utilização de energias renováveis que contribuam para a eficiência energética no meio rural e para a minimização de impactos ambientais;
- Incentivo à gestão sustentável nas unidades produtivas;
- Reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

A lei não especifica nenhum instrumento para a implementação da política, diferentemente da PEAPO/MG e da PNAPO. Vale destacar, no entanto, que o projeto de lei de criação do Polo, especificava alguns instrumentos⁴⁵, porém estes foram excluídos na versão final da lei.

É importante também considerar que o surgimento do Polo ocorre no contexto de

45 Segundo o art. 5º, o Estado poderá: I – criar linhas de crédito especial, inclusive com subsídios, para a produção agroecológica e orgânica; II – elaborar um diagnóstico da realidade da região, identificando as vocações e particularidades de cada município que compõe a Zona da Mata mineira, tendo em vista a integração e diversidade de produção; III – estabelecer convênios com entidades de extensão rural, instituições de pesquisa e universidades públicas e privadas, cooperativas e associações e organizações da sociedade civil estabelecidas em organizações não governamentais – ONGs; IV – conceder tratamento tributário, diferenciado e favorecido para produtos, insumos, tecnologias e máquinas para a agroecologia e produção orgânica; V – financiar, por meio de editais públicos, projetos de agroecologia e de produção orgânica, de organizações não governamentais – ONGs –, cooperativas e associações e empreendimentos de economia solidária; VI – apoiar com financiamento especial e outras formas, organização de consumidores de produção agroecológica e orgânica; VII – estabelecer para o produto agroecológico e orgânico critério de preferência nas aquisições institucionais e programas públicos; VIII – conceder incentivos e apoios aos municípios que criarem planos municipais de agroecologia e de produção orgânica; IX – destinar recursos financeiros específicos utilizando-se do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural e outros fundos estaduais.

desmonte de políticas de apoio à agricultura familiar e à agroecologia no âmbito federal. Além disso, no âmbito do estado de Minas Gerais, houve pouco avanço no governo de Pimentel e vitória de Romeu Zema, para o governador, fatores que levaram à necessidade de reorientação das ações do movimento agroecológico:

[...] depois de 2016 pra cá, com o golpe e tudo mais, esse caminho todo foi praticamente rompido. A gente perdeu praticamente todo o diálogo com o governo federal, o CONSEA foi extinto, o MDA foi extinto, a CNAPO foi extinta. As políticas que fortaleceram a agricultura familiar nesse período todo, ou foram simplesmente cortadas ou o governo foi tirando orçamento. E com isso, a gente, pensando como movimento agroecológico, teve que readaptar a nossa incidência política. Então, daí volta muito esse interesse de olhar para as políticas estaduais e cada vez mais para as possibilidades de ação a partir dos municípios.

[...] e hoje em dia, pensando o caso específico de Minas, a ação possível é nos municípios. É ruim porque você não tem interlocução, nenhum diálogo com o estado, nem com o governo federal, mas, por outro lado, tem uma série de possibilidades e vantagens de olhar para os municípios, que é onde os sindicatos estão atuando, as organizações. Os movimentos todos têm proximidade muito maior e em muitos casos você tem lideranças dos movimentos ou pessoal dos sindicatos que estão ou trabalhando nas prefeituras, em algum cargo, ou foi eleito para vereança e assim por diante (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

Nesse sentido, passa-se a valorizar mais a atuação local, algo que já foi realizado em outros momentos da trajetória do movimento agroecológico, com os planos de desenvolvimento local nos municípios, especialmente quando lideranças e ativistas estão em cargos de gestão que possibilitam a arquitetura de novos encaixes. Além disso, o Polo também tem atuado como um espaço fundamental para promover a articulação dos movimentos sociais e organizações ligadas à agricultura familiar e agroecologia, retomando processos de articulação regional:

Eu acho que a ideia do Polo caiu num momento propício aqui na região para se retomar um espaço regional de articulação da agricultura familiar e da agroecologia. E do que eu vi aqui, não tinha outro espaço que fosse voltado exatamente para articular essa rede na região. Então, eu acho que o Polo chega e rapidamente as organizações e os sindicatos abraçaram essa ideia, exatamente porque a luta da agricultura familiar exige essa articulação em rede para construir as propostas, articular toda a mobilização, a construção do conhecimento e o próprio acesso às políticas. Então, isso o pessoal abraçou muito rápido e muito fácil, a ideia do Polo como a retomada de uma articulação regional⁴⁶ (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

46 Em 23 de abril de 1994 foi criada a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, que era

De forma a promover a articulação dos movimentos e organizações ligadas à promoção da agroecologia e produção orgânica na região da Zona da Mata, foram organizados dois seminários no ano de 2019 com o objetivo de construir um plano de implementação do Polo. Uma primeira versão do plano seria lançada em 2020, porém devido à pandemia, o debate teve que ser retomado de maneira virtual. Foram realizadas em torno de 40 reuniões virtuais em 2020 com organizações e parceiros da região, dando sequência ao processo de construção do plano que havia tido início em 2019.

No final de 2020, foi elaborado um documento com prioridades de atuação para cada eixo do plano regional, o qual mobilizou o debate com candidatos/as a vereadores/as na região. A ação foi realizada em conjunto com a AMA e em consonância com a proposta lançada pela ANA, de fomentar a agroecologia nos municípios. Vários/as candidatos/as apoiaram a carta política da ANA e o documento específico da Zona da Mata no período eleitoral, enquanto outros declararam apoio às ações de implementação do Polo em 2021; para alguns, o Polo foi a “porta de entrada” para se chegar ao tema da agroecologia.

Para a construção do plano de implementação do Polo, buscou-se “traduzir” para o contexto local a experiência em torno da criação do PLANAPO, mobilizando as organizações para pensar propostas para a região, mas sem perder de vista o olhar para os municípios. Em 2021, foram realizadas diversas reuniões virtuais, com participação expressiva, em torno de 40 a 60 pessoas, permitindo assim avançar na estruturação do plano. Lideranças e agricultores/as foram convidados a apresentar a sua experiência, possibilitando assim obter contribuições diretas destes. Apesar das limitações impostas pela pandemia, foi possível mobilizar um conjunto razoável de organizações em um rico processo de construção, o que resultou em uma versão provisória do plano regional de agroecologia.

Em torno de 30 entidades e movimentos participaram das etapas de construção do plano regional, como CTA, Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECO) da UFV, diversos sindicatos e cooperativas, movimento de mulheres da Zona da Mata e do Leste de Minas, PJR, CPT, MST, docentes da UFV e dos Institutos Federais de Muriaé e de Rio Pomba, algumas pessoas da EMATER-MG e da EPAMIG. Além de assessores de alguns parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, da Agricultura Familiar e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, professores da Universidade Federal de

formada por representantes dos STR's, associações de agricultores familiares e Pólo Regional da FETAEMG, e a marca Sítio Mineiro para a comercialização dos produtos da Associação Regional. Porém, por volta de 2001, diante de dificuldades na gestão e endividamento da entidade, o processo foi interrompido (CTA, 2007).

Ouro Preto e Universidade Federal de Juiz de Fora e pessoas da região Metropolitana e de Campo das Vertentes.

O plano apresenta histórico da região, antecedentes, diretrizes, eixos de atuação, objetivos e metas, procurando fazer a correspondência do PLANAPO com os principais temas que organizam a construção da agroecologia na Zona da Mata, já que existem questões específicas da região ou que não apareciam de forma explícita no plano nacional. Por ter sido realizado de maneira virtual, é necessário realizar assembleias, consultas ou seminários para mobilizar lideranças e comunidades nos municípios. E assim como foi realizado no PLANAPO, em que tanto a sociedade civil quanto o governo federal tiveram participação, é necessário também convocar órgãos estaduais como SEAPA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável entre outros. Enquanto isso, aguarda-se o momento para realizar o lançamento oficial do plano:

Na minha visão, a gente tem que esperar um governo mais favorável, não sei se seria tão estratégico agora lançar esse plano para o governo estadual que tem hoje. Mas, por outro lado, também tem a limitação da pandemia. Então, meio que uma coisa ali tá segurando a outra. E feito esses dois movimentos, das consultas locais, nas comunidades, e da negociação com o governo, acho que a gente teria que promover um ato político mais forte. Na assembleia, tem a Frente Parlamentar de Agroecologia e Agricultura Familiar e Segurança Alimentar, uma parceria super importante para o Polo. (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

As ações de implementação do Polo contaram com recursos provenientes de emendas parlamentares dos deputados federais Patrus Ananias, Rogério Correia, Padre João e Leonardo Monteiro, no valor total de 900 mil reais. Desse montante, mais de 260 mil reais foram destinados para a compra de alimentos e de sementes por meio do PAA, para distribuição a famílias da região em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar agravada pela pandemia. As ações foram coordenadas pelo ECOA/UFV em parceria com CTA e organizações integrantes do Polo e da AMA⁴⁷. Cerca de 45 estudantes foram contemplados com bolsa de extensão para atuarem no fortalecimento do Polo. Outra ação que vem sendo desenvolvida refere-se à construção de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) na região.

A garantia da qualidade dos produtos orgânicos pode ocorrer por meio da certificação, por auditoria ou por SPG, e por meio do Controle Social para a Venda Direta, que não precisa

47 Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/emendas-parlamentares-fortalecem-polo-agroecologico-garantem-renda-a-familias-agricultoras-e-alimentacao-adequada-693>. Acesso em: 23 de dezembro de 2021.

de selo, exige apenas um certificado de produção orgânica. O SPG é formado por fornecedores e colaboradores, consumidores, técnicos e organizações envolvidas no sistema agroalimentar e caracteriza-se pelo controle social, ou seja, pela participação direta de seus membros nas ações coletivas de avaliação da conformidade aos regulamentos técnicos da produção orgânica. Além disso, baseia-se na responsabilidade solidária, a qual é exercida em casos de descumprimento das exigências técnicas por algum dos membros do grupo (BRASIL, 2008).

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) é a pessoa jurídica que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas em um SPG e deve estar credenciada no MAPA. O Atestado de Conformidade Orgânica é o documento que aprova a conformidade de unidade de produção de um fornecedor, tendo validade de um ano e sendo fornecido pelo OPAC, autorizando assim a utilização do selo do SISORG⁴⁸ (BRASIL, 2008).

Apesar de haver um histórico no que se refere a ações de promoção à agroecologia, a construção de um SPG na região constitui um grande desafio, já que as regras relacionadas à garantia da produção orgânica são rígidas. Além disso, segundo TORRES & PASSOS (2013), a inclusão e reconhecimento dos SPG na legislação não é o bastante para assegurar que esta metodologia diferenciada não seja absorvida pela lógica dominante no sistema agroalimentar:

O reconhecimento legal representa, portanto, um passo importante para a continuidade da discussão a favor da construção de outro paradigma produtivo e não pode ser entendido de modo a distanciar-se daquilo que ele representa, isto é, o de ser elemento constante de resistência a todo um conjunto de políticas que formam um perfil insustentável da agricultura convencional (TORRES & PASSOS, 2013, p.375-376).

A legislação “aprisiona” a dinâmica dos SPG, dificultando a maleabilidade e fluidez que são características das dinâmicas participativas. É necessário o entendimento por parte do Estado de que um SPG é um processo dinâmico, exigindo para seu funcionamento a contínua adaptação da legislação. Instrumentos como o Plano de Manejo, por exemplo, se mostram de pouca utilidade e inadequados à realidade dos agricultores⁴⁹. Apesar disso, no caso da Rede

48 O SISORG foi instituído pelo decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, é gerido pelo MAPA e formado por órgãos e entidades da administração pública federal, certificadoras por auditoria e entidades de certificação participativa. O SISORG criou a Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPORG) e as Comissões de Produção Orgânica das unidades da Federação (CPORGS-UF), pela IN nº 54, de 22 de outubro de 2008.

49 Com relação à documentação exigida, TORRES & PASSOS (2013) ressaltam a pouca utilidade e

Ecovida, a organização do SPG gerou amadurecimento em diversos aspectos, maior cidadania e reconhecimento de práticas, além de ter favorecido a construção de outros processos participativos da rede (TORRES & PASSOS, 2013).

Na construção de um SPG na Zona da Mata é importante também não subestimar os obstáculos para implementar ações de alcance regional. Conforme nos relatou uma das lideranças com quem conversamos, é preciso considerar que existem diferentes dinâmicas em cada município e desafios “na ponta”, o que pode levar, algumas vezes, contribuir para que se privilegie uma atuação mais local. A articulação regional é, sem dúvida, necessária, mas sem esquecer que a região é grande, cada local possui suas diversidades e peculiaridades, com associações, cooperativas e grupos de agroecologia em diferentes fases, alguns com um trabalho mais inicial, enquanto outros estão mais avançados.

Outro ponto destacado por essa liderança foi o grande número de pautas que estão sendo articuladas nas ações do Polo, sendo que algumas deveriam ser separadas, discutidas em grupos de trabalho, como, é o caso, por exemplo, da sensibilização de vereadores para apoiar a agroecologia nos municípios. Considerando-se também o contexto em que as reuniões eram virtuais, atividades muito extensas acabavam dificultando a participação.

Apesar dos desafios, segundo Gabriel, um dos elementos levantados no balanço do processo de construção do Polo, foi que “a agroecologia é uma bandeira que unifica várias outras lutas que existem na Zona da Mata e existem no país inteiro. É como se fosse uma grande confluência de lutas que também estão nas comunidades e assim por diante”. Nesse sentido, talvez o Polo possa ser uma ferramenta que permita discutir mais amplamente a agroecologia, expandindo o tema para além da rede existente, criando possibilidades para arquitetar novos encaixes institucionais e favorecendo o surgimento de inovações.

Como foi possível perceber, a criação da PNAPO foi um marco no processo de institucionalização de políticas públicas de apoio à agroecologia, apesar dos diversos desafios para a sua implementação, como as dificuldades em torno da prestação de serviços de ATER pelas organizações agroecológicas, desafios envolvendo a adaptação das políticas de crédito para o financiamento de atividades e a implementação do PRONARA. Já o Programa Ecoforte mostrou-se como um instrumento importante para o apoio às redes de agroecologia,

inadequação de instrumentos como o Plano de Manejo à realidade do agricultor ecologista familiar: "É preciso pensar que o perfil do agricultor agroecológico é principalmente aquele que faz feira, que cultiva muitas vezes mais de quarenta variedades de alimentos e possui uma dinâmica intensa de atividades e práticas, variáveis ainda de acordo com o tamanho dos lotes para cada cultura, suas épocas de plantio e colheita. Esse agricultor deve ainda pensar na organização da produção de acordo com as mudanças nas demandas dos canais de comercialização. Fazer o registro desta riqueza é praticamente inviável quando pensada a necessidade de garantir ao agricultor a liberdade de produzir e de viver" (TORRES & PASSOS, 2013, p.385-386).

tendo sido fundamental para a proposta de criação de um SPG na região da Zona da Mata.

No âmbito estadual, a criação da PEAPO/MG também se constituiu como um importante encaixe institucional arquitetado pelo movimento agroecológico no estado, embora os limites para a sua implementação foram evidentes. Embora sejam poucos os efeitos diretos visíveis, é importante considerar a criação desse encaixe institucional como parte de um processo mais amplo de divulgação da agroecologia no estado, tendo contribuído, por exemplo, para a sensibilização de parlamentares em relação à temática.

Por fim, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata marca o reconhecimento da atuação do movimento agroecológico na região, configurando-se como um encaixe institucional inovador e que se articula com as experiências das demais políticas de apoio à agroecologia estudadas. Embora a pandemia tenha dificultado os processos em torno de sua implementação, ainda assim foi possível construir, de maneira remota, um plano de implementação, além de avançar na construção de um SPG na região, uma das ações desenvolvidas no âmbito do Polo.

Fica claro que a atuação do movimento agroecológico na arquitetura de encaixes institucionais possibilitou avanços significativos, embora seus limites não possam ser ignorados. De toda forma, pode-se perceber que, tanto em cenários mais favoráveis à agricultura familiar e agroecologia, quanto em cenários menos favoráveis, o movimento agroecológico na região da Zona da Mata vem conseguindo, seja por meio de encaixes institucionais, seja para além deles, ampliar o seu repertório de ação e mobilização, possibilitando fortalecer a agroecologia na região, como veremos a seguir.

CAPÍTULO III Experiências de promoção da agroecologia na Zona da Mata Mineira: articulações, estratégias e desafios

Neste capítulo, apresentamos algumas experiências de promoção à agroecologia na região da Zona da Mata, buscando valorizar mais o repertório de ações utilizados pelo movimento do que os encaixes institucionais que ele ajuda a arquitetar. No primeiro tópico, abordamos a relação entre gênero e agroecologia, especialmente no que diz respeito à atuação do CTA, e os efeitos desse entrelaçamento para o desenvolvimento da agroecologia. A seguir, apresentamos alguns elos entre agroecologia, ensino, pesquisa e extensão, com um olhar sobre experiências desenvolvidas no âmbito da UFV, em Viçosa, e do IF Sudeste de Minas, em Muriaé. Por fim, tratamos das conexões entre agroecologia e produção orgânica, destacando alguns desafios para a transição agroecológica na região.

A escolha dessas experiências está relacionada à relevância que elas possuem para o desenvolvimento da agroecologia na Zona da Mata e, de forma mais ampla, no Brasil. Assim, apesar de haver conexões com o tema das políticas públicas, já que muitas dessas experiências foram desenvolvidas a partir da execução de políticas públicas, o foco voltou-se para os processos que possibilitaram a criação de diferentes metodologias utilizadas para disseminar a agroecologia na região e, até mesmo, em outras regiões do Brasil.

3.1 Gênero e agroecologia: construções e tensões

A partir do início dos anos 2000, o debate sobre gênero começa a ganhar relevância na atuação do CTA e das demais organizações ligadas ao movimento agroecológico na região. Aproximadamente desde o ano 2000, Elisabeth Maria Cardoso, mais conhecida como Beth, atua na equipe do CTA, sendo uma das responsáveis pela incorporação dos debates de gênero na organização.

Beth estudou agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e relembra que a escolha pelo curso se deu em função do tema da reforma agrária, abordado por um professor de geografia do ensino médio. “Então eu fui fazer agronomia achando que eu ia fazer reforma agrária”, comenta ela, entre risadas nossas, durante um almoço na cidade de Viçosa, em janeiro de 2020.

Ao chegar à universidade, Beth logo se envolveu com o Grupo de Agricultura

Ecológica (GAE) da Rural, como costumamos chamar a nossa universidade, proporcionando assim uma espécie de “formação paralela” à formação acadêmica convencional. Após concluir a graduação, por volta de meados dos anos 1990, Beth trabalhou durante um ano em um assentamento de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro. Em seguida, se mudou para Mato Grosso, onde trabalhou durante três anos e meio em um projeto da FASE, de fomento à implantação de SAF na região do Vale do Guaporé, na divisa entre os estados de Mato Grosso e Rondônia, região que foi marcada por conflitos fundiários nas décadas anteriores.

Embora já trabalhasse com agricultura familiar e agroecologia, o contexto da região propiciou o início de sua sensibilização em relação à temática de gênero. Na época, a FASE estava finalizando uma pesquisa sobre gênero e Beth transcreveu algumas fitas das entrevistas que foram realizadas com as mulheres da região. “Ouvir aquelas mulheres foi um negócio muito duro pra mim”, revela. Beth se emociona ao lembrar de uma das entrevistas que transcreveu: a de uma mulher que dizia que rezava todos os dias para que o seu marido morresse. O marido, um homem bem mais velho do que ela, decidiu se mudar para o Mato Grosso, mas ela não queria. A mulher revelou que odiava o lugar onde estava e tinha o sonho de voltar para a sua cidade. Ela rezava para que o marido morresse, pois assim a sua vida melhoraria. Impactada com o relato, Beth passou a perceber que, na realidade, muitas mulheres demonstravam sentimentos semelhantes em relação a seus maridos, não tratava-se de um caso isolado.

Desde então, ampliou-se o seu envolvimento com a temática de gênero. Beth se envolveu na organização de duas oficinas sobre gênero, realizadas no Mato Grosso, que faziam parte de um ciclo de oficinas realizadas nas diferentes regiões do país, promovido pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que estava assessorando a Rede PTA, processo que deu origem à publicação Gênero e Agricultura Familiar nos cadernos da SOF e à realização de um seminário nacional sobre Gênero e Agricultura Familiar, realizado em 1998. Ela relata que houve muita desconfiança dos homens em relação às oficinas e que foi difícil fazer um trabalho com as mulheres na região. Após a sua saída da FASE, em 1999, ela trabalhou aproximadamente um ano e meio em Brasília, na assessoria agrícola e agrária do PT.

Em 2000, foi selecionada para trabalhar como engenheira agrônoma no CTA, no Programa de Desenvolvimento Local no município de Tombos, onde atuou durante dois anos e meio. Em seguida, passou a trabalhar na área de comercialização junto à equipe do PEC. Nesse período, os preços do café estavam em alta e o PEC havia identificado um potencial para a produção e comercialização de café orgânico. Foi constatada também a necessidade de

promover a capacitação dos agricultores no processo de secagem do grão, para melhorar a sua qualidade.

Segundo Beth, as práticas adotadas pelos agricultores no cultivo de café na região o tornavam um dos piores do Brasil. O café rio, de Rio de Janeiro, é aquele que “não deu bebida” e não tem qualidade para ser exportado e dentro do café rio, o pior é o Rio Zona⁵⁰, de Zona da Mata, já que em regiões úmidas como a Zona da Mata o manejo do café⁵¹ é mais difícil. Então, o CTA promoveu a realização de oficinas com os agricultores, tendo contratado Alex Manetti, assessor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e agricultor orgânico, que tinha recebido um prêmio de qualidade de café.

Promover a capacitação na fase da pós colheita do café era fundamental, porém, os cursos na área eram geralmente voltados para os agricultores, desconsiderando que geralmente eram as mulheres e os jovens quem se responsabilizava pela secagem do produto - quando realizada de maneira natural em ambiente úmido requer “ficar o dia inteiro virando o café”, conta Beth. Foi assim que buscou-se fomentar a participação das mulheres nas oficinas de capacitação, o que resultou na melhoria da qualidade do produto da região⁵².

Embora o fomento à participação das mulheres nos programas de formação realizados pelo CTA nesse período tenha promovido o início do debate de gênero e o crescimento de mulheres atuando como lideranças sindicais, na prática havia dificuldades para um maior envolvimento destas, já que a fala ainda era dominada pelos homens.

Adriana Aparecida de Ribeiro, nascida e criada na comunidade de São João do Glória, no município de Muriaé, é filha de agricultores e sempre morou na zona rural. Começou a participar do movimento sindical em meados dos anos 2000, quando foi convidada para representar a comunidade no núcleo do sindicato. Atualmente, Adriana faz parte do conselho

50 O café beneficiado “grão cru” pode ser classificado em diferentes níveis (categoria, subcategoria, grupo, subgrupo, classe e tipo). No grupo I, que se refere ao café Arábica, subgrupo I é possível classificar as bebidas em finas (estritamente mole, mole e apenas mole) ou fenicadas (riado, rio, e rio zona), com qualidade decrescente. Fala-se em bebida mole para fazer referência a um café com aroma e sabor agradável, adocicado, suave e equilibrado. Já uma bebida classificada como rio zona faz menção a um café com aroma e sabor muito acentuado, semelhante ao iodofórmio o ácido fênico, sendo repugnante ao paladar. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=13103>. Acesso em: 28/02/2022.

51 O cafeeiro, que é originário da Etiópia, é um arbusto da família Rubiaceae, gênero *Coffea* L. Possui diversas espécies, sendo as mais cultivadas o *Coffea arabica*, café Arábica, e o *Coffea canephora*, conhecido como café Robusta ou Conillon. O café Arábica produz cafés mais finos, de melhor qualidade, sendo cultivados em regiões com altitude acima de 800 metros, enquanto o café Robusta pode ser cultivado em altitudes mais baixas e não possui sabores variados e refinados, além de possuir acidez mais baixa e teor de cafeína mais alto. Os elementos climáticos que mais influenciam na produção do café são a temperatura do ar e a precipitação. As temperaturas médias anuais que favorecem o cultivo do café Arábica estão entre 18 e 22° C, devendo ser cultivado em regiões livres ou pouco sujeitas a geadas (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MOURA, 2012).

52 Os agricultores de Araçuaia, por exemplo, ganharam o concurso anual de qualidade do café, realizado pela EMATER, e desde então, ganharam o concurso durante vários anos seguidos. Hoje em dia, Araçuaia não concorre mais ao concurso estadual; passou a ter um concurso próprio do município. Araçuaia possui atualmente um dos melhores cafés da Zona da Mata e do Brasil, segundo Beth.

de administração da COOPAF e da diretoria do STR de Muriaé, além de participar de outros coletivos. Ela relembra como as mulheres tiveram que superar o medo de falar e como essa participação nos espaços mistos ainda gerava muitos preconceitos naquela época:

Então, na verdade, lá atrás, a questão da participação das mulheres, falando mais aqui do entorno de Muriaé, de fato, eram mínimas. E aí as mulheres começam vir a fazer parte a partir do momento que se criam as cotas do sindicato [...] algumas delas se empoderaram, começaram a entender que podiam mais do que só sentar numa cadeira e ouvir. E podiam expor as opiniões. Eu mesma quando comecei a participar, ficava quietinha no meu canto. Depois eu pensei, não, deixa eu falar, tô falando errado, vou perguntar, tenho dúvida, vou perguntar. Só que assim, a gente sentia e percebia, principalmente lá atrás, que esse espaço de fala não era tão bem-visto, bem-aceito (Adriana, google meet, 27 de julho de 2021).

Muitas mulheres iniciaram a sua participação no movimento de forma receosa, especialmente nos espaços mistos. Solange atua na Igreja como ministra da comunhão, de batizado e coordenadora de grupo de reflexão. Participa também do departamento de mulheres do sindicato e faz parte da diretoria da COOFELIZ. Ela conta que passou a ter contato com o movimento depois que se casou, mas demorou um tempo até que sua participação fosse mais ativa:

Daí em 2009, 2010, a Mariana, que era presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Espera Feliz começou a me envolver nas reuniões das mulheres. Foi aí que eu comecei a participar. Ele⁵³ não se importava de eu sair e comecei a ir nos encontros em Viçosa, no CTA, em outros municípios. Ia, mas ao mesmo tempo não queria ir, porque eu me sentia muito travada. E aí pronto, eu comecei a ouvir as mulheres, os motivos que elas estavam ali e fui começando a gostar do assunto, entendeu. E a Mariana via que eu era muito agarrada com meu esposo, onde ele ia eu ia, nas reuniões eu ficava onde ele ficava. E ela disse, não Solange, você vai começar a participar, a se soltar. E hoje eu tô aí no trabalho com as mulheres, aprendendo cada vez mais, descobrindo coisas novas, descobrindo o que é política, de fato, trabalho de base, movimentos sociais, da luta dos trabalhadores, de fato. E foi depois que eu casei que eu comecei a enxergar um pouco mais isso, que eu tive a oportunidade e o apoio da família de tá participando (Solange, Espera Feliz, 21 e 22 de setembro de 2021).

Diferentemente de muitas mulheres que não tinham a oportunidade e a liberdade para participar das reuniões, ela teve incentivo do esposo, embora seus pais não apoiassem muito e costumam dizer coisas como “pra quê isso, deixando a propriedade pra sair pra reuniões”. Embora tenha sido criada “presa”, ela reconhece que os pais apenas seguiam a forma como

53 Se refere ao esposo, que estava presente em uma das entrevistas que foram realizadas.

havia sido criados, mais voltados para o trabalho. Uma vida sem as mordomias de hoje, muito trabalhosa, mas havia mais harmonia, mais diálogo, “era uma vida mais gostosa de ser vivida”, relata Solange, ao se recordar das palavras de sua mãe.

Segundo Solange, as formações contribuíram para compreender o valor da mulher dentro da família e a participação no movimento abriu os seus horizontes. “Pra falar a verdade, de 2009 pra cá, a partir de 2010, a Solange era outra” destaca, emocionada. Solange percebeu que muitas mulheres não tinham diálogo em casa, não participavam das decisões sobre renda, investimento e melhorias na propriedade, ficavam só em casa e desmotivadas. O trabalho que vem sendo realizado pelos sindicatos e pelo CTA contribuíram muito para a mudança desse quadro, buscando valorizar as mulheres, embora ainda não esteja “100%”.

Vale frisar que o debate sobre gênero e agroecologia foi impulsionado pelo GT Gênero da Rede PTA, o qual era formado pelo CTA e outras seis organizações⁵⁴. Por volta de 2001, O GT escreveu um artigo para o Informe Agropecuário, da EPAMIG, em um número especial sobre agroecologia, processo que levou a uma percepção sobre a importância de um programa de formação regional em gênero e agricultura familiar, voltado para os técnicos e agricultores das organizações. A formação incluía homens e mulheres e cada módulo era sediado em uma organização, a qual apresentava para o grupo suas estratégias para trabalhar a temática de gênero.

Ao final desse processo, constatou-se a necessidade de conhecer melhor as relações de gênero nas organizações e foi então realizada uma pesquisa, a critério de cada organização. Beth destaca que no CTA, a pesquisa, realizada em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UFV, contou com a participação de 60 mulheres. Nas oficinas, as mulheres foram separadas em três gerações, jovens, adultas e idosas:

E aí eu fiquei com as idosas, e de novo a mesma história: “eu passei a ser feliz depois que o meu marido morreu”. Então assim, as mulheres que eram viúvas, iam para o clube da terceira idade, dançavam. As mulheres que eram casadas ficavam ali cuidando do velho delas e não podiam sair de casa, entendeu. E as viúvas felizes sabe [...] porque elas tinham finalmente autonomia na vida delas. Porque quando elas eram jovens, elas não tinham autonomia, o pai que mandava. Casa, o marido que passa a ser o dono, e só quando ele morre e aí com a aposentadoria e a pensão que ela fica do marido, quem toma decisão é ela. E mesmo assim nem todas, tinha uma que o filho tomou o lugar [...] (Beth, Viçosa, 28 de janeiro de 2020).

54 As organizações eram: REDE, CAA, CAT, CAV, APTA, do Espírito Santo, e Terra Viva, do Sul da Bahia. O GT Gênero foi transformado em GT Gênero e Agroecologia após o fim da Rede PTA.

A pesquisa revelou a necessidade de um programa de formação específico para as mulheres, o que permitiria que as mulheres pudessem se sentir mais à vontade para falar, sem medo de errar, além de tratar temas ligados ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Por serem atividades compostas apenas por mulheres, a formação específica também propiciava diminuir o “receio” dos maridos com relação à participação das mulheres em ambientes mistos. Os programas de formação foram fundamentais no processo de empoderamento das mulheres:

E as mulheres, eu acho que elas ficaram com tanto tempo de exclusão, que quando você dá o dedo mindinho, elas já pegam o cotovelo, mas não no sentido da ganância. A gente fala, a gente dá a mão e elas vêm. E elas seguram com as duas mãos aquilo ali, porque quase ninguém deu nada para elas. Quando tem oportunidade de formação, elas agarram com as duas mãos [...] Então assim, é muito prazeroso também trabalhar com as mulheres, porque elas estão ávidas pelo conhecimento, pela oportunidade, por investir nos seus grupos produtivos, nas suas alternativas de geração de renda, na sua formação política, porque elas nunca tiveram nada disso (Beth, Viçosa, 28 de janeiro de 2020).

No âmbito do CTA, o trabalho com as mulheres tornou-se uma importante estratégia de trabalho, até porque segundo Beth as mulheres acreditam muito mais facilmente na proposta agroecológica do que os homens, pois “a agroecologia acontece é nos quintais das mulheres”. É muito mais fácil para as mulheres entenderem a proposta da agroecologia porque elas sempre fizeram aquilo. “Tinha até um ditado antigo que dizia assim, isso aqui é bagunçado igual horta de mulher”, porque essa bagunça é na realidade a diversidade.

Além disso, segundo ela, é muito comum ver que uma mulher, quando fica grávida, inicia uma horta agroecológica, pois não quer “dar veneno” para o filho. Quando a produção se amplia, elas vão se inserindo mais no movimento agroecológico e às vezes “arrastam” o marido, que “se converte” quando vê que dá certo. “Geralmente as testas de ferro são as mulheres, que vão na frente e vão transformando, entende”, afirma. Por isso, é importante dar visibilidade ao trabalho das mulheres e fomentar que elas sejam as protagonistas de suas experiências.

Com o objetivo de valorizar o trabalho e fortalecer a geração de renda e a autonomia econômica das mulheres, o CTA realizou, entre 2009 e 2011, um programa de formação denominado Mulheres e Agroecologia. Nessa época, foram criadas as cadernetas agroecológicas, que inicialmente se denominavam calendários agroecológicos. Segundo Beth, a proposta era que as mulheres pudessem anotar tudo o que era vendido ou trocado em

uma coluna, e na outra coluna, tudo o que era doado ou consumido pela família. Ao final do programa, as mulheres avaliaram positivamente o uso do instrumento e queriam analisar cada item separadamente, ou seja, consumo, venda, doação e troca, o que levou ao atual modelo da caderneta agroecológica, conforme podemos visualizar na figura abaixo.

Figure 7: Modelo da caderneta agroecológica

Qtd	Consumiu	RS	Qtd	Deu	RS	Qtd	Trocou	RS	Qtd	Vendeu	RS

Fonte: UFV (2018)

Embora a mensuração seja um desafio para a agricultura familiar, de maneira geral, a caderneta contribui para dar visibilidade ao trabalho agrícola realizado pelas mulheres, que é, em geral, pouco valorizado:

A Caderneta Agroecológica é um instrumento político-pedagógico que busca dar visibilidade ao debate de gênero no meio rural, contribuindo para o debate feminista em relação às condições que as mulheres agricultoras se encontram. Além de mensurar e dar visibilidade ao trabalho dessas mulheres, a caderneta também fortalece a sua autonomia (UFV, 2018, p. 3).

Esse papo assim, ah os homens fazem o trabalho mais pesado e as mulheres ajudam, quando você vai olhar de perto, não é isso o que acontece [...]. Então, acho que são várias coisas assim que até para as mulheres também muitas vezes ajuda a evidenciar que elas estão produzindo renda. E renda, a gente entende que é a renda monetária e a renda não monetária, porque tudo aquilo que é produzido dentro da propriedade tem valor. Uma parte desse valor vai virar dinheiro, se for comercializada. Agora sem essa outra parte que não vira dinheiro, a propriedade daquela família não funcionaria do jeito

que funciona (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

Segundo Beth, em 2013, iniciou-se o programa de formação denominado Feminismo e Agroecologia, já que houve um processo de reflexão que propiciou que muitas mulheres assumissem uma postura feminista, como é possível visualizar no documentário *Outras Marias*⁵⁵, produzido pelo CTA em parceria com o movimento de mulheres da região.

Em uma das dinâmicas que a gente trabalhava, tinha uma caixinha “tudo o que você queria saber sobre o feminismo, mas nunca teve coragem de perguntar pra ninguém”. Aí o pessoal colocava as perguntas em segredo. Depois a gente ia lendo, discutindo, problematizando. Porque para as próprias mulheres, que são muito religiosas, que são católicas, feminismo não é uma coisa que era bem-vista na Igreja. São “as abortistas”, um monte de coisa ruim. Mas hoje em dia, eu percebo que o programa de formação ajudou muito, porque hoje são as agricultoras que falam [que são feministas], não é mais a gente (Beth, Viçosa, 28 de janeiro de 2020).

O programa de formação acontecia em três módulos e fazia parte de um projeto realizado pelo GT Mulheres da ANA⁵⁶, com apoio da União Europeia. De acordo com Beth, no primeiro ano, a experiência piloto do projeto ocorreu em cinco municípios da Zona da Mata e posteriormente o projeto abarcou outras regiões do país, em parceria com diversas organizações.

Em 2014, no último ano do programa de formação, o CTA sistematizou a produção das mulheres e as cadernetas mostraram a importância da produção para o autoconsumo. Os quintais são extremamente importantes para a agricultura familiar, pois produzem até 70% dos alimentos que a família consome, gerando de forma direta ou indireta uma média de um salário-mínimo por mês. Esses dados são fundamentais para desmistificar a importância do café como o “carro-chefe” da região que mantém a agricultura familiar; na realidade é o produto que tem mais mercado, o que dá a falsa impressão de ser o mais importante economicamente. “A gente olha pra Zona da Mata e vê só pasto e café, mas não vê os quintais. Então, a gente só vai ver os quintais na Zona da Mata muito recentemente, com o movimento de mulheres”, destaca Irene.

Após a finalização do programa de formação foi realizado um projeto para sistematização da produção por meio do uso e difusão das cadernetas agroecológicas,

55 Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3WHzQDIaY44>

56 O GT foi inicialmente denominado GT Gênero e Agroecologia. Sua criação remete-se ao I ENA, quando as mulheres se reuniram para discutir gênero e agroecologia e perceberam que, quando todas as pessoas que discutiam gênero participavam de um mesmo grupo de discussão, deixava-se de ter o olhar das mulheres sobre os outros temas. Além disso, ao constatarem a pequena participação das mulheres no evento, foi organizada uma intervenção no encontro, pautando essas temáticas.

buscando dar visibilidade à produção monetária e não monetária das mulheres. O Projeto de Pesquisa “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil” foi coordenado por Irene Cardoso. O projeto, ocorrido entre maio de 2016 e novembro de 2018, em parceria com diversas redes e organizações⁵⁷, foi financiado via Termo de Execução Descentralizada entre MDA e UFV/FUNARBE.

Foram distribuídas 264 cadernetas e 230 questionários, avaliando os quintais produtivos em 16 estados, de 4 regiões do país. A caderneta acabou sendo útil para diversas funções, além das esperadas, tendo contribuído para acessar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), por exemplo, já que comprova a sua condição de agricultora, bem como outros direitos sociais, como aposentadoria e licença maternidade. Além disso, como muitas agricultoras têm dificuldade para ler e escrever, as jovens contribuíram na anotação da caderneta, permitindo um maior envolvimento destas na agricultura (UFV, 2018).

Solange é uma das mulheres que fez parte da pesquisa de sistematização da produção por meio do uso das cadernetas. Ela relata que entre consumo, doação, troca e venda foram mais de R\$2.000,00 (dois mil reais) em um período de dois a três meses. Ao mostrar para o esposo, ele se surpreendeu com o valor do consumo, o que evita “buscar no mercado”. Sobre as dificuldades para realizar as anotações, Solange relata que o consumo foi mais desafiador, assim como as doações⁵⁸:

Pras vendas, eu não tive não [dificuldade]. Mas pra anotação do que consome foi bem complicado, você ficar controlando o que os seus meninos pegam [...] É bem complicado, mas depois que você pega hábito, você começa a anotar. O mais difícil é pôr o preço, porque às vezes você não vende direto, como é que você vai dar um preço de uma coisa que você tá consumindo [...] e eu acho que isso é fantástico porque você valoriza, porque às vezes, a gente não dá valor naquilo que sobra (Solange, Espera Feliz, 21 e 22 de setembro de 2021).

Refletir sobre o que é consumido, sem ser comprado, e o que é doado exige se atentar

57 Região Norte: RMERA; FASE Região Nordeste: RMPNE, Rede ATER Feminista, UFRPE, UFCE; Região Sudeste: GT Gênero e Agroecologia, UFV, UFMG/MOC, UFRJ, IF MATÃO/SP; Zona da Mata/MG: CTA-ZM, MMZML; Região Sul: MMC, REDE ECOVIDA; Nacional: GT Mulheres da ANA.

58 Sobre as doações, Solange destaca que com o tempo passou a anotar mais. Ela conta que quando recebe alguma visita, precisa geralmente explicar para as pessoas que as estimativas do que foi coletado por elas não será cobrado, é apenas para inclusão em suas anotações da caderneta, pois anota tudo o que se produz na propriedade. Durante a nossa conversa, lembrei que havia colhido algumas ameixinhas [amarelas, que me lembram a infância]; ela diz que percebeu que foram 3 cachinhos, mas ainda não havia anotado, enquanto rimos. Ela destaca que pretende comprar uma balança pequena e deixar em cima da mesa para auxiliar nas anotações.

para processos que não envolvam a troca mercantil, sempre privilegiada em nossa sociedade. Especialmente no que tange à doação, é importante destacar que existem dimensões simbólicas envolvidas nessas trocas, afinal, que laços de sociabilidade são exercidos e com quais pessoas/famílias? Embora não tenhamos possibilidade de explorar mais a fundo estas questões, fica a sugestão para aprofundar o entendimento sobre as diferentes lógicas inerentes às trocas não monetárias realizadas pelas mulheres, por meio do uso das cadernetas agroecológicas.

Segundo Beth, a pesquisa de sistematização do uso das cadernetas chamou a atenção do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o que resultou em uma parceria com o CTA e o GT Mulheres da ANA para capacitar, sistematizar e acompanhar as experiências de uso das cadernetas em seis estados do Nordeste. Percebe-se aqui como as relações do movimento com organismos internacionais possibilitaram o prosseguimento do trabalho que vinha sendo realizado, apesar da dificuldade em obter recursos e apoio do Estado.

A expansão do uso das cadernetas agroecológicas pelo Brasil mostra a importância desse instrumento no processo de reflexão e valorização do trabalho realizado pelas mulheres nos quintais. É importante destacar que, embora as cadernetas tenham surgido na Zona da Mata, é possível perceber que a sua utilização ainda pode ser ampliada no âmbito da região, pois, apesar das atividades de formação realizadas pelo CTA sobre o tema, em algumas localidades como em Muriaé, por exemplo, ainda não foi possível avançar na sua utilização.

É importante também considerar que a valorização do trabalho das mulheres está diretamente ligada ao fomento da sua autonomia econômica. Nesse sentido, segundo Adriana, é a possibilidade de geração de renda que atrai e favorece a participação das mulheres em atividades realizadas pelas organizações possibilitando assim, de maneira indireta, se aproximar do movimento:

Então, quando a gente vem realizando oficina com as mulheres, aí você faz uma oficina, sei lá, de plantas, faz uma oficina de doce, então você vai fomentando as mulheres a produzir, fazer produtos que até então os homens não têm interesse ou autonomia sobre aquele produto, com isso as mulheres vão conseguindo ver um pouquinho do dinheirinho. E vão percebendo através da geração de renda, uai, é interessante fazer parte de uma cooperativa, eu participando eu vou poder vender mais. E aí, nesse processo, a meu ver, de geração de renda, as mulheres vão entendendo que não é só o financeiro, que é importante tá junto, tá filiando, de tá expondo, de tá ajudando a construir. Mas se você for hoje numa comunidade, ah, eu vou fazer uma reunião de mulheres, talvez você não tenha total adesão (Adriana,

google meet, 27 de julho de 2021).

Mas como está a participação das mulheres nos quadros das organizações atualmente? Segundo levantamento do CTA, cuja maior parte da equipe é formada por mulheres, existem cerca de 74 mulheres participando de diretorias em sindicatos, associações e cooperativas da região. No caso da COOFELIZ, por exemplo, há cerca de 60% de mulheres no quadro de cooperados. Porém, embora a participação numérica das mulheres seja superior, na prática são os homens que “dão as cartadas”, afirma Sandra. Nesse sentido, apesar dos avanços na incorporação da temática de gênero, é preciso reconhecer que ainda existem diversos limites e desafios para a real participação das mulheres no movimento agroecológico.

Gilvânia, natural de Divino, filha de camponeses agroecológicos, é agricultora e Tecnóloga em Agroecologia, pela Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA). Em nosso reencontro⁵⁹, uma das temáticas que tratamos se refere à participação das mulheres da região no movimento agroecológico, especialmente quando se trata de exercer papéis de liderança:

A gente tem algumas mulheres aí que são referências pra gente, pra gente se propor também a assumir alguns cargos como liderança, mas poderia ter bem mais gente. A gente vê, eu vejo mais facilidade do pessoal que tem mais ou menos a minha idade, de assumir mais, eu acho que é até fruto dos processos anteriores, das formações que sempre tentou pautar a participação da juventude e das mulheres. Eu falo por mim mesmo [...] a gente fica com medo de assumir a frente, a gente prefere muitas vezes ficar nos bastidores. Mas a gente sabe, a produção agroecológica muitas vezes quem começa é a mulher, ao redor ali da casa (Gilvania, google meet, 07 de agosto de 2021).

Gabriel pontua que, apesar dos avanços, a participação das mulheres nas organizações e na construção do movimento agroecológico precisa ser vista de maneira crítica, sendo fundamental que se trate de uma participação efetiva e não restrita às temáticas de gênero:

Eu acho que tem avançado, acho que muita coisa avançou, se a gente pensar dez anos atrás, vinte anos atrás, mas eu acho que os desafios são muito grandes ainda dentro do movimento [...] Hoje é muito mais fácil a gente ouvir os homens falando da importância da participação das mulheres, o reconhecimento da luta, da importância da participação pública e política das mulheres, mas eu acho que isso ainda não está tão manifestado em

59 A conversa pelo google meet com Gilvânia foi, na verdade, um reencontro, pois já nos conhecíamos das “épocas do Paraná”, quando trabalhamos no CEAGRO e fizemos juntas um curso de especialização em agroecologia, pelo IFPR. Passamos um longo período sem ter notícias uma da outra e foi uma alegria poder reencontrá-la neste contexto de pesquisa.

vários espaços, nos eventos, na composição das mesas. Ah, chama mulher só se for pra falar de feminismo, entendeu, ou só pra fazer um equilíbrio de participação nos espaços. Acho que ainda tem muita coisa, tem muito desafio ainda pela frente (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

Além disso, existe outro aspecto importante a se considerar na ampliação da participação das mulheres nas atividades do movimento: a sobrecarga de trabalho. Essa sobrecarga está relacionada ao fato das mulheres continuarem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado da família. Assim, para participar de um encontro ou atividade fora de casa, elas precisam deixar as tarefas domésticas “prontas” antes de sair e retomá-las quando voltarem, o que resulta em uma sobrecarga de trabalho que vem afetando a saúde das mulheres. Segundo Gabriel:

Um indicador de que essa sobrecarga existe [...] a gente vê que tem muita mulher tomando remédio pra dormir, por exemplo, ou esses remédios anti-ansiedade ou antidepressivos. Não é tão falado, mas se a gente for perguntar e olhar, isso tá acontecendo. E é quase uma banalização de uma coisa que gera dependência, é uma coisa bem complicada. Então, acho que isso é uma coisa que tá gritando pra gente: tem problema mais sério aí que a gente não tá sabendo olhar. (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

Outro desafio que Gabriel destaca é a questão da violência contra as mulheres. Em pesquisa realizada pelo CTA, constatou-se que a literatura aborda muito pouco as mulheres rurais e que o tema está presente, mas aparece sempre “em terceira pessoa”. Porém, um olhar mais atento revela que a questão da violência não está tão longe assim, e por isso, é fundamental proporcionar espaços onde as mulheres possam ser acolhidas.

Vale ressaltar que, durante as eleições de 2020, as mulheres sofreram vários tipos de violência durante as suas campanhas, por meio de fake news, vazamento de dados, desvalorização pública, entre outros, não apenas na região, mas em todo o Brasil. Havia ocorrido um processo de mobilização e formação para apoiar a candidatura de mulheres lideranças da agricultura familiar, mas que teve pouco apoio dos partidos políticos:

Essas mulheres relatam que tiveram apoio mínimo dos partidos, entendeu, e de partidos de esquerda. Então, você fala assim, ué, esse povo usou as mulheres porque agora a legislação impõe cota de participação das mulheres? [...] Muita mulher que se candidatou e fala que não teve apoio nenhum, nem apoio assim, de poder fazer campanha, de ter material de comunicação, apoio político mesmo. Sabe, eu acho que é uma questão que, até onde eu sei, voltou pouco ainda pro movimento debater (Gabriel, google

meet, 23 de julho de 2021).

Sandra foi uma das mulheres candidatas à vereadora do município de Espera Feliz nas eleições de 2020. Foi a sua segunda candidatura ao cargo. Ela relata que quando foi convidada ficou pensativa e conversou com a família, que, após recordá-la da experiência anterior, não a apoiou. Apesar disso, Sandra aceitou o convite após uma conversa com o presidente do partido. Segundo ela, a experiência foi muito boa, embora não tenha tido muito tempo para fazer campanha devido aos compromissos de trabalho. Foram apenas dois meses de campanha, a qual se concentrou mais no seu setor, ou seja, a agricultura familiar, onde não teve muito apoio. Segundo ela:

A gente vê que nós, quando a gente trabalha de coração aberto para que o movimento aconteça, para que as coisas aconteçam para as famílias, não sei se você vai concordar comigo, a gente às vezes não é bem-vista pela sociedade. Ah, é aquela que tá querendo aparecer. É aquela que em vez de tá cuidando de casa, tá inventando moda, como já escutei isso muitas vezes. Com os homens, isso não acontece [...] Pra ser sincera eu fiquei um pouco decepcionada nesse sentido [...] Eu não sei se eu volto não, mas eu sou assim, é da hora né. Mas eu me decepcionei muito porque o meu setor tinha condições de eleger quatro vereadores, tem voto pra isso e não elegeu ninguém. Ninguém. Elegeu todos os candidatos aqui da cidade, que não olham pro nosso setor (Sandra, Espera Feliz, 23 de setembro de 2021).

Sandra avalia que talvez tenha sido um erro focar a campanha apenas no seu setor; talvez deveria ter ido para outros lugares do município onde o trabalho que realizam é mais conhecido. Ela também achava que teria o respaldo da sua comunidade, onde poderia conseguir cerca de 60 votos, dos 300 votos necessários para ter sido eleita.

Solange também foi convidada para ser candidata à vereadora em Espera Feliz, tendo sido a primeira vez que ela se candidatou a um cargo político. Ela relata que se sentiu só, não teve apoio, o que ocorreu também com outros companheiros e companheiras. O município é grande e a falta de apoio do movimento na campanha política colaboraram para a sua desmotivação. A experiência na política mostrou que, apesar de defender a luta das mulheres por direitos, não seria candidata novamente:

Cada vez mais tem que se trabalhar sim com mulheres que queiram se capacitar para ser uma vereadora, porque não é fácil não tá. Uma agricultora ser candidata, se não tiver um apoio, uma estrutura, ela não consegue não. Eu falo que foi uma aprendizagem pra mim muito grande. E se você me perguntar assim: se na próxima eleição, se te convidarem, você toparia?

Sinceramente não. Eu não aceitaria. Apoiaria outras que topassem, que têm foco. Eu vejo que tem que ter uma estrutura muito grande, tem que ter muito conhecimento nessa área. Muitas leis têm que ser estudadas. Lógico que nós agricultoras temos capacidade sim, mas tem que ter gosto pra coisa, entendeu. E o meu gosto é mais é na agricultura familiar, aqui na propriedade, na área da saúde, da medicina [...] Eu vi que não era a minha área. Eu vi que tinha muita pressão, sabe, muita pressão mesmo nas reuniões. E de fato a gente acha que é uma coisa, quando você entra e participa é outra coisa. Muitas vezes você não tem o apoio da família, você não tem o apoio das lideranças, das associações ou dos grupos de mulheres mesmo do município. Então, eu vi isso às claras. Lógico, que o voto é livre, a gente tem que respeitar, mas a gente tem que votar sim nas pessoas que estão ali fazendo as ações em conjunto para todos (Solange, Espera Feliz, 21 e 22 de setembro de 2021).

Analisando esses dois casos, percebe-se que a candidatura de mulheres a cargos políticos é um aspecto que ainda precisa ser muito trabalhado na agricultura familiar e na sociedade de maneira geral. É fundamental que os partidos políticos e as famílias apoiem as mulheres em suas iniciativas de concorrer a cargos públicos. O porquê a agricultura familiar não respalda candidaturas de pessoas ligadas ao setor é um aspecto que merece ser melhor analisado.

Percebe-se que muitas construções entre agroecologia e gênero foram e vêm sendo feitas na região da Zona da Mata, o que resultou em experiências exitosas como a das cadernetas agroecológicas, embora persistam algumas tensões para avançar na temática dos direitos das mulheres. Outro aspecto que vem contribuindo no fortalecimento da agroecologia na região são as ações de ensino, pesquisa e extensão, como veremos na seção a seguir.

3.2 Interfaces entre agroecologia, pesquisa, ensino e extensão

Ainda que muitos técnicos envolvidos na estruturação da rede de agroecologia na Zona da Mata tenham sido estudantes da UFV, foi a partir de meados dos anos 2000 que se intensificou uma maior presença institucional da universidade nessa rede (SCHMITT et. al., 2016). A institucionalização da agroecologia em instituições de ensino vem contribuindo para o desenvolvimento de diversas experiências na região. Neste tópico, abordaremos algumas ações nesse campo. Devido à pandemia e outras limitações, não foi possível realizar entrevistas e visitas que permitiriam realizar uma análise mais ampla das diferentes ações que vêm sendo, tais como a do projeto Curupira⁶⁰, do curso de agroecologia promovido pelas EFA Puri, de Araponga, entre outras. Portanto, optamos em dar destaque para algumas ações

60 O projeto Curupira é desenvolvido no âmbito do CTA, com apoio da Action Aid. O Curupira realiza oficinas de arte e educação ambiental para crianças de escolas públicas da região, atendendo em torno de 5.000 crianças. Em Viçosa, são 7 escolas atendidas pelo projeto e em Araponga, todas as escolas do município.

no âmbito da UFV e do IF Sudeste de Minas, campus Muriaé.

Segundo Irene, o grande marco dos projetos que articulavam agroecologia, ensino, pesquisa e extensão na UFV foi a criação do programa de Extensão Universitária Teia, em 2004, no âmbito do Programa de Extensão Universitária (PROEXT). O Teia promoveu uma articulação entre os diferentes projetos de extensão que havia na universidade e impulsionou vários projetos realizados em parceria com o CTA e sindicatos da região. As excursões pedagógicas foram um instrumento metodológico central do programa Teia e vieram a originar, posteriormente, as caravanas agroecológicas, que passaram a ser utilizadas pelo movimento agroecológico em todo o Brasil. Nas palavras de Irene, o programa Teia foi uma “escola metodológica para o Brasil”.

A espinha dorsal do programa foi a Troca de Saberes, que acontece desde 2009 sempre no mês de julho⁶¹. Segundo Gabriel, a Troca de Saberes é um contraponto à Semana do Fazendeiro, evento de extensão da UFV que tem mais de 90 anos e que atua de acordo com a extensão rural convencional, de caráter difusionista, em que se busca transferir conhecimentos e tecnologias para os agricultores. A Troca de Saberes é um grande evento realizado com base no círculo de culturas e nas instalações pedagógicas, outra metodologia que o movimento agroecológico passou a adotar em todo o país, afirma Irene.

Outro marco foi a criação dos intercâmbios agroecológicos, em 2008, segundo Irene. Os Intercâmbios surgiram como estratégia metodológica de construção do conhecimento agroecológico na Zona da Mata e utilizam referenciais de Paulo Freire, como as abordagens dos Círculos de Cultura e dos elementos geradores, “com processos educativos e práticas pedagógicas alicerçadas na matriz sociocultural camponesa e no diálogo horizontal com o conhecimento popular” (ZANELLI & SILVA, 2017, p. 652).

Os Intercâmbios promovem a formação agroecológica de todos e todas que participam, seja agricultores/as, professores/as, estudantes ou técnicos/as (ZANELLI & SILVA, 2017). “Eu falo que eu nunca aprendi tanto como eu aprendo com os intercâmbios, é um aprendizado infinito mesmo”, revela Irene. Solange, de Espera Feliz, relata como os intercâmbios são importantes:

Por isso que eu falo, a gente acha que agricultor sabe tudo, não sabe não. A gente acaba aprendendo com os intercâmbios muitas vezes a conhecer plantas que a gente tem na propriedade e não conhece e que é comestível

61 Devido à pandemia de Covid-19, não houve Troca de Saberes no ano de 2020 e em 2021 a Troca aconteceu de forma remota.

[Phisalis, por exemplo]. Então, por isso é fundamental o intercâmbio. O intercâmbio foi tudo pra nós. (Solange, Espera Feliz, 21 e 22 de setembro de 2021).

Os intercâmbios surgiram com o objetivo de promover a construção coletiva do conhecimento e por isso privilegiou conhecer experiências dentro dos próprios municípios e não em outros, destaca Breno. No início, alguns dos sindicatos que se envolveram foram os de Divino, Espera Feliz, Acaiaca, Ervália e Pedra Dourada. A ideia era que os sindicatos assumissem a liderança pelo processo de ampliação da troca de experiências entre os agricultores, com apoio do CTA e da universidade, à medida que fosse necessário. No entanto, em vários municípios isso não ocorreu.

Divino é um dos poucos municípios que conseguiu estruturar bem o trabalho em torno da realização dos intercâmbios, propiciando o surgimento de vários grupos. Em 2018, completaram dez anos de intercâmbio no município. Segundo Breno, no início, entre 2008 e 2010, aproximadamente, o intercâmbio acontecia durante o dia todo, com almoço para os participantes. A partir daí os intercâmbios passaram a ser realizados apenas na parte da tarde, entre 13 e 17 horas, por questões ligadas a recursos, tempo e logística.

De acordo com Gilvânia, o movimento sindical em Divino, vinculado à FETRAF, é muito comprometido com os intercâmbios, que motivam o desenvolvimento da agroecologia no município. “Com a pandemia, não estão tendo como reunir, mas eram atividades quase que mensais e tinha encontros que chegavam a 100, 200 agricultores”, relata.

Gilberto é agricultor, nascido e criado na Comunidade Vargem Grande, no município de Divino. Fez parte da PJR e foi se envolvendo mais com a militância até que entrou para a direção do sindicato. Após um período intenso e desgastante de militância, acabou voltando para a roça, como era seu desejo. Ele relembra o início dos intercâmbios em Divino, que começou com apenas cinco famílias:

Aí a gente ia na casa de um. Daí no outro mês ia na casa de outro trocar experiência. E depois ia ter um trabalho de acompanhamento da universidade, da UFV. Começou assim. Só que o pessoal foi gostando de reunir. Quando terminou a rodada, que já não ia ter mais, já tinha gente querendo participar, outras pessoas que não estavam dentro do grupo. Então por que não continua fazendo. Aí foi indo e tá até hoje (Gilberto, Divino, 27 de setembro de 2021).

Nos primeiros anos, Gilberto era responsável por articular os intercâmbios, que aconteciam uma vez por mês. Ao final de cada intercâmbio era organizado o próximo, de

acordo com o tema escolhido. Às vezes chegava a reunir poucas famílias e às vezes se tornava um grande evento, com várias oficinas sendo realizadas. “Teve época de juntar 200 pessoas, era difícil você fazer uma metodologia para participar todo mundo”, relata.

Outra iniciativa fundamental nesta trajetória de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na UFV foi o projeto “Agroecologia de Saberes”, coordenado pela professora Irene. Uma das ações desse projeto resultou na criação da Rede Raízes da Mata. Nina Abigail Caligiori Cruz foi bolsista do projeto. Proveniente de Belo Horizonte, Nina está em Viçosa desde 2007, quando foi cursar agronomia na UFV, conforme me relatou no início de nossa conversa, enquanto tomávamos café da manhã em uma padaria da cidade, antes das oito horas da manhã, no final de janeiro de 2020.

A Rede Raízes da Mata é uma rede de “prosumidores”, termo usado para destacar a conexão entre produção e consumo. “O termo prosumo diz respeito à produção e consumo sustentável, bem como maior interação entre quem produz e quem consome, com intuito de fomentar um novo sistema econômico baseado na solidariedade” (COSTA; SILVA; COSTA, 2015, p. 4-5).

Em 2011, a Rede surgiu com o objetivo de atender a demanda de estudantes e técnicos da universidade e do CTA por alimentos agroecológicos, fomentando a comercialização de produtos dos agricultores/as da região, em especial os do assentamento Olga Benário. A Rede Raízes da Mata se baseou no modelo da Rede Terra Viva, de Belo Horizonte, e foi organizada a partir da articulação entre o Teia e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP- UFV).

A ITCP-UFV foi fundada em 2003 e realiza ações de incubação de grupos populares, incluindo agricultores e agricultoras familiares que trabalham com agroecologia. O apoio à Rede Agroecológica de Prosumidores/as Raízes da Mata está entre as ações desenvolvidas pela incubadora, que surgiu com o objetivo de superar os problemas enfrentados pela agricultura familiar para a comercialização de seus produtos (COSTA; SILVA; COSTA, 2015).

Segundo Nina, a Rede Raízes da Mata iniciou suas atividades na Casa 18 da Vila Gianetti, na universidade, e lançou uma chamada para quem quisesse integrá-la. “Na época foi assim, um brilho nos olhos do movimento da agroecologia, dava pra sentir essa felicidade, o ânimo das pessoas em participar, querer adquirir os produtos, fazer parte e tudo”, relata. Foram mobilizados agricultores que faziam feira e já eram conhecidos, além de outros indicados, com histórico na produção agroecológica.

Desde o início, o CTA foi um parceiro estratégico da Rede Raízes da Mata, já que

muitos produtos, como café, açúcar, fubá e mel, chegavam à Viçosa por intermédio das “caronas” do pessoal que regressava das atividades de campo do CTA, relata Nina. Já produtos frescos, como hortaliças e algumas frutas eram provenientes de Viçosa e entorno. No início, em 2011, as vendas eram organizadas por meio de encomendas e a gestão do processo organizativo só foi possível graças à existência de estudantes bolsistas, vinculados aos projetos de extensão na universidade, em especial do Programa Teia.

Posteriormente, para melhorar a gestão, houve uma transição no modelo de comercialização, passando de encomendas para feiras presenciais, que permitiam aos/às consumidores/as escolher seus produtos, além de facilitar também a divisão de responsabilidades dentro da Rede, com a presença dos/as agricultores/as nas feiras. O surgimento da feira da Rede Raízes da Mata colaborou também para a construção de outra feira no campus da UFV, o Quintal Solidário, entretanto, deixou de existir após um certo período.

Vale frisar que a articulação entre agroecologia, ensino, pesquisa e extensão na UFV estava ligada também à política de implantação dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA), que surgiram em 2010 a partir de um processo de discussão realizado no âmbito do fórum de educação para a agroecologia, articulado pelo MAPA e MDA. O fomento à criação dos NEA foi fruto da parceria entre órgãos como Ministério da Educação (MEC), MAPA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Foram lançadas oito chamadas públicas⁶² de apoio aos NEA entre 2010 e 2016, totalizando um aporte de R\$62.612.000,00, em 373 projetos que envolveram diretamente aproximadamente 61 mil pessoas. As chamadas foram fundamentais para a realização de atividades diversas como encontros, hortas comunitárias, excursões, caravanas, feiras, troca de saberes, intercâmbios, vivências e dias de campo. As ações desenvolvidas contribuíram para fortalecer parcerias com instituições e organizações sociais nos territórios, execução de políticas públicas e construção do conhecimento em agroecologia, enfatizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SOUZA et. al., 2017).

Ferrari destaca a importância das ações de apoio aos NEA para a região da Zona da

62 Em 2010, foi lançada a Carta Convite n 73/2010, pelo Mapa/MCTI/MEC, que apoiou 27 projetos, totalizando R\$ 1.012.000 e a Chamada no 58/2010, pelo MDA, que apoiou 52 projetos, com montante de R\$ 5.400.000. Em 2012, Mapa/MCTI/ MEC lançaram a Chamada no 46/2012, apoiando 22 projetos, cujo valor total foi de R\$8.900.000. Em 2013, Mapa/MCTI/MEC/MDA/MPA disponibilizaram R\$30.000.000, apoiando 93 projetos, por meio da Chamada no 81/2013. Em 2014, o MDA lançou as Chamadas no 38/2014 e no 39/2014, que apoiaram 25 e 19 projetos, respectivamente, cujos montantes foram de R\$2.000.000 e R\$4.600.000,00. Em 2016, a Chamada no 21/2016, lançada pelo MCTI/MAPA/MEC/SAF visou apoiar 911 projetos, num total de R\$10.700.000 (SOUZA et. al., 2017).

Mata:

Se você pegar aqui na Zona da Mata, por exemplo, eu acho que talvez tenha sido a ação que mais impactou, porque ajudou muito a estruturar não só o núcleo, mas também ações nos IFs aqui da região. Então teve um impacto grande, tinha épocas que tinha 200 estagiários, se você pegar os estagiários do CTA, mais os estagiários do programa Teia (Ferrari, Viçosa, 28 de janeiro de 2020).

No Instituto Federal (IF) Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé, o Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri (NEAP), é coordenado pela professora Juliana Calixto. Juliana é graduada em Engenharia Florestal, com Mestrado em Administração, pela Universidade Federal de Lavras e Doutorado em Solos e Nutrição, pela Universidade Federal de Viçosa, tendo sido orientada pela professora Irene.

Juliana relembra que estava de licença maternidade quando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do MEC, lançou um edital de apoio à implantação dos NEA nos IF, oportunidade que, segundo ela, “não dava pra perder”. Buscou as organizações da agricultura familiar da região, dentre elas CPT, EMATER e o STR de Muriaé, que foram os primeiros parceiros. O projeto aprovado previa atividades para aproximar o curso técnico em agroecologia da agricultura familiar da região. Já em 2012, foi lançado outro edital, desta vez pelo CNPQ, quando aprovaram um projeto para o fortalecimento do NEA.

Uma ação importante realizada pelo NEAP foi sediar o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Serra do Brigadeiro, o qual propiciou o apoio de dois assessores, um de inclusão produtiva e um de desenvolvimento territorial. Além disso, apoiou o surgimento da Rede Sabores e Saúde da Serra, por volta de 2015, a partir da oferta de cursos no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

A Rede Sabores e Saúde da Serra foi criada a partir da mobilização de agricultores/as que queriam organizar uma feira e foi quando se estabeleceu mais firmemente a parceria com a COOPAF. Entretanto, como no início ainda não havia condições de fazer uma feira, iniciaram a entrega de cestas no IF para professores, técnicos administrativos e alguns estudantes. Inicialmente, as entregas eram quinzenais e depois passaram a ser semanais. O apoio dos estudantes foi fundamental para a consolidação da Rede, já que eles eram responsáveis por todo o apoio logístico, enquanto os agricultores deixavam os alimentos na unidade rural do IF. Uma planilha cedida pela Rede Raízes da Mata foi adaptada para a oferta

de produtos da Rede Sabores e Saúde da Serra.

Desde 2016, o NEAP promove um curso de capacitação em práticas agroecológicas, com encontros uma vez por mês, durante o dia todo, abordando os fundamentos da agroecologia, debate sobre agrobiodiversidade, sementes, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), controle de doenças, adubação, horticultura, entre outros. Parte dos encontros acontecem nas comunidades dos agricultores/as.

O curso surgiu com o objetivo de capacitar os agricultores/as que fazem parte da Rede. A participação no curso era um dos critérios para participar da feira agroecológica no município. O curso foi interrompido em 2020, devido à pandemia de Covid-19. Uma emenda do deputado Rogério Correia possibilitou a retomada do curso no final de março de 2022. Desta vez, os módulos do curso são mais curtos e o curso foi ofertado para o público em geral, não apenas para as pessoas que queiram participar da feira agroecológica de Muriaé.

Na UFV, foi institucionalizado, em 2015, (resolução número 09 do Conselho Universitário), o Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOA). O ECOA é formado por diversos grupos e iniciativas⁶³, atuando na organização de diferentes ações do movimento agroecológico da Zona da Mata, como intercâmbios agroecológicos, mutirões, feiras, cursos presenciais e à distância, caravanas. Atua também no apoio à democratização e popularização da informação, por meio de programas de web rádio e dos informativos “Nossa Roça”, “Nossa Cultura na Roça”, “Nossa Tecnologia na Roça” e “Nossa Pesquisa na Roça”. Entre 2014 e 2016, 3.510 pessoas participaram de atividades realizadas pelo núcleo (LOPES et. al., 2018).

O ECOA é o resultado de um conjunto de programas e projetos ligados à promoção da agroecologia que foram desenvolvidos na universidade. Segundo Irene, a constituição do núcleo foi também fruto da forte articulação com o Departamento de Educação, pois na busca pela construção horizontal do conhecimento agroecológico “nosso livro de cabeceira era Paulo Freire”:

Na UFV, o núcleo foi um avanço. A gente tenta construir o ECOA desde 96⁶⁴. Era ECOA mesmo, mas não era Educação do Campo e Agroecologia,

63 Participam do ECOA: CTA, Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (LICENA), o programa de extensão universitária TEIA, os grupos que compõem o Mutirão Ciranda [Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), Apêti Agroflorestas, Saúde Integral em Permacultura (SAUIPE), Animais para Agroecologia, Rede Agroecológica de Prosumidores-as Raízes da Mata, ITCP-UFV (LOPES et. al., 2018). Participaram também o Observatório dos Movimentos Sociais e a Rede Nós D’água, porém, ambos deixaram de existir.

64 “Quando a gente começou a construir, a política da UFV de institucionalização dos núcleos não era muito clara. E também a gente não tinha os apoios de política pública que a gente teve. Quando a gente retomou a ideia de construir o núcleo, era um momento muito favorável para as políticas públicas de agroecologia [...]

era só de ecoar. Quando a gente conseguiu construir a proposta do núcleo, [era Agroecologia e Educação do Campo], eu percebi que se invertesse dava ECOA de novo. Então, por isso que ficou ECOA, Educação do Campo e Agroecologia e não o contrário (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Segundo Ferrari, que atualmente é professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (LICENA), os cursos de Licenciatura em Educação do Campo foram criados a partir de 2002 e na UFV, a primeira turma do curso teve início em 2014⁶⁵. O curso é organizado com base na metodologia da alternância, com tempo escola e tempo comunidade, além de articular as várias disciplinas em projetos temáticos, cada semestre com um foco.

Durante os três primeiros anos de implantação do curso, há investimento para a contratação de professores e técnicos administrativos, além de financiar transporte, alojamento e acompanhamento no período de alternância. Nesse período, a universidade deveria oferecer 120 vagas por ano, e, após os anos de implantação, arcar com os custos do curso⁶⁶. Na UFV, foi possível “esticar” o recurso até 2018, quando vieram também os cortes de recursos para as universidades, afirma Ferrari.

Nesse cenário, os estudantes de baixa renda tiveram que buscar auxílio por meio do sistema geral da UFV de apoio aos estudantes em vulnerabilidade social. Além disso, houve redução da oferta de vagas, de 120 para 60 por ano, e pressão para transformar o curso na modalidade Educação à Distância (EaD), o que mostra a dificuldade em reconhecer as especificidades de um curso presencial em regime de alternância.

Devido ao impacto dos cortes de recursos na universidade, foi necessário também

núcleo na UFV pra passar tem que ter apoio de dois departamentos e de dois centros. Então, passou no Departamento de Educação e no Departamento de Solos, no Centro de Ciências Agrárias e no Centro de Ciências Humanas. Eu falo que no Solos, ele passou ancorado em um milhão de recursos do CNPQ, porque por coincidência do universo, na reunião que o núcleo passou, a gente tinha acabado de receber a notícia do apoio do Comboio, que eu coordenava, do Ecoar, que era um projeto do Núcleo que o Rafael coordenava, e um projeto de um estudante meu com fertilizantes alternativos e isso dava quase um milhão de recurso. Então, eu falo que ele passou ancorado em um milhão de recursos, e aí quem é que fala que não vai aprovar, se é uma proposta de núcleo que o CNPQ está aprovando, 1 milhão de recurso aprovado pelo CNPQ. Então, essa é a importância da política pública” (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

⁶⁵ O processo de construção da Educação do Campo na UFV teve início no final dos anos 1990, a partir da articulação de diferentes instituições no âmbito do projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e que resultou, a partir de 2010, no Programa Observatório da Educação do Campo – OBEDUC, com o Projeto em rede Educação do Campo, Práticas de Educação de Jovens e Adultos, Letramento e Alternâncias Educativas. Disponível em: https://www.educacaodocampo.ufv.br/?page_id=5. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

⁶⁶ Segundo Ferrari, o financiamento na universidade se baseia no fator/índice diferencial de cada curso, o qual é multiplicado pelo número de estudantes matriculados. Cursos com fator 7, como o de Medicina, têm diversos gastos com laboratório, hospital, etc, enquanto cursos de licenciatura, de maneira geral, possuem fator 1, pois não possuem outros gastos significativos. Porém, no caso da LICENA, o custo é maior, já que o curso funciona em regime de alternância, sendo fundamental para o seu funcionamento recursos para alimentação, transporte e hospedagem, dentre outros.

realizar algumas alterações na organização do curso, reduzindo a quantidade do tempo-escola, de 3 para 2, e aumentando a quantidade de semanas de cada tempo, de 2 para 3. A mudança afeta a potencialidade do processo de alternância, torna o tempo-escola mais cansativo para as/os estudantes e para muitos/as é difícil ficar muito tempo fora da propriedade.

Apesar dessas dificuldades, segundo Ferrari, a LICENA ainda está em uma situação privilegiada, pois em muitas universidades o processo tem sido muito mais difícil, com a possibilidade de fechamento dos cursos. Ele destaca que a LICENA passou pela primeira avaliação do MEC em 2019 e recebeu nota 5, nota máxima. Embora seja considerado um curso marginal na universidade, cujos estudantes são vistos como “aquele povo esquisito que fica aí de vez em quando”, o curso conseguiu conquistar certa legitimidade diante da administração da UFV.

Com relação à incorporação dos estudantes da LICENA em projetos de extensão, Ferrari pontua que nos primeiros anos o processo não foi simples, devido às particularidades do regime de alternância. No caso da Troca de Saberes, por exemplo, os/as estudantes acabavam participando mais de tarefas durante o próprio evento, como, por exemplo, na organização da feira de sementes. Porém, com a diminuição dos projetos de extensão e a dificuldade de organizar a Troca de Saberes, em 2019, o LICENA assumiu mais a organização do evento.

Ainda no âmbito da UFV, cabe destacar a existência do Mestrado em Agroecologia, que reúne professores/as de diversos departamentos da UFV. O curso é coordenado pelos departamentos de Agronomia, Nutrição e Saúde, Solos e Zootecnia; docentes de outros departamentos, como Medicina Veterinária, Economia Rural e Educação, participam do corpo de orientação.

Por fim, cabe destacar que, embora as políticas públicas de apoio à agroecologia tenham sido fundamentais para expandir ações de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo assim o movimento agroecológico na região. Na UFV, por exemplo, o grupo envolvido com agroecologia na universidade é reconhecido, mas minoritário:

O pessoal que trabalhava com agroecologia era esse, um pessoal pouco, com dificuldade, marginalizado aqui dentro. Mas como tinha uma relação muito forte com o movimento social da região e com outras organizações, era um grupo reduzido, mas que fazia muito barulho e que mostrava muito serviço. Lá dentro do Departamento de Solos mesmo, o pessoal, apesar de ser altamente discriminado politicamente e em termos do jogo de poder dentro

do departamento, eles eram reconhecidos e respeitados porque tinham muita coisa, muita publicação, muito evento, congressos, gente que vinha visitar a universidade a partir dessa relação, então tinha uma certa legitimidade (Ferrari, Viçosa, 28 de janeiro de 2020).

Ao reconhecer como grande dificuldade a difusão do modelo de agricultura convencional como a única opção para a agricultura familiar⁶⁷, Irene critica o aparato institucional que promove a produção baseada no uso de agrotóxicos, defendida por professores da UFV e outros. Para ela, o maior desafio para a ampliação da agroecologia na região são “as instituições fortes que divulgam, constroem e trabalham a favor do agronegócio”:

Então, assim, o principal desafio é esse, são as instituições, não só públicas, que trabalham na perspectiva de fortalecimento do agronegócio [...] Além disso, e aí, são os agricultores também que apontam, são as empresas. Então, tem agricultor que fala que enquanto ele não compra o veneno, os agrônomos não dão sossego pra eles [...] Então, assim, pra mim os desafios principais são esses. São as empresas do agronegócio que querem ganhar lucro e as instituições públicas que apoiam, que dão credencial. O resto, a gente faz a transição rápida. Tira essas duas coisas e o resto não é desafio. [...] Então, na verdade, o grande problema da agroecologia é o complexo agroindustrial poderoso que determina todas as políticas, toda a organização das instituições, isso é que é desafio (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Apesar da institucionalização da agroecologia e dos desafios ligados à sua expansão e fortalecimento, cresce o interesse da sociedade por alimentos mais saudáveis, livre de agrotóxicos. Segundo BRANDENBURG (2002), a preocupação com os riscos relacionados aos agrotóxicos é um dos fatores que contribuíram para o aumento da demanda por alimentos ecológicos e, conseqüentemente, para o crescimento do mercado de produtos ecológicos.

Embora o crescimento do mercado de alimentos orgânicos também possa ser do interesse de setores do agronegócio, essa visão de sustentabilidade está mais ligada à diversificação e ampliação das estratégias de reprodução do capital do que propriamente a

67 Como podemos perceber a partir do relato de Irene sobre o depoimento de um agricultor em uma visita durante uma caravana quilombola: “[...] Será que o senhor podia contar um pouquinho da história do senhor pra gente? Na hora que eu falei isso pra ele, ele começou a chorar e a contar uma experiência dele, uma história linda, maravilhosa. Como é que ele entrou para a coisa do veneno? [...] ele sempre trabalhou com pequenos comércios, porque eles não tinham terra, o pai não tinha terra, então eles tinham uma vendinha [...] Foi proibido, não pôde mais fazer isso por causa da vigilância sanitária, você não pode vender queijo, não pode vender galinha. Ele começa a ficar sem saber pra onde ir, começa a ter influência da Semana do Fazendeiro, da EMATER, e começa a se tecnificar a partir do modelo da agricultura convencional. O filho dele mora na cidade, não tem terra, eles arrendam uma terra pra plantar feijão [...] ele usa a tecnologia que foi indicada. Qual é a tecnologia? Mecanização com veneno. E ele fala, eu sei que é ruim, não é o que eu gostaria de fazer. Agora o que eu faço, como é que eu faço? (Irene, google meet, 26 de julho de 2021)”.

uma conscientização ambiental, de acordo com Ferrari. Já a agroecologia, segundo ele, está muito vinculada a um projeto de fortalecimento da agricultura familiar camponesa no desenvolvimento rural, que possa atender ao mercado interno e também aos externos. A seguir, vejamos como o debate sobre produção orgânica vem sendo incorporado pelo movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais.

3.3 Agroecologia e produção orgânica: de tensões a alianças?

Quais as relações entre o movimento agroecológico na Zona da Mata com a produção orgânica? Qual o panorama das experiências ligadas à certificação da produção orgânica na região da Zona da Mata Mineira e quais os desafios para a transição agroecológica? No início dos anos 2000, o PEC apontou o potencial em torno da produção de café orgânico na região. Porém, ao mesmo tempo, havia certa desconfiança com relação à certificação orgânica, afirma Geninho: “Eu venho daquela época que a gente via a certificação como, não vamos entrar nisso, não é isto que a gente quer, a gente quer uma coisa mais participativa e tal”, comenta.

Hoje em dia, no entanto, segundo Geninho, agroecologia e produção orgânica se complementam e estão cada vez mais próximos. Para Gilberto, agroecologia e produção orgânica, embora sejam perspectivas diferentes, podem se complementar:

Quando você fala assim eu sou agroecológico não é só você produzir agroecológico, é a questão de relação com as pessoas, de relação com os animais, acho que é um todo, o ambiente em si. Já orgânico é uma forma burocrática de você comercializar as suas coisas [...] então a agroecologia é um modo de vida e orgânico é um modo de venda. Só que não é só assim, tem muitas regras também. Uma delas, por exemplo, é essa, você não pode ter produção paralela, coisa que nós não sabíamos antes [...] pela lei você tem que, minimamente cumprir as obrigações ambientais. (Gilberto, Divino, 27 de setembro de 2021).

Para Geninho, um dos aspectos relacionados à maior aproximação entre agroecologia e produção orgânica foi a participação na Comissão de Produção Orgânica de Minas Gerais (CPORG-MG), quando trabalhou na SEDA. A participação permitiu conhecer essa arena, que até então, não era priorizada pelo movimento agroecológico no estado, e avançar no debate sobre certificação orgânica na Zona da Mata, já que sempre houve grande pressão com relação ao tema, devido ao histórico de mais de 30 anos de trabalho com agroecologia na região.

De 2018 até o final de 2020, Geninho foi coordenador da CPORG-MG, a qual é considerada atualmente como “um espaço de resistência”, diante das alterações propostas pelo governador Romeu Zema⁶⁸. Apesar das mudanças, o CEDRAF se manteve, bem como suas Câmaras Técnicas, incluindo a de Agroecologia. Existe uma perspectiva de realizar as reuniões da Câmara Técnica de Agroecologia do CEDRAF com as da CPORG-MG, já que são praticamente as mesmas pessoas que participam de ambos os espaços, o que contribuiria para otimizar recursos e fortalecer o movimento de agroecologia e orgânicos no estado, ressalta Geninho. Em 2019, por exemplo, a CPORG-MG disponibilizou cerca de R\$15.000,00 (quinze mil reais) para a Semana do Alimento Orgânico, o que permitiu a realização de algumas atividades da Rede Raízes da Mata.

No contexto de dificuldade financeira para as organizações do movimento agroecológico, segundo Geninho, é fundamental olhar para o passado, “como que a gente retorna lá no início, quando não tinha relação nenhuma, nem com cooperação internacional, nem com governo, como é que a gente se articula”, e ao mesmo tempo para as oportunidades futuras, sendo a produção orgânica uma delas:

Eu vejo os orgânicos como uma possibilidade, um diferencial. Então, quem tiver produto orgânico certificado, vai ter mercado aberto. Esse café que a gente manda pro Sul mesmo, o pessoal fala, olha se tivesse um café orgânico aí certificado num preço justo a gente compraria muito mais, entendeu. E mesmo para exportação, sei lá, a COOPFAM⁶⁹, no Sul de Minas, exporta três *contêineres* de café orgânico por ano e se tivesse dez, vendia tudo. E é assim, se você comparar o preço, vendendo a mil, mil e poucos reais a saca, o preço do café aqui está trezentos reais, quatrocentos reais, ou seja, já é mais do que o dobro, já é mais do que 100% de diferença de preço. Então, para os agricultores, que estão há anos suando, batalhando para conseguir ter esse prêmio, de conseguir vender seu produto bem, é bem interessante (Geninho, Viçosa, 27 de janeiro de 2020).

Milce é agricultora, da comunidade São João do Glória, em Muriaé, tem 38 anos e faz parte do grupo da feira agroecológica da COOPAF. Para Milce, a certificação é vista como uma oportunidade de agregar valor à produção e que o certificado é como se fosse um reconhecimento pelo trabalho. Assim, a certificação é importante, pois contribui para a valorização da agroecologia e da agricultura familiar, conforme relata outra agricultora:

68 O empresário Romeu Zema, eleito no final de 2018 pelo partido Novo, propôs em regime de urgência o projeto de lei nº 367/2019, que estabelecia uma reforma administrativa do Estado, com redução do número de secretarias estaduais, de 21 para 12, dentre elas a SEDA, além de outras propostas.

69 Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região.

Quando fala em certificação é um chamativo, tem um selo para colocar no meu produto que fale para as pessoas que não me conhecem que eu produzo de forma ecológica. Acaba até dando mais visibilidade e credibilidade, digamos assim, para os sistemas agroecológicos que já existem. Não que a gente ache que um selo vai falar o que o nosso produto é e não é, mas a gente compreende, para quem não conhece a gente, vê um selo desse e sabe que existem várias reuniões, existe uma rede de apoio, só traz credibilidade. (Gilvânia, google meet, 07 de agosto de 2021).

Segundo dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), em dezembro de 2014, havia 10.554 unidades cadastradas, enquanto em julho de 2017, havia 15.856 estabelecimentos cadastrados. Em Minas Gerais, as unidades de produção orgânica passaram de 398, em 2014, para 563, em 2017 (VILELA et. al., 2019). Em 2016, 45% dos estabelecimentos do CNPO optaram pela certificação por auditoria, em grupo ou individual, com exceção da Região Sul. É possível que a preferência pela certificação por auditoria esteja associada à busca por mercados internacionais, que proporcionam maiores ganhos aos produtores (SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019).

A expectativa de exportar café orgânico foi um dos motivos que levou à experiência de produção de café orgânico na Zona da Mata, que teve início na região no início dos anos 2000, com o PEC, que inicialmente chegou a envolver cerca de 120 agricultores. O café seria exportado por intermédio de uma cooperativa do Sul de Minas, que não conseguia suprir a demanda sozinha e o preço era um grande atrativo para os agricultores:

O café vinha de um período de preços elevados no final dos anos 1990, e a década 2000 iniciava com uma grande queda nas cotações. O mercado orgânico surgiu então como “a salvação da lavoura”, pois se dizia aos agricultores que poderiam vender por até três vezes o preço do café convencional (BOSA; ROVER, 2021, p. 417).

Porém, as primeiras experiências de comercialização do café orgânico não foram muito bem-sucedidas. A expectativa de enviar o café para exportação, por intermédio de uma cooperativa do Sul de Minas, foi frustrada e o café acabou sendo vendido para atravessadores da região. Assim, a expectativa de um ganho extraordinário não se consolidou e muitos agricultores abandonaram a empreitada.

A experiência de produção de café orgânico no início dos anos 2000 não foi exclusiva da região da Zona da Mata. BOSA & ROVER (2021) relatam a experiência do projeto do café orgânico no Leste de Minas Gerais, em que também houve dificuldades na produção, na certificação e na comercialização de café orgânico de agricultores da região, permanecendo

apenas um pequeno grupo na proposta⁷⁰.

Dos agricultores que iniciaram a produção de café orgânico na Zona da Mata nessa época, um grupo de Araponga, com mais de 20 agricultores, que já estava trabalhando com sistemas agroflorestais desde meados dos anos 1990, permaneceu no processo e se associou a uma outra cooperativa do Sul de Minas. Desde então, o grupo de Araponga exporta café orgânico para Europa, EUA, entre outros países, por meio da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM).

A partir da experiência do grupo de Araponga, surgiu, em 2016, o grupo de produção de café orgânico de Divino, que possui oito famílias filiadas à COOPFAM. Gilvânia e o companheiro atualmente estão mais dedicados ao terreno e ao grupo de produção de café orgânico. Ela relata que a experiência no começo dos anos 2000 em Divino desmobilizou os agricultores no município: “Até os pais de uns amigos meus aqui não querem nem ouvir a palavra orgânico, porque perderam lavoura, porque achavam que de um ano para o outro era só substituir um insumo por outro”.

Gilvânia destaca que o grupo de produção de café orgânico de Divino teve início em 2016, embora o processo tenha começado em 2015, como resultado dos intercâmbios de agroecologia que acontecem no município. Segundo Gilberto, o grupo começou a discutir o que poderiam fazer para valorizar o café; no início das discussões, havia cerca de quinze famílias, mas algumas saíram e não chegaram a ingressar no processo de certificação. O grupo não queria uma certificação orgânica, mas sim agroecológica, porém não havia essa possibilidade. E embora houvesse interesse pela certificação participativa, para exportar é necessário que o produto seja certificado por auditoria.

O grupo é filiado à COOPFAM e os cooperados que atendem os critérios estabelecidos para a produção são certificados pelo Instituto Biodinâmico (IBD). O grupo conta com assessoria da COOPFAM, a qual é realizada à distância por sua equipe técnica; existem no máximo duas visitas durante o ano, sendo o restante do contato por *whatsapp* e por telefone. Além disso, CTA e pesquisadores/as da UFV também assessoram o grupo. O grupo possui oito famílias filiadas, sendo uma delas proveniente do município de Espera

70 A proposta chegou a reunir cerca de 200 famílias dos municípios de Simonésia, Caratinga, Manhuaçu, São João do Manhuaçu e Santa Bárbara do Leste. Destas, cerca de 70 obtiveram a certificação orgânica. A queda nas colheitas, devido à retirada abrupta da adubação química contribuiu para a desistência de muitas famílias. Houve também dificuldades relativas ao processo de certificação, pois a certificadora a qual se vincularam não era credenciada para o mercado internacional e depois esta encerrou suas atividades. Embora tenham obtido os certificados entre 2003 e 2004, diante das tentativas frustradas de comercialização, houve uma desmobilização do processo regional em 2005 e desistência da maioria dos agricultores. Um grupo de cerca de dez famílias tentou seguir na proposta do café orgânico e deu origem à Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta (Coorpol), em 2006 (BOSA; ROVER, 2021).

Feliz, já que para abrir outros grupos na cooperativa é preciso passar pelo aval solidário de um dos grupos, relata Gilvânia.

A quantidade comercializada é de cerca de 9 toneladas, o que é considerado pouco, relata Gilvânia, já que algumas áreas ainda estão em transição e não são certificadas ainda. Gilberto relata que a primeira venda foi muito demorada, já que o prazo para certificação de produto orgânico internacional são 36 meses para o orgânico, enquanto para o orgânico Brasil são 18 meses. Assim, como a entrada no processo de certificação foi em 2016, a primeira venda certificada para a COOPFAM ocorreu somente em 2019.

Figure 8: Área com cultivo de café e banana em Divino, na comunidade Vargem Grande



Fonte: arquivo da autora.

Para Gilvânia, apesar do manejo de uma cultura perene como o café ser mais tranquilo, quando comparamos ao cultivo de hortaliças, por exemplo, o período de colheita é bastante demandante e intensivo, o que dificulta o trabalho em outras atividades nesse período. As regras relacionadas à produção orgânica trazem ainda algumas dificuldades, como o registro das atividades. Segundo Gilvânia: “o nosso pessoal não tem essa cultura de anotar as coisas. Eu tenho formação acadêmica, eu também tenho dificuldade de anotar, de fazer meus registros diários de manejo”.

Para Regina, o registro dos manejos adotados é de fato um desafio, “e por mais que a gente tenta, é difícil”, revela. Regina destaca que falta orientação técnica que auxilie o grupo a avançar nos registros necessários para a certificação orgânica. Regina mora no município de Barão de Monte Alto e faz parte do grupo da feira agroecológica da COOPAF. Ela produz

panificados e arroz e relata que nunca usaram veneno no cultivo de arroz, já chegaram a usar adubo químico, mas hoje em dia não utilizam mais.

Gilvânia confessa, ao relatar sobre a organização do envio do café para o Sul de Minas, ocorrido algumas semanas antes de nossa conversa, que “aconteceram várias coisas que dá vontade até de desistir do processo, pela questão da burocracia”. Para Gilberto, o maior problema não é nem tanto a burocracia, mas a distância da cooperativa: são 700 km de distância da COOPFAM. Muitos insumos, por exemplo, são comprados lá. O grupo aluga um caminhão para transportar o café até a cooperativa e levar os insumos para Divino. Fora os custos com frete, por enquanto, o único gasto que tiveram foi com a cota parte necessária para o ingresso na COOPFAM, pois os custos da certificação são descontados da comercialização do café.

Segundo Gilberto, os custos de produção não são muito diferentes dos custos de produção do café convencional. De toda forma, economicamente, a produção para exportação ainda é vantajosa, de acordo com Gilvânia. Quanto ao preço do café orgânico, em 2021 o preço do café convencional subiu muito e a diferença foi pouca, mas no geral a diferença costuma ser de 3 para 1. Portanto, do ponto de vista econômico, é bastante vantajoso, o que, de certa forma, motiva o grupo a superar as burocracias e dificuldades:

O nosso café vai para exportação, infelizmente [...] infelizmente não, porque financeiramente é muito viável, porque ajuda a gente a manter outros processos aqui no terreno. Mas quando a gente começa a pensar e refletir para onde vai esse café e quem vai consumir, aí realmente é algo que a gente tem debatido, apesar que é uma necessidade da gente comercializar esse café sim. E a demanda da COOPFAM é grande, eles mandam, por exemplo, 7 contêineres de café e a demanda é de 70. Então, tem um grande potencial, assim quanto mais agricultores tiverem produzindo, melhor (Gilvânia, google meet, 07 de agosto de 2021).

Segundo Gilvânia, embora o preço seja um atrativo para os agricultores, este não é o principal motivo que atrai as pessoas que fazem parte do grupo, já que:

A gente, a maioria tá ali muito por amor à causa, amor à Mãe Terra, essa questão mais afetiva com relação à terra, com os princípios, do que pela questão econômica [...] Mesmo que não tivesse essa questão da certificação, talvez a gente estaria continuando a reunir assim mesmo, fazendo as nossas práticas, reclamando que ninguém compra, mas estaria reunindo e fazendo as coisas. Eu vejo isso muito no nosso grupo. A gente já teve até algumas pessoas que queriam entrar pela questão financeira, mas [eles] não aguentam o ritmo do grupo não (Gilvânia, google meet, 07 de agosto de 2021).

O grupo se reúne mensalmente, faz visitas nas casas de cada integrante do grupo e as conversas não estão restritas ao café orgânico, mas incluem questões relacionadas à diversificação da produção, política, entre outros temas. “Não precisa nem ficar excluindo ninguém, o próprio processo vai selecionando”, afirma Gilvânia. Além disso, o critério de entrada no grupo é a participação nos intercâmbios em agroecologia por um período de seis meses a um ano. “Então, só aí, o pessoal que vai no intercâmbio nosso só pensando no dinheiro, não volta pro segundo não. Ou volta, mas já meio que refletindo que não é o financeiro, é o ambiental, é o social, tudo junto”.

Apesar da relevância da experiência de produção de café orgânico em Divino, é importante destacar que o grupo está envolvido também em dinâmicas em torno da organização de um SPG na região, o qual vai permitir a certificação de outros produtos, com foco no comércio local e regional. Gilvânia destaca que pretende certificar sua produção de banana, mandioca, arroz e leguminosas.

Apesar do predomínio da certificação auditada no Brasil, a certificação participativa obteve crescimento de 131,9% entre 2014 e 2016, enquanto as Organizações de Controle Social (OCS) tiveram crescimento de 95,8% (SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019). O crescimento das OCS e da certificação participativa entre 2014 e 2016 ocorreu em todas as regiões do país, com exceção da região Norte (SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019; VILELA et. al., 2019).

O crescimento das OCS indica ainda a importância dos mercados locais na comercialização dos orgânicos. Nesses mercados, as relações de confiança são fundamentais para o estabelecimento da relação comercial e estão na base dos primórdios da produção de orgânicos (SOUZA et. al., 2019, p. 109).

Segundo Gabriel, foi a partir da execução do projeto Ecoforte que o CTA passou a se envolver na construção do SPG na região. Em 2019, esse processo ganhou força com um projeto executado no âmbito da UFV, com financiamento da Superintendência do MAPA em Belo Horizonte. O projeto foi encaminhado pelo professor Alair Ferreira de Freitas, orientador de mestrado de Geninho no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFV.

Um passo fundamental para a constituição do SPG na região ocorreu em julho de 2021, durante a XII Troca de Saberes, que ocorreu de maneira virtual, quando foi fundado o

OPAC do SPG, ou seja, do nome que será registrado no cadastro do MAPA. A assembleia virtual que fundou o OPAC contou com a participação de cerca de sessenta pessoas, provenientes de municípios como Espera Feliz, Viçosa, Coimbra, Acaiaca, Ponte Nova, Paula Cândido, Divino, além dos deputados Rogério Correia, Padre João, Patrus Ananias e Leonardo Monteiro.

Na assembleia, surgiram diversas possibilidades para nomear o OPAC (Raízes da Mata; Guardiões da Mata; Sementes da Mata; Terras da Mata; Orgânicos Terra Feliz; Terras Mineiras, entre outros). Embora alguns defenderam fazer referência a Minas Gerais mas não à região, o que permitiria ampliar a zona de abrangência no futuro, para outros “tem que ter Mata no nome”, considerando ser importante situar a região, pois “é como tradicionalmente nos identificamos mundo afora”. Por fim, houve consenso em torno da escolha: Associação de Agricultura Orgânica e Agroecológica da Zona da Mata. Foi fornecido um link para que os presentes na assembleia pudessem preencher um formulário de cadastro.

Nas palavras de Gilvânia, que assumiu a coordenação geral da Associação, esse momento foi “tipo a realização de um sonho, agora o trem vai, agora não tem como voltar para trás”. Até o final de setembro de 2021, eram 39 associados, sendo cerca de 25 fornecedores e 14 colaboradores.

No dia 19 de fevereiro de 2022, aconteceu o primeiro grande encontro presencial do Sistema Participativo de Garantia da Produção Orgânica da Zona da Mata (SPG-ZM). Na ocasião, foi escolhido o nome “Floriô” para o SPG. A escolha faz alusão à música de mesmo nome de autoria de Zé Pinto, cuja ideia foi realizada por Cristina, de Acaiaca, coordenadora de uma folia no município⁷¹.

Para Carlinhos, a criação do SPG na região é uma iniciativa importante, porém é necessário também se atentar aos desafios relacionados à produção orgânica “na ponta”, afinal o SPG vai atuar apenas no processo de certificação. No grupo da feira agroecológica da COOPAF, por exemplo, existem muitos desafios para organizar a produção; esse foi um dos fatores que levou o grupo à decisão de não participar do SPG neste momento inicial de constituição:

[...] Nós em Muriaé nem entramos nessa vez sabe, nesse primeiro momento. Porque o que a gente avaliou aqui, a gente colocou que nesse momento a gente precisa focar mais aqui no local, porque ainda existem demandas locais. A gente ainda precisa trabalhar com os agricultores, melhorar a

71 Disponível em: <https://ctazm.org.br/noticias/spg-zm-tem-primeiro-grande-encontro-presencial-em-vicosa-apos-dois-anos-de-pandemia-740>. Acesso em: 04/03/2022.

necessidade de anotar, a necessidade da gente permanecer com as visitas, que a gente faz esse processo de visita de agricultores a agricultores. Então, a gente entendeu aqui que a gente ainda precisa organizar melhor localmente pra depois a gente ir no processo mais regional, sabe. (Adriana, google meet, 27 de julho de 2021).

Nesse sentido, podemos observar que a estruturação do SPG vem permitindo dinamizar as atividades do movimento agroecológico na região, buscando avançar na questão da comercialização e ampliação de acesso a mercados. No entanto, como Gabriel destaca, os mercados abertos pela certificação orgânica são uma possibilidade a mais de venda, mas as organizações devem continuar investindo em outros canais de comercialização, locais e institucionais:

Eu entendo que a ideia da certificação via SPG é um processo de longo prazo e que a certificação de produtos é uma das alternativas que existe para fortalecer os mercados para a agricultura familiar [...] eu vejo muito claramente que a venda dos produtos que vem da agroecologia não se encerram dentro dessa ideia da certificação e nem para mercados mais distantes. Acho que o potencial de consumo local dos produtos agroecológicos ainda é muito maior do que a oferta dos produtos agroecológicos. Acho que tem muito ainda pra gente explorar, do ponto de vista dos mercados institucionais, a própria alimentação escolar, das escolas municipais, das escolas estaduais, as feiras locais, os mercados locais. Então, acho que tem muitos outros espaços que os agricultores teriam condições de se apropriar melhor, disputar preços e assim por diante, colocando produtos de qualidade que a gente sabe que com o selo ou não, são produtos orgânicos né, ou se não são orgânicos, eles já estão numa etapa bem consciente de compromisso dos agricultores com a qualidade dos alimentos, sobretudo, de cortar o uso de agrotóxicos (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

Nesse sentido, a experiência da Rede Raízes da Mata, por exemplo, se constitui como uma iniciativa importante de comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos que vem sendo realizada na região. Desde 2017, devido à diminuição dos projetos de extensão e a perda de estudantes bolsistas, além do surgimento de outra feira no campus da UFV, com mais apoio e estrutura, foi preciso pensar em novas formas de organização dos trabalhos da Rede. Foi assim que passaram a ser organizadas as compras coletivas de produtos orgânicos nacionais, pois havia uma demanda de consumidores. Esse processo permitiu realizar o estudo da viabilidade econômica da atividade, possibilitando assim manter a Rede enquanto empreendimento econômico, sem depender apenas de projetos, destaca Nina.

Em 2018, com dificuldade de uso da casa 18 da Vila Gianetti, que não estava oficialmente destinada ao uso do ECOA, a Rede assumiu a “lojinha do CTA”, iniciativa que

foi denominada “Empório da Raízes da Mata”. Os produtos da loja incluíam os provenientes das cooperativas dos municípios de Divino, Espera Feliz, Muriaé, Araponga e Acaiaca, além de produtos de agricultores/as da Rede em Viçosa. Sem abandonar o espaço no CTA, em 2019, a Rede passou a utilizar o espaço da casa 19, cedida pela UFV ao ECOA, em substituição à casa 18.

Gabriel destaca que a Rede Raízes da Mata vem se articulando com uma iniciativa chamada Rede Sisal, ligada à Central de Abastecimento da Agricultura Familiar (CAFA), espaço de comercialização liderado pelo MST em Belo Horizonte. Mas os circuitos de comercialização que vêm sendo construídos pela Rede extrapolam bastante a região, já que são vendidos produtos de outras regiões, como Sul e Nordeste. Além disso, a Rede bem buscando avançar na estruturação de um circuito econômico solidário na região, com comercialização de outros produtos demandados por seus membros, ainda que não sejam agroecológicos e criação de uma moeda que poderia estimular o consumo dentro do sistema, fortalecendo-o e gerando renda para abastecer um fundo de microcrédito.

Embora existam exemplos de redes sem personalidade jurídica, como é o caso da Rede Ecovida⁷², a criação de uma pessoa jurídica para responder pelo trabalho que vem sendo realizado é um dos desafios da Rede Raízes da Mata, segundo Nina. Como se trata de um grupo informal, algumas responsabilidades acabam recaindo sobre indivíduos e não sobre o coletivo - desde 2017 Nina e Geninho se tornaram Microempreendedor Individual (MEI), podendo assim realizar compras e emitir notas fiscais. Além disso:

[...] nosso desafio é também envolver mais as pessoas no compartilhamento das responsabilidades, tanto os produtores, quanto os consumidores. A gente consegue envolver hoje mais produtores do que consumidores. Consumidores a gente não consegue, os consumidores a gente nunca conseguiu ter muito envolvimento [...] Eu acho que esta ideia do circuito aí, de fidelizar o consumo, talvez consiga envolver mais os consumidores. (Nina, Viçosa, 29 de janeiro de 2020).

Em 2019, a Rede retornou com a comercialização de cestas de alimentos inclusive com opção de entrega em casa, mediante o pagamento de uma taxa de 7 reais, graças ao apoio do projeto financiado pelo MAPA. A retomada possibilitou também uma parceria para entrega de 25 a 35 cestas semanais para o município de Cataguases, incrementando assim as

72 A Rede Ecovida de Agroecologia é uma entidade sem constituição jurídica formal. Com a necessidade imposta pela legislação, em que o OPAC deve possuir caráter de pessoa jurídica, aprimorou-se o estatuto da já existente Associação Ecovida de Certificação Participativa, retomada em 2009, para o credenciamento junto ao MAPA. Assim, a associação está submetida à Rede, porém a atuação da Rede não se resume a ela (TORRES & PASSOS, 2013).

vendas. No início de 2020, antes da pandemia, além dessas cestas, eram vendidas em Viçosa semanalmente entre 16 e 25 cestas.

No anexo 1, é possível ter uma ideia dos alimentos que são comercializados pela Rede Raízes da Mata, com base em uma lista divulgada pelo *whatsapp* no final de janeiro de 2020. Como é possível perceber, existe uma grande variedade de produtos ofertados, entre hortaliças, plantas alimentícias tradicionais, temperos, ervas medicinais, legumes, raízes, frutas, produtos semiprocessados, laticínios, pães e bolos caseiros, além de pratos congelados vegetarianos e veganos. É possível perceber que a maior variedade de produtos se refere aos semiprocessados do Empório Rede Raízes da Mata, com oferta de produtos de outras regiões também, o que denota uma preocupação em agregar valor na geração de renda e atrair consumidores.

Em 2019, a Rede Raízes da Mata tornou-se uma OCS, permitindo assim a venda direta local ao consumidor, sem a necessidade de certificação da produção. A OCS iniciou com três famílias cadastradas; em 2020, eram cinco famílias; em 2022, oito⁷³. Mas a iniciativa apontou algumas dificuldades relacionadas ao cumprimento das regras de garantia da qualidade:

[...] a gente sempre teve o objetivo de incluir as famílias. Ah, então assim, você usa veneno, ah, então você tá fora, não. Você quer participar, então chega aí [...] A gente começou a fazer essa discussão da rastreabilidade, de conhecer o produto e tinha agricultores que pegavam os produtos do vizinho, entendeu. Ah não, ele não usa veneno e tal, mas era do vizinho, que não participava. Então, aí já teve uns que se afastaram por conta disso. Porque a gente entende que é um trabalho importante, o vizinho não pode tá vendendo, tá fazendo este trabalho pra ele, mas pensando numa certificação, numa rastreabilidade do produto, a gente perde esta garantia. (Geninho, Viçosa, 27 de janeiro de 2020).

Já em Muriaé, temos a experiência da Feira Agroecológica, promovida pelo grupo de agroecologia da COOPAF, que atualmente possui aproximadamente 15 famílias. Segundo Carlinhos, trata-se de um grupo bastante reduzido dentro da cooperativa, e que não abrange muitas comunidades. Na comunidade do Pontão, por exemplo, é apenas ele e sua esposa. “A minha região é toda de horta, é uma grande produtora de horta, a gente ficou sozinho, isolado, na parte agroecológica”, afirma. No caso da comunidade dos Mendes, são cerca de 5 famílias; de modo geral, a maioria das famílias do grupo estão isoladas em suas comunidades.

O grupo comercializa hortaliças, feijão, arroz integral, arroz negro, arroz vermelho,

73 Disponível em: <https://raizesdamata.com.br/documentos/>. Acesso em: 04/03/2022.

arroz branco, fubá, pó de café, mel, doces, panificados, polpa de fruta, água de coco, garapa, entre outros. A primeira Feira Agroecológica teve início em 2018, quando era realizada na Igreja, e desde agosto de 2019 acontece toda quarta-feira na Praça do Trabalhador, no bairro da Barra. Já a segunda Feira Agroecológica teve início no dia 24 de setembro de 2021 e acontece toda sexta-feira na Praça São Paulo, no centro da cidade.

Figure 9: Vista da Feira Agroecológica de Muriaé, na Praça do Trabalhador



Figure 10: Feira Agroecológica na Praça São Paulo, em Muriaé



Fonte: arquivo da autora.

Enquanto a primeira atende um público de classe média, a segunda atende um público com mais poder aquisitivo em Muriaé, segundo nos informa Juliana, que acompanha o grupo

desde o início. De acordo com Juliana, o compromisso dos membros é não usar agrotóxico e comercializar o que produz. Caso queiram levar algum produto de um vizinho, devem comunicar ao grupo antes, de forma a evitar conflitos. Além disso, segundo ela, essa regra foi criada para valorizar a participação dos membros no movimento, pois é algo que requer trabalho.

A COOPAF é a gestora da feira, sendo responsável por conceder apoio ao grupo, mas o recurso proveniente das vendas não passa pela cooperativa. Segundo Adriana, foi criado um fundo no qual cada agricultor contribui fazendo o repasse de 10% de suas vendas, para auxiliar em despesas com manutenção e divulgação da feira, além de apoiar a participação do grupo em eventos na região. Em 2019, por exemplo, o grupo participou da Troca de Saberes com recursos desse fundo.

Um dos desafios do grupo é aumentar a variedade de legumes e diversificar mais a produção. Na barraca de Milce, doces e conservas atraem o público da Feira. Ela relata que quando entrou no grupo, produzia hortaliças, mas depois acabou mudando o foco, já que muita gente produz hortaliças e é um ramo que gera muitas perdas. Por isso, ela decidiu focar na produção de doces e conservas, como picles.

Mas para incrementar a produção ofertada nas feiras, Juliana destaca que é necessário incluir a participação de outras famílias. Por ser um grupo heterogêneo, no que se refere aos perfis etários, e, portanto, à força de trabalho e às perspectivas de vida, percebe-se que os mais jovens, às vezes com filhos pequenos, geralmente são os mais “animados”, querendo avançar inclusive na questão da certificação da produção. Já os mais velhos estão mais satisfeitos com a situação, “não precisa mexer muito”.

3.3.1 Transição agroecológica: dilemas e desafios

A experiência de Solange e Nilson com a produção de café orgânico é fruto de um processo de transição agroecológica que teve início em 2003. A propriedade, localizada na comunidade de Fátima, no município de Espera Feliz, chegou a ser colocada à venda pelo sogro de Nilson, que era o proprietário, mas por fim, o sítio foi doado para o casal. Nilson já trabalhava como contador em Espera Feliz, mas residia em Varginha, no município de Carangola, onde o pai tinha um pequeno sítio. Solange não gostava da Varginha e, a princípio, também não gostava da propriedade do pai.

Quando chegaram na propriedade, havia 7.000 pés de café. Escolheram os lugares

mais planos da propriedade para manter a lavoura, que reduziu para 5.000 pés, e com o tempo, alguns foram morrendo. Alguns locais mais íngremes da propriedade deixaram “virar mato”. Inicialmente, não vislumbravam possibilidade de comercialização de café orgânico na região. Teve início então o processo de transição na propriedade, que foi facilitado pelo fato de haver uma fonte de renda fora da propriedade:

No caso nosso aqui, não usava veneno, mas a propriedade usava adubo químico. E quando nós chegamos aqui, a lavoura tinha feito recepa⁷⁴, era uma lavoura bem antiga. E em função de eu ter o meu serviço na rua⁷⁵, pelo menos para sustentação própria isso foi fundamental, porque se não, a gente também teria dificuldade aqui (Nilson, Espera Feliz, 21 de setembro de 2021).

Para Nilson, a transição para a produção orgânica deve ser realizada aos poucos e não em toda a propriedade, pois, “a legislação não exige a conversão orgânica de toda a unidade de produção de uma única vez, desde que as parcelas a serem certificadas obedeçam a regras de isolamento em relação às áreas convencionais” (BOSA; ROVER, 2021, p. 414).

Nos primeiros anos da transição, houve pelo menos dois anos seguidos com perdas na produção de café. Por volta do terceiro ou quarto ano, voltaram a usar adubo químico, mas em escalas decrescentes até a sua retirada completa. Novamente houve queda na produção por mais dois ou três anos, e então foi realizada novamente a recepa na lavoura, mas desta vez por talhões e não em toda a lavoura, o que foi melhor, pois assim não ficavam sem café totalmente e podiam ir observando.

Após alguns anos, a produção começou a melhorar; por volta de 2015, colheram cerca de 28 sacas de café. Um dos compradores alertou sobre a qualidade do café produzido e então decidiram ingressar na produção de cafés especiais, para agregar mais valor à produção. Chegaram a participar da Semana Internacional do Café (SIC), feira de negócio que acontece desde 2013 em Belo Horizonte, onde conseguiram vender duas sacas de café especial; começaram a torrar o café e vender para alguns clientes de Espera Feliz e para a Rede Raízes da Mata.

Começaram a participar de concursos de café especial. Solange chegou a ficar entre as 100 mulheres em um concurso em Manhuaçu, que teve mais de 600 mulheres participando. No entanto, depois a própria Solange começou a questionar a participação nesses concursos

74 Trata-se de uma poda drástica que permite a renovação do cafezal. Quando a recepa é realizada, é necessário esperar 3 anos para produzir.

75 A expressão rua é utilizada para se referir à cidade. Morar ou trabalhar na rua seria então morar ou trabalhar na cidade.

de café especial. Segundo ela, o café produzido por eles tem mais do que nota, é uma produção familiar e orgânica, que não era devidamente valorizada, afinal trata-se um processo bastante trabalhoso, pois são selecionados os melhores grãos. Embora estivessem com o processo de transição avançando, eles estavam isolados.

Por volta de 2018, ficaram sabendo do grupo de produção de café orgânico de Divino, e se vincularam ao grupo, que já estava há dois anos filiado à COOPFAM. Nilson e Solange se filiaram à cooperativa em março de 2019 e em 2020 foi a primeira vez que enviaram café para a COOPFAM. O preço recebido pelo café orgânico Brasil foi bem melhor do que recebiam; só a partir de dezembro de 2022 poderão ganhar como café orgânico internacional.

Atualmente, a propriedade é 100% orgânica. Em 2020, havia cerca de 2.300 pés de café produzindo. Pretendem fazer novos plantios, o que não foi feito antes, pois o primeiro desafio que tinham era tornar a lavoura orgânica. Em 2021, produziram de 8 a 10 sacas de café. Comercializam uma média de 5 a 6 sacas de café por ano só para entregas particulares, incluindo algumas cafeterias, que vem buscando café orgânico e da agricultura familiar, além de outros produtos, como a palha do café despulpado. Vendem também o pó de café torrado. Não possuem dificuldade para comercialização, pelo contrário, a demanda é maior do que a produção. Nilson relata que quando começaram a trabalhar com a produção de café orgânico, embora fossem respeitados na comunidade, eram vistos como “doidos”. Hoje, porém, os vizinhos começam a ver a situação com outros olhos e até questionam direta ou indiretamente algo em torno do tema, demonstrando certo interesse.

A COOFELIZ possui duas marcas de café agroecológico; o que leva o nome da cooperativa, é um café mais especial, já a marca Limoeiro é um café bom, mas com preço mais acessível - já que a torrefação é realizada na comunidade do Limoeiro. A maioria dos cooperados tem o café como produto principal e não é permitido o uso de agrotóxicos, apenas de adubo químico. Segundo ela: “a gente tem isso ainda, tem vontade de tirar, mas teve um tempo aí que a gente tentou tirar, mas a produção deu uma caída muito grande [...] aí a gente voltou pro agroecológico mesmo”.

Nilson, que também faz parte da COOFELIZ, destaca que o correto seria utilizar a denominação SAT, produto sem agrotóxicos ou produto em transição para a agroecologia, pois, a utilização de adubo químico simboliza que estão em processo de transição agroecológica. Parece que “a transição agroecológica não foi bem explicada ou bem entendida pelos agricultores, tanto que tem agricultor que está há dez anos na transição e continua usando adubo químico” relata Geninho.

Se o abandono do uso de agrotóxicos pelos agricultores/as é um critério essencial para

a entrada no movimento agroecológico, o mesmo não ocorre com a utilização de adubos químicos, até porque a transição agroecológica é um processo que exige tempo e estratégias e que é visto de diferentes formas pelos integrantes do movimento, principalmente quando se trata do café:

[...] quando a gente começou a fazer este trabalho de certificação, a gente inicialmente falava, não, todo mundo é agroecológico, vai ser fácil, ninguém usa veneno e tal [...] Então assim, ah, você não usa veneno, ah entra aí, vamos participar do movimento, participar dos intercâmbios e tal. Daqui um tempo você tá falando, não, eu sou agroecológico, eu to participando e tal. Mas quando você vai [...] ver, a galera ainda usa adubo químico, usa um ou outro formicida. Aí você fala assim, ó, galera quem ganha o certificado não pode usar. Então, teve várias discussões aqui nas atividades que a gente fazia nos municípios, de gente bem das antigas do movimento e falava assim: não, isso não é possível, não tem como tirar o adubo químico. Muito nesta lógica do café, porque o café demanda muito nutriente (Geninho, Viçosa, 27 de janeiro de 2020).

Aqui o movimento agroecológico tenta integrar o máximo de pessoas para a causa, vamos dizer assim. E muitos não conseguem diferenciar o que é transição agroecológica do agroecológico. Então, muitos falam que são agroecológicos mas ainda estão na transição. E tem algumas coisas que muitas famílias dificilmente vão abrir mão. É só a parte mesmo de mais conversas, de mais diálogo e é um processo mais lento. Essa questão, por exemplo, da adubação. Agrotóxico é muito tranquilo, quem tá no movimento aqui não usa, é contra, é muito tranquilo com relação a isso. Mas a questão da adubação química, o NPKados⁷⁶ né, o pessoal fala, é a principal dificuldade. Esse início da substituição, que é necessário substituir os insumos para poder chegar num processo que se autoalimenta, que se autossustenta. (Gilvânia, google meet, 07 de agosto de 2021).

Embora os agricultores tenham maior dificuldade em abandonar a adubação química, especialmente no cultivo do café, há experiências que comprovam que isso é possível e viável. A experiência do grupo de produção de café orgânico de Divino é uma delas:

Hoje, a gente avalia assim, nós que já temos alguns anos de caminhada aí com o café, a gente avalia que existem substituições muito tranquilas e que economicamente são muito mais viáveis do que a produção convencional. Então, assim, esse argumento de não poder largar o adubo químico, para o nosso grupo, pra gente já não vale. O pessoal fala isso e não, nós temos experiências, vivências que provam o contrário. (Gilvânia, google meet, 07 de agosto de 2021).

76 O NPK é um fertilizante químico usado na agricultura convencional, que fornece nitrogênio, fósforo e potássio em porcentagens que variam de acordo com a sua formulação. Segundo Irene, o vocábulo “NPKados” foi utilizado inicialmente pelo agricultor Amauri Silva, de Espera Feliz.

Desde 2015, a lavoura de Gilberto só recebe insumos orgânicos. Embora nos dois primeiros anos de transição, a lavoura tenha se sentido um pouco, não atingiu tanto a safra. Há cerca de 3 anos vem conseguindo manter uma produção média de 10 sacas a 11 sacas por ano, quase igual à convencional. Um fator que ajudou bastante a lavoura foi a realização da poda programada⁷⁷, técnica que o grupo aprendeu durante um curso ofertado pelo SENAR.

Gilberto destaca que no começo compravam esterco de boi, mas há uns dois anos o esterco praticamente deixou de ser utilizado. Chegaram a comprar um pouco de cama de frango também e na busca por alternativas para ampliar as áreas de lavoura começaram a utilizar farelo de mamona há 3 anos. A expansão das áreas foi feita de maneira gradual; começou com 1.200 plantas e atualmente são 3.000 plantas. O acesso aos insumos orgânicos contribuiu para a expansão das áreas de transição, já que, para ele, é difícil não ter que adquirir insumos fora da propriedade:

No início a gente até brincava, ah não, é muito fácil ser orgânico, é moleza, não tem diferença quase nenhuma em ser convencional. Porque a gente comprava o esterco por aqui mesmo, mas não tinha muita quantidade, era esse um dos problemas. Todo mundo entrou com menos área com medo de insumo, porque por mais que você faça um manejo na propriedade que você não traga tanto de fora, mas necessita, porque só com o manejo da propriedade, eu não vejo como é possível produzir bem. (Gilberto, Divino, 27 de setembro de 2021).

Embora tenha ocorrido maior acesso aos insumos orgânicos nos últimos anos para o grupo, pode haver dificuldade de acesso para outros agricultores/as. Milce, por exemplo, relata que quando produzia hortaliças, chegou a comprar um composto orgânico em Teresópolis, no Rio de Janeiro, pois não havia oferta de insumos orgânicos em Muriaé. Ela não comprou mais adubos de fora, nem orgânicos nem sintéticos, já que começou a plantar frutíferas e está conseguindo utilizar esterco de galinha e de boi do próprio sítio, pois não são grandes quantidades.

No entanto, de forma geral, a questão da utilização de insumos na produção orgânica é um tema que coloca uma série de desafios. No caso do grupo de produção de café orgânico de Divino, por exemplo, a COOPFAM criou uma norma que proíbe o uso de qualquer produto que tenha restrição em algum país do mundo, afinal cada país tem suas próprias normas sobre orgânicos e a COOPFAM tem vários mercados, o que dificulta bastante o

⁷⁷ Na poda programada não há corte na lavoura, mas uma limpeza da parte de baixo da planta com o facão, deixando apenas a parte superior da planta produzindo café, enquanto começam a surgir os brotos embaixo. Com a poda programada, a planta chega a produzir a mesma quantidade ou até mesmo mais do que se a poda não tivesse sido feita, pois a planta concentra toda a energia no topo, gerando grãos mais graúdos.

manejo do café, principalmente quando se refere à disponibilização de micronutrientes (como boro, zinco, etc), destaca Gilberto.

Para além da exportação, a questão que se coloca é que há um desafio que dificulta e muitas vezes limita a produção orgânica, já que os insumos a serem utilizados devem constar na lista de insumos permitidos pela legislação. Segundo Gilvânia, “com a certificação orgânica, a gente fica muito amarrado ao que a certificadora permite e não permite. Se não tiver cadastrado lá, não entra”⁷⁸. No Brasil, a Portaria N° 52, de 15 de março de 2021, lista as substâncias e práticas permitidas nos sistemas orgânicos de produção.

Nesse debate, é importante também considerar a importância da produção própria dos insumos, o que, nas palavras de Solange, evita “ficar na mão do vendedor”. Em sua propriedade, embora ainda utilizem insumos de fora, como a torta de mamona, compreendido como algo temporário, apenas para equilibrar o sistema, também fazem o super magro, o EM e o bokashi⁷⁹. No entanto, ela relata que muitos agricultores têm dificuldade em fazer os adubos, caldas e outros insumos, pois é necessário tempo. Para Adriana, além de haver certo desconhecimento sobre o que é permitido ou não na produção orgânica, existe essa dificuldade dos agricultores em produzir os insumos:

Aí depois você esbarra, ah é interessante então que eu use o bokashi, que eu use a calda, mas o agricultor fala, eu não tenho tempo de fazer isso. Então, o desafio é a gente achar esses caminhos. Então, vamos fazer um mutirão pra fazer um bokashi, será que esse é um caminho? Será que tem um outro agricultor que pode fazer o EM? A gente sabe que não é o ideal, o ideal é que você faça na sua propriedade. É o ideal, mas se não dá pra fazer assim, porque alguns não se acham capacitados para fazer, será que não tem alguém do grupo que pode fazer esse EM e fazer um trabalho de forma justa com o grupo, de comercialização desse EM? Então, assim, pra gente ir pro orgânico, essa questão dos insumos ainda é desafio pra gente aqui. O povo sabe fazer, já aprendeu, tem conhecimento, mas essas mil funções numa propriedade limita o povo, às vezes, de efetivar essa atividade. (Adriana, google meet, 27 de julho de 2021).

Segundo Carlinhos, há uma resistência com relação à utilização de insumos externos à

78 “Por exemplo, ano passado a gente ganhou algumas sementes da UFV, todas sementes crioulas. Por não tá no nosso PMO a gente não pôde plantar a semente no meio da lavoura do café. Então, pra gente foi um limitante muito grande, aí foi assim, caiu a ficha né. Tudo tem que ser totalmente controlado. O uso de pó de rocha mesmo, se não tiver cadastrado lá tal empresa no IBD, a gente não pode utilizar aquele pó de rocha. Vai aparecendo alguns obstáculos, aí tem que ter persistência de tentar superar e tentar resolver”. (Gilvânia, google meet, 07 de agosto de 2021).

79 Super magro: biofertilizante que contém diversos minerais e nutrientes, sendo pulverizado sob as folhas para ajudar a controlar insetos e doenças e aumentar a produção. EM: sigla de Micro-organismos Eficientes, os quais possuem ampla utilização, sendo muito usados para favorecer boas condições de solo. Bokashi: adubo orgânico que é resultado do processo de fermentação dos diversos ingredientes utilizados na sua preparação, fornecendo micro e macronutrientes para as plantas.

propriedade para pessoas que defendem uma “agroecologia mais aprofundada”, “que acha que você mesmo deve produzir, você mesmo criar o meio para fazer. Esse criar o meio aí não é muito fácil. Isso é desafiador, eu te falo porque eu já cheguei a fazer muito EM”. É nesse sentido que, a EMATER/MG, em sua gestão anterior, havia proposto a criação de uma rede de negócios para oferta de insumos orgânicos para a transição agroecológica:

Estamos tentando fazer um credenciamento de empresas nacionais produtoras de insumos para transição agroecológica. Quando se faz uma planilha de crédito rural, tem uma lista com os insumos que você vai poder comprar com o custeio. Então, quais são os insumos que existem no mercado, habilitados, com viabilidade, etc para entrar no crédito rural? Isso é uma discussão eternamente calorosa. Há alguns que nos demonizam por isso. Uma abordagem mais radical pressupõe a produção de sistemas ecológicos mais equilibrados, autossuficientes de insumos, etc. Nós entendemos que isso é uma situação ideal. Até isso chegar, você tem opções, têm pragas que têm que ser acudidas, é melhor ser acudida por controladores. Inclusive têm empresas, microempresas, brotando em Minas Gerais, de produção de insetos, de fungos, altamente eficientes para a agricultura. São oportunidades inclusive de desenvolvimento de circuitos econômicos regionais [...] Enfim, é preciso criar uma rede de negócios também para transição agroecológica e [...] para transição na agricultura em maior escala (João D'Angelis e Edmar, Belo Horizonte, 20 de novembro de 2018).

Embora a questão do uso de insumos externos à propriedade seja um tema de extrema importância a ser discutido, é importante destacar que a substituição de insumos sintéticos por insumos orgânicos é apenas o primeiro estágio da transição agroecológica. De acordo com SILVA; GEMIM; SILVA (2020), as demais etapas são: diversificação e integração de atividades, redesenho da paisagem (promover a transição em outros locais), sistemas complexos de produção (imitar o funcionamento do ecossistema original) e, por fim, reordenamento regional (diversificação e integração da paisagem).

Para Nilson, a utilização de insumos “de fora” da propriedade pode ser necessária no começo, mas apenas até que o sistema se equilibre. Ele compara os benefícios da diversificação nos sistemas produtivos às vantagens de uma alimentação diversificada: “Uma coisa é eu comer arroz e feijão; outra, é, com arroz e feijão, comer verdura, chuchu, abóbora, carne, ovo, quer dizer, eu vou estar muito mais saudável. A terra, por sua vez, é a mesma coisa”.

Nós vamos plantar mais bananeira, tem muita, mas vamos plantar mais. Dá serviço, dá, mas você passa a ter uma variedade de plantas que vai

incorporando na terra, você faz uma análise de solo e tá tudo bão, não precisa pôr nada. Isso não acontece de uma hora pra outra, nem com dois, nem com três anos e vai variar de local para local, região para região e também do manejo do agricultor (Nilson, Espera Feliz, 21 de setembro de 2021).

Valdinéia, mais conhecida como Néia, é agricultora, uma das integrantes do grupo de agroecologia da COOPAF. Ela mora na comunidade do Pontão, no município de Muriaé e conta que desde que passou a trabalhar na produção de hortaliças, há muitos anos atrás, não usa veneno, embora ainda utilize adubo químico. Ela frisa a importância da preparação do terreno para aumentar a matéria orgânica do solo, da diversificação e também do plantio na época:

A época do frio é muito fácil de produzir, aquela cenoura minha quase não leva adubo. Aquela cenoura leva um adubo no plantio e um adubo de cobertura e pronto, acabou, eu não adubo mais. Chega essa época agora das águas, aí fica mais difícil de produzir, é bem mais complicado. Às vezes, nem você adubando, você não consegue fazer. Mas é que nem eu te falei, por causa da época que é mais difícil de produção (Néia, Muriaé, 29 de setembro de 2021).

Os desafios para a transição agroecológica na região evidenciam que a transição não pode ser vista como um processo linear, ainda que possamos elencar etapas e ações necessárias que vão conduzir a sistemas de produção mais próximos das dinâmicas de funcionamento da natureza, sendo importante considerar o contexto socioambiental:

É prudente reconhecer como válida a premissa que não é a realidade que precisa se adequar a um roteiro pré-definido para a transição agroecológica, mas sim que os roteiros devem ser construídos, monitorados e alterados a partir da realidade, especialmente no complexo rural brasileiro (SILVA; GEMIM; SILVA, 2020, p. 108).

Como o marco legal brasileiro não tratou do processo de transição agroecológica, o que pode ser considerado benéfico, pois assim evita uma classificação que pode, quem sabe, até mesmo, dificultar o processo, o debate sobre o tema está em aberto e não se relaciona apenas à questão da certificação orgânica. Além disso, diferentemente da produção orgânica, não existe um ponto final da transição agroecológica:

Então essa ideia da pessoa, se ela quer, ela já está no processo de transição agroecológica é muito importante. E quando ela sai do processo de

transição? Nunca, porque é uma construção infinita. Agora, em que lugar você tá na transição? Quem vai julgar? Aí, o SPG serve pra isso, porque ele julga, pela lei, quais são os critérios para ser orgânico (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

As transições agroecológicas também podem ser entendidas como um processo no qual os agricultores se movem ao longo de um continuum infinito e, portanto, é difícil traçar uma linha nítida que separa os agricultores agroecológicos dos não agroecológicos, bem como um ponto final específico de transição (TEIXEIRA, 2018, p. 14).

Irene relembra um dos trabalhos desenvolvidos em Araponga, em que se buscava definir quem era agricultor agroecológico. Na discussão com os agricultores foram apontados vinte e sete critérios, os quais constam no anexo II⁸⁰. Quando foram questionados se eram agroecológicos com base nesses critérios, “eles falaram, ninguém, ninguém é, porque isso é o lugar que a gente quer chegar”. Em vez de uma placa que identificasse os agricultores agroecológicos, os agricultores decidiram que a placa seria colocada apenas por quem quisesse e com a seguinte frase: “Venha nos ajudar a cuidar da natureza!”.

Coletivamente a gente não aceita dizer que é agroecológico quem usa veneno, mas tem agricultor agroecológico que, de vez em quando usa roundup, você vai execrar? Não aceita plantar transgênico, mas o animal tá morrendo, como é que vai fazer, não vai dar milho transgênico pra ele, não tem outro, tá morrendo de fome, não preparou, não planejou. É agroecológico, mas não planejou a alimentação da criação animal. Não planejou por que não tem consciência disso? Por n motivos não planejou. Então, como é que você vai fazer? Os agricultores aqui, muitos, mega-agricultores agroecológicos, usam adubo químico na lavoura do café. Não usa veneno, é diversificado, o lobo guará vai comer banana no meio da lavoura de café, mas ele usa adubo químico. Eu vou dizer que não é agroecológico, sou eu que vou dizer? Aprendi com os agricultores, não sou eu que vou dizer. Então, esse processo da transição agroecológica é essa compreensão, enquanto movimento, enquanto prática, de, no processo, ir avançando no manejo, na compreensão da relação com a natureza (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

TEIXEIRA et. al. (2018) identificou que os agricultores familiares agroecológicos, diferentemente dos demais tipos de agricultores identificados⁸¹, se caracterizam por estar engajados em uma rede social que inclui organizações de agricultores, organizações

80 Os vinte e sete critérios foram construídos de forma participativa em reuniões, com a participação do CTA-ZM, UFV e STR e estão elencados na dissertação de Joana Junqueira Carneiro, intitulada “Sistemas agroecológicos conservam solo e água”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Solos e Nutrição de Plantas em 2013.

81 “Agricultores familiares agroecológicos, agricultores familiares tradicionais, agricultores familiares convencionais, agricultores de meio período, agricultores de grande escala e agricultores sem-terra. Entre os agricultores familiares, 19,6% dos agricultores são agricultores familiares convencionais, 18,3% são agricultores familiares tradicionais e 16,2% são agricultores familiares agroecológicos” (TEIXEIRA et. al., 2018, p. 7).

religiosas, universidades e ONGs. Segundo os autores, os agricultores familiares agroecológicos possuem mais acesso aos benefícios das políticas públicas, alto grau de autonomia, forte ligação com a natureza, sistemas de produção diversificados, utilizam pouco insumos externos, não utilizam agrotóxicos, utilizam sementes crioulas e adotam práticas agrícolas inovadoras.

Milce se aproximou da agroecologia pois queria “viver melhor, produzir o próprio alimento, poder fornecer esse alimento saudável para as pessoas”. Para ela, que é a única de sua família que trabalha com produção agroecológica, ainda falta acesso ao conhecimento. No entanto, muitas vezes, não há interesse por parte desses agricultores em participar de atividades de formação:

Muitas das vezes, minha mãe mesmo, amanhã tem um dia de campo, aí a minha mãe fala assim [risada]. “Vai perder um dia de serviço minha filha com isso, pelo amor de Deus, minha filha”! Então, assim, as pessoas acham que tá perdendo um dia, mas, na verdade, eu tô ganhando conhecimento, eu tô ganhando informação. Eu tô lá, eu posso conversar com o técnico agrícola, eu posso tirar uma dúvida com alguém que esteja lá, compartilhar um problema que esteja acontecendo com um companheiro meu, que às vezes já resolveu esse problema. Então, às vezes, não é perder um dia, a gente tá ganhando (Milce, Muriaé, 20 de março de 2022).

Segundo Nilson, algumas pessoas não se interessam pela agroecologia, pois acham “muito difícil”, já que existe na sociedade uma concepção de que “não, já tá bom pra mim, eu não quero arrumar trabalho, esse troço é bonito, mas ele dá trabalho”. No entanto, para algumas pessoas ainda não chegou a informação que tem um outro jeito de trabalhar e quando essa informação chega elas se animam.

Fazer com que esta “informação” seja mais divulgada, ou seja, ampliar o alcance da agroecologia é uma das tarefas do movimento agroecológico. No entanto, para promover a transição agroecológica é fundamental reconhecer o protagonismo e a atuação do movimento, criando um ambiente institucional e normativo que possa apoiar o leque de ações que vêm sendo realizadas na região.

Nesse sentido, podemos perceber que o desenvolvimento da agroecologia na região ganhou grande impulso a partir de meados dos anos 2000, quando as temáticas de gênero e agroecologia começaram a ganhar espaço, e cujo avanço propiciou o surgimento de experiências importantes como a que resultou na criação das cadernetas agroecológicas. Soma-se a isso, um período de ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão em

agroecologia, com apoio aos NEA, contribuindo para articular e ampliar as ações de apoio à agroecologia na região. Por fim, percebemos que a produção orgânica vem se constituindo como uma oportunidade para fortalecer o movimento agroecológico na região, embora existam ainda muitos desafios para apoiar os processos de transição agroecológica.

CAPÍTULO IV Resiliência: uma categoria para analisar o movimento agroecológico na Zona da Mata Mineira?

O capítulo aborda as relações entre resiliência e agroecologia, buscando utilizar a categoria resiliência para compreender a capacidade de adaptação do movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais perante situações críticas e desafiadoras. Na primeira seção, abordamos brevemente o conceito de resiliência, utilizado em diferentes campos da ciência, inclusive na própria agroecologia. A seguir, são apresentadas algumas ações e estratégias do movimento agroecológico diante do contexto de desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia, bem como da pandemia de Covid-19. Por fim, destacamos alguns aspectos envolvidos na motivação das pessoas que integram o movimento e que ajudam a compreender como ele se mantém.

4.1 O conceito de resiliência: breves aproximações teóricas

Hoje em dia é muito comum ouvir falar em resiliência, sendo um termo frequentemente usado entre integrantes de movimentos sociais, muitas vezes como sinônimo de “resistência”. Segundo BARRANCO (2009), o termo, que tem origem no vocábulo “resilio”, significa voltar, retroceder, saltar, sendo usado na física para definir a capacidade que os materiais possuem de recuperar a sua forma original após ser submetido à pressão.

No contexto da ecologia, resiliência é um conceito usado para compreender processos que mantêm o funcionamento de ecossistemas diante de perturbações e mudanças (BARRANCO, 2009). De acordo com OLIVEIRA, S., (2012), o conceito apareceu no estudo de Crawford Stanley Holling, intitulado “*Resilience and stability of ecological systems*”, publicado em 1972, ano da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, pesquisa que é considerada um marco para a abordagem contemporânea do conceito na ecologia:

Nela, Holling, lançando mão de argumentação liberal, com base na teoria dos sistemas, procurou mostrar a distinção entre sistemas estáticos e sistemas resilientes. Privilegiou a primazia dos últimos, ao perseguir a idealização de uma estabilidade projetada enquanto sustentabilidade, e diante da qual a capacidade resiliente mostra-se, segundo ele, como elemento dinâmico de eficácia adaptativa para restauração de sistemas degradados e segurança de seu desenvolvimento, garantindo a sobrevivência de populações de minerais, vegetais e animais, dentre eles o homem

(OLIVEIRA, S., 2012, p. 118).

O termo resiliência tornou-se mais presente em diversos ramos do saber a partir dos anos 1980, simbolizando uma mudança de enfoque de investigação e práticas profissionais (BARRANCO, 2009). “No fundo, a teoria da resiliência faz parte de uma mudança de paradigma na ciência como um todo, desde uma visão baseada na estabilidade e no equilíbrio para um mundo de incerteza e pontos de limiar” (BUSCHBACHER, 2014, p. 12).

Nas ciências sociais, o termo é usado para designar pessoas, famílias, organizações ou comunidades que conseguem se desenvolver de maneira saudável apesar de situações adversas. Como promover a resiliência e por que algumas pessoas, apesar de viverem em condições adversas, conseguem superar as dificuldades, sair fortalecidas, seguir crescendo, melhorar sua qualidade de vida e se sentir felizes? (BARRANCO, 2009).

Segundo INFANTE (2005), o foco de pesquisa dos primeiros estudos sobre resiliência se concentrava nas qualidades pessoais utilizadas para a superação das adversidades; já nos anos 1990, com o advento de uma segunda geração de pesquisadores, ampliou-se o foco de pesquisa ao incorporar fatores externos ao indivíduo, como estrutura familiar e nível socioeconômico, que contribuem para uma adaptação positiva:

A adaptação positiva permite identificar se houve um processo de resiliência. A adaptação pode ser considerada positiva quando o indivíduo alcançou expectativas sociais associadas a uma etapa de desenvolvimento, ou quando não houve sinais de desajuste. Em ambos os casos, se a adaptação positiva ocorre, apesar da exposição à adversidade, considera-se uma adaptação resiliente (INFANTE, 2005, p. 27).

Do ponto de vista social, é fundamental uma análise interdisciplinar, pois a resiliência possui dimensões econômicas, espaciais e sociais. A resiliência social pode ser definida como a capacidade das comunidades de resistirem a choques externos em sua infraestrutura social e pode ser examinada por meio de indicadores diretos, como mudança demográfica, e indiretos, como mudança institucional e estrutura econômica (ADGER, 2000). “A resiliência, portanto, depende da diversidade do ecossistema, bem como das regras institucionais que governam os sistemas sociais” (ADGER, 2000, p. 354).

Segundo BUSCHBACHER (2014), a resiliência pode ser entendida como a capacidade que um sistema tem de manter sua estrutura e funções após um colapso, ou seja, manter o seu regime. Uma floresta pode ser definida como um regime, que passa por diferentes estados: novo, maduro ou até queimado, mas se mantém como floresta. Caso haja

uma mudança que afete a capacidade de recuperação da floresta pode haver uma mudança de regime, para savana, por exemplo. Da mesma forma, uma eleição pode alterar o estado de uma democracia, enquanto uma revolução pode mudar o regime democrático. A definição do regime e a caracterização dos estados do sistema dependem de quem observa e não são absolutas. Vale ressaltar ainda que a resiliência não é algo necessariamente positivo:

Uma conclusão é clara: não existem panaceias. Algumas características podem ser positivas ou negativas para resiliência, dependendo da situação. Conectividade pode aumentar a aprendizagem ou pode transmitir pequenas perturbações para o sistema como um todo (por exemplo, uma doença). Outras características que contribuem para resiliência e flexibilidade no longo prazo podem representar custos no curto prazo: uma roça diversificada pode ser mais resiliente que uma monocultura, mas também menos produtiva em termos econômicos; reservas de capital podem reduzir risco, mas também reduzem retorno financeiro (BUSCHBACHER, 2014, p. 20-21).

Há na revisão de literatura, tendência em enfatizar mudanças, de modo a considerar estabilidade e persistência como atributos negativos, desconsiderando que manter a estabilidade é fundamental para a capacidade adaptativa. Outra questão refere-se ao negligenciamento de questões envolvendo agência e poder; a capacidade adaptativa implica na capacidade de agência. Além disso, fortalecer a resiliência de indivíduos e comunidades pode não estar relacionada ao seu bem-estar e autoestima (BÉNÉ et al., 2012).

Para ADGER (2000), resiliência é um antônimo vago de vulnerabilidade, pois a resiliência aumenta a capacidade em lidar com o estresse. Segundo OLIVEIRA, S., (2012), inicialmente associava-se a pessoa resiliente à invulnerabilidade; posteriormente passou-se a considerar a pessoa resiliente como alguém vulnerável que foi capaz de empregar mecanismos de proteção⁸². Houve um deslocamento biopolítico da relação entre medo, contágio e risco, no período pós Segunda Guerra Mundial, para uma relação ecológica entre resiliência, vulnerabilidade e proteção, sobretudo nos anos 1990 e início do século XXI (OLIVEIRA, S., 2012).

De acordo com LINDOSO (2017), apesar do conceito de resiliência possuir maior robustez teórica e poder explicativo, seu uso político é limitado devido ao viés matemático de seus modelos, restringindo a pesquisa a campos específicos, como os provenientes da ecologia. Já a abordagem da vulnerabilidade é mais fácil de ser operacionalizada e

82 OLIVEIRA, S. (2012) destaca a análise de Emmy Werner, em estudo realizado com crianças da ilha Kuai no Havaí por mais de três décadas e publicado de forma completa nos anos 1980 na obra “Vulnerável, mas invencível: um estudo longitudinal de crianças e jovens resilientes.

comunicada, visto que nasce orientada para a política, com resultados apresentados em linguagem didática e acessível aos gestores públicos e tomadores de decisão. Ambas as abordagens buscam responder a questões similares - como os sistemas são afetados por perturbações externas e como se adaptam. Porém, existem particularidades entre elas, já que alguns termos e noções podem variar e até mesmo se opor, devido às suas fronteiras epistêmicas (LINDOSO, 2017).

Vulnerabilidade e resiliência são conceitos também presentes na literatura sobre agroecologia. Segundo ALTIERI (2013), a vulnerabilidade pode ser definida como a perda de biodiversidade, solo, água, produtividade ou características socioculturais, frente a um processo ameaçador em curso ou iminente. Já a adaptabilidade é a capacidade que as comunidades possuem de construir resiliência por meio de ações coletivas:

La resiliencia es un tema de activa investigación en agroecología. Sin embargo es importante posicionar esta investigación dentro de un contexto más amplio y como parte de una agenda de soberanía alimentaria. De otra manera los estudios se enfocaron solamente en evaluar la sensibilidad de varios atributos agronómicos y biofísicos de los sistemas de cultivo, dejando de lado los aspectos socio-económicos tan importantes para una estrategia de soberanía alimentaria y anti-pobreza rural. No hay que olvidar que la vulnerabilidad no está determinada tanto por la magnitud del stress ambiental, sino más bien por la capacidad social de lidiar y/o recuperarse del cambio ambiental (ALTIERI, 2013, p. 103).

A partir desse breve debate conceitual, seria possível utilizar a abordagem sobre resiliência para entender como o movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais reagiu a contextos como o desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia e a situações críticas como a pandemia de Covid-19? Quais estratégias foram usadas para promover a resiliência?

4.2 Movimento agroecológico na Zona da Mata: um caso de resiliência?

No contexto mais recente de desmonte de políticas públicas federais de apoio à agricultura familiar e agroecologia, e outros retrocessos políticos e sociais que têm ocorrido no Brasil, a agroecologia é vista como uma estratégia de resiliência, permitindo ampliar a capacidade adaptativa dos/as agricultores/as envolvidos no movimento agroecológico:

Quem vai ter condições de enfrentar melhor uma situação assim vai ser quem tem a renda mais diversificada, quem mantém certos laços de relação,

de reciprocidade, na sua comunidade, no seu município, que tem esse vínculo com as organizações, que consegue ter um apoio, manter um apoio mútuo, que não depende de um só produto, que consegue produzir o seu próprio alimento, não se contamina usando agrotóxico demais. Então esse público tende a sofrer menos esses impactos (Ferrari, Viçosa, 28 de janeiro de 2020).

O papel de instituições como o CTA e a UFV, especialmente na figura do ECOA, é fundamental já que permite apoiar ações de desenvolvimento da agroecologia na região. No entanto, o contexto de crise de financiamento das ONGs e a diminuição de recursos disponíveis para as universidades, limitou a capacidade de atuação dessas instituições. A existência de políticas públicas favorece a ampliação das ações, mas estas não deixam de ocorrer, já que fazem parte da dinâmica organizativa do movimento:

Quando tem políticas públicas, esse rio⁸³ espraia, fica grande, fica maior. Quando não tem, a gente segue o fluxo, segue o curso do rio em direção ao mar, mais estreito, mas a gente segue. E a gente vai [...] buscando as alternativas de resistência (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Segundo Breno, além da perda de financiamento do governo federal, houve também queda no apoio de agências internacionais; a Action Aid, por exemplo, é uma das poucas entidades internacionais que segue apoiando o CTA, desde 2007. Diante desse cenário, foi necessário reduzir a equipe de trabalho, além de diminuir a carga horária e o salário. Como o apoio dos técnicos foi reduzido, a saída encontrada foi buscar o fortalecimento das organizações dos/as agricultores/as na região, de forma que elas atuassem sem depender tanto da presença de técnicos do CTA.

No contexto do desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, vale destacar que, apesar da desestruturação das políticas de apoio às mulheres rurais, que favoreciam a captação de recursos para desenvolver ações com foco no empoderamento e autonomia econômica das mulheres, elas seguem se organizando dentro do possível, fortalecendo assim o movimento agroecológico da região:

O que é resistência? É voltar a fazer o que elas sempre fizeram. Porque as políticas públicas para as mulheres foram muito recentes na história do Brasil, foi do governo Lula pra cá, não existia antes. Então elas voltaram a fazer o que elas faziam. Então assim, vai fazer uma reunião, é mesa de partilha, cada uma leva alguma contribuição [...] Mas a resistência é você ver que elas continuam organizadas, os grupos estão todos aí, elas

83 Em referência à dinâmica de construção do rio da vida, que aconteceu em um evento de sistematização dos NEA, em Santa Tereza.

continuam juntas, ou gerando renda nos grupos produtivos ou fazendo movimento (Beth, Viçosa, 28 de janeiro de 2020).

Embora o termo empregado no depoimento acima seja resistência, entendemos que nesse contexto ele equivale à resiliência, pois, permite que as mulheres sejam capazes de se adaptar diante das situações “adversas” digamos assim. O reconhecimento de que as mulheres contribuem para ampliar a resiliência do movimento agroecológico parte do pressuposto de que a atuação delas é fundamental.

Algumas características apontam para a capacidade adaptativa ou resiliência geral de um sistema, como, por exemplo, processos de comunicação, aprendizagem e processos que contribuem para promover flexibilidade, capital social, liderança, confiança, instituições e sistemas como redes descentralizadas (BUSCHBACHER, 2014). Nesse sentido, outro ponto fundamental para compreender a resiliência do movimento agroecológico é o fortalecimento da sua atuação em rede, aspecto que está intrinsecamente relacionado à sua própria constituição.

Breno frisa a importância das redes de apoio: “É isso que forma essa rede aqui na Zona da Mata, um apoiando o outro. A OCA⁸⁴ tá aqui, nós estamos aqui, a Rede Raízes da Mata, os sindicatos, as cooperativas, então um tá apoiando o outro, a universidade, entendeu”. Para tanto, busca-se também ampliar as relações políticas em esferas municipais, buscando fortalecer conselhos municipais e apoiar candidatos nas eleições municipais, ou seja, de forma a possibilitar a arquitetura de novos encaixes institucionais. Há também um esforço em ampliar o contato com instituições estaduais, especialmente com a EMATER/MG, considerando o interesse de técnicos e grupos apoiados pela entidade na questão da produção orgânica.

Outro aspecto fundamental da ampliação da atuação em rede é o fortalecimento das relações com parlamentares que apoiam o movimento agroecológico. O vínculo político com esses deputados expressam uma relação entre o movimento social e o Estado, em sua instância legislativa, que tem tido grande importância nesse contexto e que merece maior atenção de autores ligados aos estudos sobre a atuação dos movimentos sociais a partir do Estado. Infelizmente não foi possível entrevistar nenhum/a parlamentar, apesar das tentativas que foram realizadas, antes da pandemia de Covid-19.

A destinação de recursos via emendas parlamentares dos deputados Rogério Correia, Padre João, Patrus Ananias e Leonardo Monteiro foram essenciais para apoiar ações em torno

84 Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA) é uma cooperativa de trabalho. Para saber mais, acesse: <https://ocaagroecologia.org.br/>

da implementação do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata. Segundo afirma um de nossos entrevistados “a gente nunca teve essa oportunidade ou essa necessidade, tinham outras fontes, de vez em quando aparecia uma coisa ou outra, mas agora é o que tem”. Vale frisar que, assessores dos parlamentares federais citados acima e também dos deputados estaduais André Quintão, Bia, Betão e Leninha, fazem parte da comissão responsável pela consolidação do Polo Agroecológico.

A articulação regional das organizações que compõem o movimento é um aspecto a se considerar no processo de construção da resiliência, a qual é feita a partir da interação de diferentes escalas, que vai do âmbito individual, passa pelo local e chega ao nacional e global, conforme destaca BUSCHBACHER (2014):

Ao nível de uma pessoa, família ou grupo pequeno, não é difícil pensar em como aumentar a resiliência: diversificar fontes de renda, investir nas relações sociais, manter reservas de capital de diferentes tipos, desenvolver competências de aprendizagem e adaptação. Estas medidas não eliminam as vulnerabilidades que vêm de outras escalas do sistema – um colapso econômico, político ou ambiental no país vai afetar todas as pessoas – mas, provavelmente, aquelas com maior resiliência teriam maior chance de se recuperar. Em sistemas maiores – comunidade, nação, planeta –, como em todo sistema complexo, grande parte da solução virá de escalas menores do sistema – atores individuais e iniciativas locais testando e demonstrando alternativas. Mas o sistema precisará, também, de mecanismos para disseminar e replicar pequenos sucessos. Além disso, o contexto institucional e os processos que acontecem nas macroescalas do sistema vão criar, ou não, um contexto adequado para esta exploração e replicação local. Portanto, precisa-se buscar soluções em todos os níveis – individualmente, em nossas comunidades, e em todos os níveis governamentais (BUSCHBACHER, 2014, p. 21).

Outra estratégia fundamental associada ao processo de construção da resiliência do movimento na região tem sido a articulação entre agroecologia e cultura popular, o que, segundo Ferrari, vem permitindo articular dimensões simbólicas como a religiosidade, que são expressões das diversas estratégias de resistências camponesas, que vão além da questão produtiva e econômica e se aproximam das questões que trazem satisfação para as pessoas.

Breno destaca que festas tradicionais, como Festa de São Pedro (Espera Feliz), Congado/Festa de Rosário Airões/Paula Cândido) e Festa da Terra (Acaiaca), possibilitam discutir agroecologia por meio da valorização da comida tradicional. A organização dessas festas está associada à cultura popular da região e expressa a importância de atributos como cooperação e solidariedade para o benefício de todos, sempre associados à religiosidade. Nesse sentido, sobre a realização da Festa do Rosário, realizada há 130 anos na região, Irene

destaca que:

Nunca teve dinheiro de fora. Quem é que faz? Eles mesmo. Faz de graça, e ainda dá comida de graça pra todo mundo. Quem é que paga a comida? Nossa Senhora do Rosário. Na caravana, a primeira casa que nós entramos, veio uma agricultura com uma réstia de alho e falou, por acaso a rainha tava com a gente, e falou essa réstia de alho é pra Nossa Senhora do Rosário. Nossa Senhora do Rosário é muito caridosa, ela divide a comida com a gente. Então, quem ganha é Nossa Senhora do Rosário, mas quem come somos nós (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Para Irene, o maior avanço que o movimento teve ultimamente foi justamente buscar uma maior articulação da agroecologia com a cultura popular. Adentrar no entendimento da religiosidade associada aos povos de origem africana e das possibilidades de conectar a agroecologia ao universo das festas tradicionais pode ter desdobramentos interessantes, afinal:

O que se come nas festas? De onde vem esse alimento das festas? Teve um pai de santo que falou numa reunião da ABA: em Porto Alegre, tem dois mil terreiros. Cada terreiro desse faz uma festa por mês, porque eles não chamam os encontros rituais deles de rituais, chamam de festa. Festa tem comida. Essa comida vem de onde? A relação da umbanda e do candomblé com a alimentação é muito forte, porque onde os orixás se manifestam? No corpo. Você vai envenenar o seu corpo? (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Além disso, é possível perceber a existência de valores associados aos indígenas da etnia Puri, a qual contribuiu para a formação do campesinato na região da Zona da Mata, e que são fundamentais para a promoção da resiliência. Nas palavras de Irene, Seu Neném, um agricultor familiar que liderou o programa de conquista de terras com os irmãos em Araponga, comenta sobre as bases da cultura Puri, que são fundamentais para garantir resiliência ao movimento, no cenário de desmonte de políticas públicas:

O que está na base da cultura Puri no entendimento dele? Ele apontou três coisas: a cooperação, é um dar a mão pro outro, ele não usou a palavra cooperação, mas falou, é um ajudar o outro. Paciência. Paciência, segundo ele, é irmã da resistência, é você saber que passa, saber que tem que esperar. E a outra coisa que ele falou é o amor à Terra, que na verdade é o amor à natureza. Então, ele deu o caminho. O caminho é esse pra resistir, é cooperar e acreditar que você tem que amar a natureza. Então, a gente vai sobrevivendo. Agora, quando tem política pública a gente espraia, a gente faz mais coisa, a gente faz caravana nacional, a gente faz caravana regional. Enquanto não tem, a gente faz caminhada, vai a pé mesmo.

Então, como é que a gente faz para aprofundar a cooperação? Qual o caminho pra agroecologia no momento que não tem recurso? A gente vai conseguir fazer muitas coisas? Não. Então, eu não estou dizendo que é pra gente abrir mão das políticas públicas, mas nós não vamos morrer por isso. Como é que a gente vai continuar sobrevivendo? Na cooperação (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

A cooperação é um aspecto central na cultura camponesa, cultura esta que herdou muitos valores e práticas associados aos povos indígenas e quilombolas da região. Assim, apesar dos séculos de opressão desses povos e do seu silenciamento, o movimento agroecológico, ao buscar valorizar saberes e práticas tradicionais, presentes na cultura camponesa, amplia a sua capacidade de resiliência.

Uma das práticas tradicionais da cultura camponesa valorizada na agroecologia é o uso de sementes crioulas, tanto que, nos intercâmbios e na maioria das atividades organizadas pelo movimento as trocas de sementes costumam estar presentes. Segundo Gabriel, o uso das sementes crioulas é uma prática tradicional da agricultura familiar, inclusive, não apenas da agricultura familiar agroecológica:

As comunidades que eu estudei⁸⁵, parte dos agricultores estão mais próximos dos movimentos, ou movimento de mulheres ou movimento da agroecologia [ou ambos]. E vários agricultores que eu conversei são agricultores assim, mais tradicionais, que não estão ligados nas dinâmicas da agroecologia, mas que têm as suas sementes crioulas. Isso foi até interessante porque deu pra ver como se organiza um sistema local de sementes onde não tem uma influência tão explícita da agroecologia. E até pra ver assim, onde que é esse encontro também. Tem a questão das práticas tradicionais, do conhecimento tradicional, e a agroecologia chega para contribuir, para aprender e para somar com isso daí (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

Gabriel, que realizou sua pesquisa de doutorado na região, destaca que apesar dos debates e atividades que ocorreram nos anos 1990, com os ensaios nacionais do milho crioulo, talvez a preocupação com os transgênicos e a contaminação não tenha sido muito construída na região. Na sua visão, é fácil retomar esse debate, já que o uso de sementes crioulas faz parte da prática das famílias. Em 2018, por exemplo, em uma reunião em um dos municípios da região, que contou com a presença de 40 ou 50 participantes, cada pessoa tinha a sua semente de milho, diferente das demais.

Estratégias como manutenção da diversidade genética e conservação de solos

85 FERNANDES, Gabriel Bianconi. **Pesquisa em Agroecologia: reflexões a partir do estudo de sistemas locais de conservação e uso de sementes crioulas**. Rio de Janeiro: tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Histórias das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

aumentam a capacidade dos camponeses em responder às mudanças climáticas, aumentando a resiliência socioecológica das comunidades (ALTIERI, 2013). A agroecologia contribui para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar que possui estratégias de resistência camponesa, como a conservação de recursos produtivos escassos, busca de independência de recursos externos, criação de valor agregado, permanência de relações e práticas de reciprocidade na família e vizinhança (FERRARI, 2010).

4.2.1 A pandemia de Covid-19: um teste de resiliência?

O primeiro caso de coronavírus confirmado no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, e no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia provocada pelo novo coronavírus. Até o dia 13 de junho de 2022, o Brasil confirmou 31.497.038 casos e 668.180 óbitos pela doença, sendo que na Região Sudeste, região mais afetada pela doença, foram 12.404.002 casos confirmados e 319.907 óbitos, dos quais 3.491.674 casos e 61.737 óbitos no estado de Minas Gerais, segundo informações do Painel Coronavírus.

O arranjo federativo, as desigualdades socioespaciais e o aumento de conflitos políticos entre governos foram os três grupos de condicionantes que dificultaram a resposta à pandemia no Brasil (LIMA et al., 2020). A gestão da doença ficou a cargo de estados e municípios, diante da ausência de coordenação federal para combater a disseminação da Covid-19 no país e o colapso dos sistemas de saúde.

Que ações e estratégias foram mobilizadas pelo movimento agroecológico para minimizar os impactos da pandemia? Como a pandemia de Covid-19 impactou a agricultura familiar agroecológica na Zona da Mata?

Logo no início da pandemia, em março de 2020, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil divulgaram a “Plataforma Emergencial para o Enfrentamento da Pandemia do Coronavírus e da Crise Brasileira”, com propostas e medidas de emergência. Dos sete eixos, além do fortalecimento da saúde pública, destacamos, dentre as propostas de enfrentamento à pandemia, o direito à alimentação para todas as pessoas.

A ANA reivindicou o fortalecimento do PAA⁸⁶, demandando um aporte emergencial

86 A proposta, que solicitava 3 bilhões até o final de 2021, era destinada aos governos federal, estaduais e municipais. A previsão orçamentária para o programa em 2020 era de apenas R\$186 milhões. A proposta da ANA recomendava que a modalidade Compra Direta do programa fosse adotada de forma prioritária, sendo

de 1 bilhão para a compra de 250 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar de 150 mil famílias de agricultores, para garantir a alimentação da população mais vulnerável durante a pandemia. No dia 28 de abril de 2020, a ANA divulgou uma nota cobrando agilidade do governo para que os recursos pudessem chegar à agricultura familiar, diminuindo assim as perdas de alimentos nas propriedades, devido à suspensão de feiras e outros canais de comercialização, e o combate ao aumento da fome nas cidades. A Medida Provisória 957 disponibilizou um recurso adicional de R\$500 milhões de reais do orçamento federal ao PAA, somando-se aos 686 milhões para o ano de 2020.

Em Minas Gerais, 194 organizações sociais e entidades, incluindo o CTA e a AMA realizaram um abaixo-assinado intitulado Plataforma Estadual de Emergência, demandando do governador Romeu Zema ações na área da saúde, trabalho, redução de custos de vida e educação. Na região da Zona da Mata, o CTA, em parceria com diversas organizações promoveu ações solidárias de distribuição de alimentos à população de Viçosa, por meio de um projeto que recebeu R\$ 116 mil reais da Fundação Banco do Brasil, empresas do conglomerado Banco do Brasil (BB Seguros e Banco BV) e cooperativa de crédito COOPERFORTE.

A ação mobilizou 61 famílias agricultoras de 10 municípios da Zona da Mata⁸⁷, com distribuição de 1.000 cestas básicas agroecológicas, beneficiando 500 famílias com duas cestas, em diferentes bairros da cidade de Viçosa até junho de 2020. As cestas continham: batata-doce, barras de sabão caseiro, inhame, canjiquinha, açúcar mascavo, abóbora, limão, banana, fubá, feijão, quitutes, arroz agroecológico do MST, farinha de mandioca, laranja, farinha de milho crioulo, abacate, limão doce, mexerica.

Segundo Gabriel, havia uma preocupação em evitar perdas e garantir a manutenção da comercialização dos/as agricultores/as da região, além de apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social, mais impactadas com a pandemia. Houve assim uma necessidade de atuação do CTA no sentido de organizar a compra dos alimentos, em um contexto emergencial:

complementada pela Compra com Doação Simultânea, para simplificar e dar agilidade aos procedimentos administrativos. Defendia-se também a modalidade Formação de Estoque, que está vedada desde 2013 e outras recomendações, como o não estabelecimento de limites financeiros para compra, mudança nos Termos de Adesão do programa e a retomada de mecanismos de controle social. A carta está disponível em: [PAA-Comida-Saudavel-para-o-Povo.pdf \(agroecologia.org.br\)](#). Acesso em: 14 de abril de 2021.

87 Os fornecedores foram: Associação dos Barbosa (Sem Peixe); Associação Conterra (Espera Feliz); CONCENTRA (MST); COOFAA (Araponga); COOFELIZ (Espera Feliz); COOPAF (Muriaé); COOPERDOM (Divino); Fulô da Agroecologia (Divino); Grupo de Mulheres Raízes da Terra (Espera Feliz); Palmital Alimentos (Conceição de Ipanema); Quitutes do Maracujá (Acaiaca); Unidas pelos Sabores (Sem Peixe); Emerson Medina (Teixeiras); Luís Cláudio (Viçosa), Leonardo Sobreira (Viçosa); Marinho Sobreira (Viçosa).

Porque o nosso papel como organização social não é promover compra e venda de alimentos nem promover essa atividade de logística toda, mas a situação emergencial colocou isso e foi feito. Lógico que numa escala limitada, numa escala de uma ONG - como todas as ONG que têm limitação de pessoal, de quadros e de estrutura - e o recurso que a gente conseguiu acessar também só consegue comprar uma parte da produção da região. Mas assim, isso foi feito e também ajudou a mostrar que tem, por exemplo, uma periferia aqui na cidade de Viçosa onde o povo estava apertado, do ponto de vista de perda de emprego, do ponto de vista de renda e do ponto de vista da alimentação também. Então, por mais que o alívio que esse tipo de ação pontual consegue fazer, a gente vê que ele chegou de fato em gente que estava precisando de verdade aqui (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), divulgado em março de 2021, mostrou que 55,2% dos domicílios brasileiros se encontravam em algum grau de Insegurança Alimentar⁸⁸ (IA), o equivalente a 116,8 milhões de pessoas. Destas, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente para atender suas necessidades e 19 milhões de brasileiros(as) tiveram que conviver com a fome. A ocorrência de fome teve 19% de aumento nos domicílios em que houve perda de emprego ou endividamento em razão da pandemia. Porém, é importante frisar que antes da pandemia já havia um cenário de aumento da fome no país:

Embora seriamente impactado pelo alastramento da pandemia da Covid-19, o agravamento da Insegurança Alimentar (IA) no Brasil revelado no inquérito ora divulgado é parte de um processo que já estava em curso, de deterioração das condições de vida de um significativo contingente populacional e do aumento das desigualdades sociais (REDE PENSSAN, 2021, p. 13).

Os resultados deste inquérito mostram que, em 2020, a Insegurança Alimentar e a fome no Brasil retornaram aos patamares próximos aos de 2004. Mais que isso, foi anulado, para parcela significativa da população brasileira, o sucesso obtido entre 2004 e 2013 na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Os dados mostram que tivemos um retrocesso de 15 anos em apenas cinco; retrocesso ainda mais acentuado nos últimos dois anos (REDE PENSSAN, 2021, p. 52).

Com a necessidade de cancelamento de atividades previstas, devido à pandemia,

⁸⁸ Para medir os níveis de segurança/insegurança alimentar, considerou-se um conjunto de oito questões da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que buscam avaliar o grau de acesso à alimentação. As perguntas, cada uma valendo um ponto, com resposta do tipo sim/não, consideram como referência os últimos três meses. A IA é leve quando o somatório de pontos é de 1 a 3; moderada, de 4 a 5; e grave, de 6 a 8. Quando a resposta era afirmativa, verificou-se se a situação descrita ocorreu devido à pandemia do coronavírus (REDE PENSSAN, 2021).

recursos que seriam usados para ações de formação, mobilização e intercâmbios, no âmbito da implementação do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, foram usados para compra de alimentos da agricultura familiar, com distribuição de cestas de alimentos agroecológicas para famílias da região, similar ao que seria um PAA, de acordo com Gabriel.

Irene relata que, embora a pandemia tenha diminuído muito as atividades do movimento, o aporte de recurso não diminuiu, pelo contrário, foi até maior, já que “a gente constrói politicamente a agroecologia”. Os deputados federais Padre João, Patrus Ananias, Rogério Correia e Leonardo Monteiro, além de alguns/as deputados/as estaduais, liberaram emendas parlamentares para apoiar as atividades do Polo, incluindo a Troca de Saberes, que é realizada anualmente. Esse apoio político é fruto de uma longa relação dos parlamentares com o movimento. Boa parte das emendas vieram porque a região se transformou em Polo:

A gente não conseguiu fazer o que tinha previsto, mas a gente fez outras coisas. Depois, a emenda do Padre João demorou a chegar, a gente tem 45 bolsistas com o dinheiro da emenda do Padre João, e pra esse ano [2021] a gente tá com emenda também dos parlamentares. Então, eles nos socorreram nesse momento. Não me pergunta o que vai ser o ano que vem e o que vai ser depois. E assim são as articulações políticas. Foi a primeira vez que a gente pediu recurso para apoiar o Polo, para apoiar as atividades da agroecologia, mas eu subo morro e desço morro pra fazer campanha pra esse povo desde 89. Então assim, esse dinheiro não cai do céu, isso é uma construção. Eu to falando eu, mas não só eu, um monte de gente aqui (Irene, google meet, 26 de julho de 2021).

Os recursos das emendas foram administrados pela UFV, que realizou chamada pública para a compra de alimentos e o CTA, em conjunto com várias entidades, ficou responsável pela mobilização, montagem e distribuição das cestas de alimentos para famílias da região. A ação foi também uma oportunidade de fazer a divulgação da agricultura familiar agroecológica que existe na Zona da Mata, segundo Gabriel:

E a gente aproveitou para fazer uma ação de comunicação por dentro disso, para mostrar assim, que aquela comida que está chegando para essas famílias não é uma comida que vem da CEASA ou não é uma cesta básica que foi comprada em um supermercado, cheio de carboidrato, sal e gordura, entendeu. É pra mostrar assim, que são produtos que vêm da agricultura familiar da região, produtos sem veneno, que foram produzidos pelo vizinho, pelas pessoas que estão no mesmo município ou no município do lado. E pra mostrar o seguinte, existe uma agricultura forte na região que produz. Não produz mais porque não tem as políticas de apoio, de acesso à terra, de acesso a crédito, ATER, comercialização, infraestrutura e tal, mas que, com pequenos incentivos você consegue fazer com que essa produção

apareça e com uma orientação você consegue fazer esse alimento chegar em que mais está precisando (Gabriel, google meet, 23 de julho de 2021).

Nesse sentido, é possível que a pandemia tenha contribuído para fortalecer o debate sobre alimentação saudável e agroecologia, mostrando a importância dos ciclos curtos de comercialização, do abastecimento local pela agricultura familiar da região, além dos efeitos benéficos para o meio ambiente que a produção de alimentos sem agrotóxicos gera. Para tanto, é fundamental a ampliação e consolidação de políticas públicas que apoiem essas ações.

Gabriel destaca que o CTA negociou com as agências de cooperação que apoiavam financeiramente os projetos em curso a alteração da alocação dos recursos que seriam usados para realização de eventos, entre outros, para a compra de alimentos da agricultura familiar agroecológica, por meio da Campanha Periferia Viva, iniciativa promovida por vários movimentos sociais da região, como Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), MST, CPT, entre outros.

Segundo Gabriel, essas ações emergenciais, embora limitadas, foram importantes, pois contribuíram também para acionar prefeituras e cooperativas para o debate, por meio das atividades ligadas ao Polo; alguns municípios, por exemplo, estão se organizando para criar os seus programas de compra institucionais.

Para minimizar o impacto do fechamento das feiras e das escolas⁸⁹, especialmente no começo da pandemia, diversas organizações buscaram adaptação por meio da entrega de cestas, o que exigiu, em muitos casos a utilização de plataformas online e uso de *whatsapp*, por exemplo, para divulgação e organização da logística de entrega de produtos, ainda que o acesso à internet em áreas rurais seja limitado⁹⁰.

As tecnologias cumpriram um importante papel no contexto de pandemia e isolamento social por possibilitar algum contato, ainda que remoto, entre as pessoas e

89 A COOPAF foi bastante afetada no começo da pandemia, devido à execução do PNAE. Carlinhos destaca que a UNICAFES, junto ao Consea estadual, incentivou a entrega de kits para os estudantes e quando começou a entrega dos kits, a cooperativa retomou um pouco sua normalidade. Até o final de setembro de 2021, quando a entrevista foi realizada, muitas escolas ainda estavam recebendo os kits de alimentação, sendo a entrega geralmente quinzenal. Apesar da montagem dos kits ser um desafio, às vezes, não incluía folhosas, e demandava uma quantidade maior de alimentos como banana, inhame e batata-doce, que foi até difícil de encontrar na agricultura familiar. A cooperativa movimentou no ano de 2020 cerca de 1 milhão e 700 mil reais e em 2021 deve ultrapassar 2 milhões, já que foram incluídas novas escolas e novos municípios em 2021, pois estão fazendo chamada pública regionalizada.

90 Gabriel comenta que durante a elaboração do Plano Regional do Polo, a questão do acesso à internet na zona rural apareceu como um gargalo ainda. Há um uso frequente do *whatsapp*, “praticamente todo mundo tem”. Enviar informações, como produtos disponíveis para venda, local de entrega, etc, pode ser mais fácil, mas participar de reuniões de algumas horas, em videochamada, por exemplo, é mais difícil. Alguns agricultores conseguem ter wi-fi em casa, mas boa parte talvez utilize pacote de dados do celular.

viabilizar, de alguma maneira, alguns trabalhos. No escritório local da EMATER em Muriaé, por exemplo, o atendimento foi realizado de maneira virtual, por meio de grupos de *whatsapp*, com fotos e vídeos auxiliando na comunicação entre técnicos e agricultores/as, e dias de campo virtual. O trabalho presencial só foi retomado por volta de setembro de 2021.

Adriana relata que, com a paralisação da feira do grupo de agroecologia da COOPAF em março de 2020, houve o debate em torno da entrega de cestas, algo que o grupo já havia feito no seu início, com apoio do NEAP para entrega de cestas no IF. Diante do medo da pandemia e sabendo que a experiência poderia dar certo, cinco agricultores do grupo se propuseram a começar a entrega das cestas, no dia 21 de abril de 2020:

E a gente começou assim, numa planilha de word e a gente mandava pros consumidores que a gente tinha contato. A primeira entrega foi de 17 cestas. E aí a gente foi. Aí aos poucos, na outra semana tinha mais um, depois tinha mais um e no final efetivou. Lá pra junho ou julho mais ou menos, o delivery bombou sabe, aqui. A gente conseguiu entregar mais de 50 cestas, foi o momento que o povo tava dentro de casa mesmo. Então assim, eu vejo que essa questão da pandemia, se a gente não tivesse feito esse movimento de voltar com o delivery, esse grupo hoje talvez, não sei. Não tô falando que a gente tinha acabado, mas pra gente reerguer ele é mais difícil, porque a feira presencial, ela só foi autorizada a voltar em novembro, final de novembro [de 2020]. A gente ficou nesse período trabalhando com o delivery. E aí com isso a gente continuou o trabalho. Não foi fácil, tinha vez que o povo entregava produto que não era muito, mas a gente conseguiu avançar e a gente trouxe um reconhecimento, sabe, junto aos consumidores. A gente conseguiu consumidores novos que não conheciam o trabalho, que passaram a aderir aos produtos (Adriana, google meet, 27 de julho de 2021).

Adriana comenta que foi feita uma pesquisa de satisfação com os consumidores do delivery, no início de 2021, o que deu “uma injeção de ânimo” para o grupo, pois ficou clara a importância e reconhecimento do trabalho que vinha sendo realizado, com recebimento de sugestões e críticas construtivas para melhorar o trabalho. A pesquisa contou com a participação de 34 consumidores, dos quais 16 possuem acima de 46 anos e 30 são do sexo feminino. A qualidade dos produtos e a entrega foram avaliados como ótimos por 97,1% e o atendimento foi considerado ótimo por 100% dos consumidores. Houve muitos elogios e algumas sugestões, mas 100% indicaria para algum amigo.

Segundo Adriana, inicialmente, o valor mínimo de compra era de 50 reais e havia 5,00 de taxa de entrega. Depois, o filho de um agricultor do grupo criou um google forms para a lista de produtos, substituindo a lista de word. Por fim, ele descobriu a plataforma Open Food Brasil, que busca conectar agricultoras/es, produtoras/es e consumidoras/es, potencializando ciclos curtos de comercialização de produtos agroecológicos, orgânicos e

artesanais. O valor da cesta diminuiu, passou a ser de no mínimo 40 reais e a taxa de entrega continuou o mesmo valor, mas caso o cliente não quisesse entrega, poderia buscar a cesta na sede da COOPAF ou na feira.

Toda quinta feira havia contato com os agricultores para atualizar a lista de produtos, que era passada para os dois responsáveis em atualizar no site; na sexta feira o link era divulgado e o consumidor tinha até as 10h de segunda feira para fazer a compra e as entregas eram realizadas na quarta, pelo delivery ou na feira. Para manter o delivery, era descontado um valor corresponde a 13% das vendas, para pagar a manutenção do site, a divulgação no instagram, sendo 3% para o pagamento da plataforma⁹¹. O delivery funcionou até abril de 2022, quando foi interrompido, devido a alguns problemas, mas considerando também que a fase crítica da pandemia havia passado e o grupo está realizando duas feiras semanais.

Assim, se o delivery foi uma das estratégias que o grupo encontrou para superar os desafios impostos pela pandemia, especialmente no período em que as feiras deixaram de acontecer, a persistência e a paciência foram fundamentais para fazer com que o esquema pudesse se efetivar e vigorar no período necessário. A capacidade de adaptação não apenas permitiu manter a estabilidade do grupo, como acabou ampliando as oportunidades de mercado para o grupo.

É fundamental garantir a estabilidade do grupo diante de outras situações como a alta no preço dos combustíveis e dos insumos, segundo Juliana. Ela cita o exemplo de um agricultor que vende linguiça na feira. Ele criava o porco, mas com o aumento dos custos de produção, ficava mais barato comprar o porco e fazer a linguiça, o que gerou receio de sua parte quanto à possibilidade de continuar vendendo a linguiça na feira. Além disso, a pandemia dificultou muito o processo de certificação, que vinha sendo discutido pelo grupo:

Porque assim, nós temos que agora neste momento conseguir segurar quem tá com a gente. Se a gente começar a colocar exigência demais, um puritanismo que a gente não vai conseguir atingir, nós vamos perder esses. Aí, ele vai deixar de vender aqui com a gente e vai vender na feira convencional, quarta, sábado e domingo. Aí você perde uma pessoa do grupo [...] Nessa circunstância, a gente não consegue avançar com esse debate mais [da certificação] nesse momento. A gente conseguiu chegar nessa proposta da certificação num momento que era muito favorável pra gente [...] Porque, por mais que a feira seja uma oportunidade muito boa de comercialização, de visibilidade, ela implica um gasto também, E aí quando a gente tem umas reuniões assim de, ah gente, nós precisamos ampliar a produção, as pessoas que estão ali, a maioria delas não tem como fazer mais

91 De setembro de 2020 a maio de 2021, a plataforma Open Foods Brasil foi usada de maneira gratuita, pois havia um projeto de apoio à iniciativa. Após maio de 2022, passou-se a solicitar uma contribuição, que para o grupo seria em torno de 150 reais por mês.

do que elas já estão fazendo, não dá. E os que têm mais condição, em termos de força de trabalho, eles estão precisando de um apoio, não só técnico, mas até estrutural, de recurso mesmo, tipo, eu quero ampliar a minha horta, mas eu não tenho dinheiro [...] e a gente teve uma redução drástica de política pública para esse público. Eles são assim, uns guerreiros mesmo (Juliana, Muriaé, 19 de março de 2022).

A importância de manter o grupo, nesse contexto de dificuldades, conforme destacado acima, assim como os desafios envolvidos na transição para o sistema de produção orgânica evidenciam o que BÉNÉ et al. (2012) apontam: manter a estabilidade é tão importante para a resiliência quanto se adaptar ou transformar. Segundo BÉNÉ et al. (2012), a construção de resiliência deve fortalecer suas três capacidades, a dizer, absorvente, adaptável e transformadora, simultaneamente e em vários níveis. Essas diferentes capacidades resultam em persistência, ajuste incremental ou resposta transformadora, respectivamente. Quanto menor a intensidade do choque ou mudança, mais provável a absorção, mas quando não há mais capacidade de absorção, ajustes incrementais podem ser necessários para se adaptar à situação, de caráter individual ou coletivo e em diferentes níveis. Logo, a adaptação é um processo incremental, de difícil medição.

Já em Espera Feliz, Sandra relata que a COOFELIZ pensou em entregar cestas, mas não foi possível organizar o processo. Os primeiros meses de pandemia foram bem difíceis e uma das pessoas que trabalhava com ela se dispôs a sair, pois não teriam como pagar o salário dele. Vale ressaltar, no entanto, que antes da pandemia, o município havia passado por duas situações desafiadoras: dois anos seguidos de enchentes, a primeira em 2019 e a segunda em 2020. Segundo Sandra, “a lama chegou na praça” e houve muito empenho para auxiliar as pessoas atingidas, dividir alimentação, entregar cestas, etc.

Por sua vez, em Divino, Gilvânia relata que sentia “o baque” da pandemia mais quando se deslocava para a cidade, pois na roça acabam ficando mais isolados. Quanto aos efeitos econômicos, ela destaca que não sentiram muito, já que a principal fonte econômica da propriedade é a proveniente da venda do café orgânico. Segundo ela:

Pra nós, assim, o que atrapalhou foi a questão da assessoria técnica, que a gente não pôde receber, nem visitas. Nem todas as pessoas do grupo tem acesso à internet de qualidade, depende de rede móveis do celular, então quando tem alguma reunião sempre tem que ir pra casa de alguém pra poder dar conta de fazer um PMO, fazer alguma coisa em relação à certificação, porque a certificação acaba exigindo mais, você tem que falar com o técnico, tem que falar com a cooperativa. Mas pra parte da produção, a gente continua fazendo os mutirões. Uma estratégia que a gente tinha era de fazer os mutirões sempre com as mesmas pessoas, evitando ter contato com

outros grupos. Então, que nem aqui, a gente ficou muito no meu grupo familiar, meus irmãos, cunhados e algumas pessoas do grupo dos orgânicos, então sempre trocando dia entre eles para dar conta do serviço. Tem que ser feito em mutirão, chega época de colher café, o ideal é colher o máximo de quantidade que você puder (Gilvânia, google meet, 07 de agosto de 2021).

Percebe-se que a realização de mutirões com as mesmas pessoas foi uma estratégia para evitar a contaminação na pandemia e viabilizar a realização da colheita de café nas propriedades, que exige grande demanda de mão de obra. Mas os mutirões guardam relação também com as estratégias de solidariedade, cooperação e reciprocidade presentes na cultura camponesa, bastante valorizadas pelo movimento agroecológico e essenciais para a construção da resiliência.

Vale frisar que, embora a pandemia e o contexto de desmonte de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar tenham desafiado o movimento, existem outros fatores que podem ameaçar a agricultura familiar como um todo, tal como o avanço da mineração na região. Não se trata de um risco novo, pois há duas décadas foram feitos estudos de prospecção na região, em que descobriram bauxita. Quando a mineração se instala, é um desastre, “isso não tem volta não, destruiu, destruiu”, “as crianças vão embora, acabou tudo”. Em municípios próximos à Viçosa, como Gueobaldo, São João Branco, Teixeira e Pedra do Anta, a mineradora Zona da Mata já vem explorando o minério magnetita.

4.3 Agroecologia: saúde, amor à natureza, fé

Saúde e agroecologia são temas bastante conectados e na Zona da Mata podemos perceber claramente essa interligação, já que muitas vezes integrantes do movimento agroecológico estão envolvidos no uso e disseminação de práticas alternativas de cuidado. Para Nilson, normalmente quem discute agroecologia discute saúde e muita gente da área da saúde, que está na cidade e não tem vínculo direto com a produção de alimentos, opta por consumir alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

No processo de construção da agroecologia na Zona da Mata, um tema que estava presente nas discussões era o debate em torno da questão da saúde. Como fruto dessas discussões, muitas pessoas na região se tornaram terapeutas, passando a trabalhar com homeopatia, reiki e outras terapias holísticas. Esse movimento de “saúde alternativa” representa, segundo Nilson, diferentes ferramentas para mostrar um outro caminho, possível e viável, mais sustentável e mais justo, de cuidar da saúde.

Carlinhos destaca que o movimento de saúde alternativa foi bem forte na região. Em Muriaé, antes da COOPAF iniciar suas atividades, em 2015, ainda havia uma loja que vendia insumos, como os frasquinhos e o álcool de cereais, que foi um suporte inicial para o movimento de saúde alternativa na região. A loja, que também vendia alguns produtos da roça, como açúcar mascavo e farinha de mandioca, fechou quando a cooperativa entrou em atividade, e já existiam mais possibilidades de acesso às mercadorias para fabricação dos “remedinhos” da saúde alternativa.

Sandra, além de ser presidente da COOFELIZ, atua como terapeuta na região. Ela comenta que teve a oportunidade de participar de um curso de homeopatia, com apoio do movimento, pois na época ela já trabalhava com fitoterapia e biodinâmica pela Igreja. Sandra cursou ciências homeopáticas na UFV com o professor Casali e comenta que foi aí que realmente começou a entender o que é agroecologia, pois a agroecologia tem a ver com a vida e com a saúde das pessoas.

Luís Sérgio, mais conhecido como Serginho, é proveniente da comunidade do Limoeiro, no município de Espera Feliz. Serginho é um dos sócios-fundadores do sindicato, que surgiu em 1986 e também atua como terapeuta na região. Serginho e Sandra atuam na Associação Intermunicipal Naturalista dos Terapeutas Populares (TERAVIDA), que foi criada aproximadamente em 2003 e que está localizada ao lado do SINTRAF.

A associação reunia um conjunto de terapeutas da região que buscavam realizar um trabalho conjunto e não cada um por si, porém, ao longo do tempo o coletivo foi se dispersando. Atualmente, cerca de seis terapeutas realizam atendimento às quartas, quintas e sextas, tanto com fitoterapia quanto com homeopatia. Segundo Serginho, “há quem goste de chás e há quem goste só das gotinhas”, mas uma coisa ajuda a outra e possibilita uma resposta mais rápida, “e graças a Deus tem dado muito certo e tem ajudado o povo, essa é a questão”.

Segundo Serginho, os valores cobrados são utilizados para manter o local, cobrir o dia de serviço do sítio e as despesas com homeopatia. Pessoas de toda a região buscam atendimento, principalmente as que estão em municípios mais próximos de Espera Feliz, como Carangola, Caiana, Caparaó, mas também aparecem pessoas de cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, que possuem algum parente na região e que, após terem tido e aprovado o tratamento, divulgam para mais pessoas.

Serginho afirma que o início do aprendizado sobre plantas medicinais e fitoterapia ocorreu por volta de 1987, bem antes do surgimento da associação. Mas, segundo ele, esse trabalho só é possível graças ao trabalho de conservação que é realizado no sítio, pois o

cultivo de plantas medicinais não pode ocorrer em locais onde se utilizam agrotóxicos. Embora tenham tentado produzir de maneira orgânica há alguns anos, por volta de 2000, optaram pela agroecologia e segundo ele, “tá dando certo”, pois garante saúde, equilíbrio e bem-estar para a família.

Na propriedade de Serginho é realizado um trabalho de conservação das matas na beira do córrego e das nascentes e captação do lixo - “a gente tira o problema do sítio e traz o problema para o município”. Evitam fazer capina química no solo, utilizando mais a roçadeira, conservam as plantas medicinais que existem e introduzem algumas que não existem. Criam pequenos animais, “tudo cuidado bem ao natural”, e há também cultivo de café consorciado com outras culturas:

Nós plantamos o que é mais comum da vida da roça hoje, têm as frutas, milho, feijão, às vezes, porque no sistema desse café semi adensado que eles falam, ou adensado, lá no meio não se produz nada, é a produção que nós chamamos de monocultura, café não pode ter nada no meio, porque isso aí estraga a lavoura. É engano, não é nada, porque eu faço isso ó, uma vida, e tô colhendo. Talvez não colho 30 sacos, mas eu colho 25 uai, não tô no prejuízo não e se colhesse 20 também tava bom, porque eu tenho garantia da minha saúde e tô sabendo que tô cuidando do meu solo. E outra coisa, não sobrevivo somente disso, hoje a gente tá entendendo que lá no ambiente rural onde nós trabalhamos, o café ele é tudo, é o condutor chefe, mas nós estamos entendendo que tem que introduzir no meio dele outras culturas como o povo antigo fazia (Luís Sérgio, Espera Feliz, 24 de setembro de 2021).

A valorização dos conhecimentos tradicionais também é percebida na produção animal, para o tratamento e sanidade dos animais. Serginho comenta que o leite produzido no sítio é proveniente de animais criados ao natural, com utilização do conhecimento do “povo antigo”: “pra não ter bernes, sal torrado com alho, três, quatro vezes por mês, em três meses seguidos ela fica imune, fica limpinho, limpinho, maravilhoso”.

Serginho comenta que quando é questionado sobre a agroecologia, se “é um sistema bom”, ele comenta que “ele não nos proíbe nada, ele só nos ensina, ensina que não deve usar esses metais pesados na propriedade, nunca, só em último recurso, e a gente fazer a manutenção daquilo que é natural da nossa região e se não tem, introduzir”. Para ele, “a agroecologia é isso, trabalhar um ambiente onde haja equilíbrio e a gente possa ter uma garantia de uma saúde boa, não só nós, mas os vizinhos que vai usar o nosso produto”.

Nilson e Solange realizam atendimento em homeopatia em sua propriedade; a atividade, embora não tenha como objetivo ganhar dinheiro, permite a entrada de “alguma coisinha”. Nilson afirma que quando se começa a trabalhar com agroecologia, há uma

mudança de percepção, passa-se a enxergar coisas que antes não se enxergava, o que contribui para desencadear mudanças de pensamento e comportamento. Para ele, a agroecologia oportuniza um olhar multifacetado:

Enquanto a gente tá preocupado, ah o que eu preciso fazer pra ganhar dinheiro [...] não que o dinheiro não faça parte da vida da gente, mas se for só esse olhar, só isso é muito pouco, por mais que você ganhe. Porque tem muitas outras coisas na vida que te dão muito mais sentido e que também te dá retorno sem necessariamente você ter o dinheiro na mão. E isso a gente tá vivenciando na agroecologia. É mais do que ter dinheiro, é ter saúde, é ter felicidade, é ter tranquilidade, é aprender com tudo isso, entendeu (Nilson, Espera Feliz, 21 de setembro de 2021).

Para Solange, a saúde depende da alimentação, mas também do ambiente onde se vive, pois a energia da vivência é fundamental para o nosso equilíbrio: “se você pegar duas famílias, uma que vive em harmonia, em equilíbrio, bacana, a outra que só vive com palavras negativas, brigaiada, vai adoecer, ali já tá o desequilíbrio”. Serginho destaca ainda a importância de manter as árvores no sítio, que embelezam o ambiente, garantem ar puro e ajudam a manter a saúde e o equilíbrio, já que muitas espécies são utilizadas como remédio. “Isso ajudou a gente a entender um pouco mais a razão da gente estar por aqui passando esse momento aí nesse mundo e usufruir da riqueza que o Senhor criou para nós”. Riqueza que deve servir também para as demais gerações, daí o compromisso em contribuir para conservação da natureza:

Mas é importante pensar que alguém vai ficar depois de mim, que são meus filhos, meus netos e eu tenho que trabalhar o ambiente [...] eu tenho filhos que estão jovens, tenho netinhos, o menor tá com 8 meses. Se eles tiverem de viver 70, 80, 90 anos, o que eu tô fazendo pra ele chegar lá com qualidade de vida? Eu quero adormecer o sono eterno, mas com a consciência leve de que eu contribuí para que fosse melhor o ambiente onde eles fossem viver. Eu acho que isso é importante. E esse sistema agroecológico me ensina isso. Trabalhar com a consciência de que eu tô fazendo o melhor, pra mim, pra minha família, pros meus vizinhos, e pra natureza principalmente [...] e outra coisa, quem, igual vocês que estudam, o estilo de sociedade que nós estamos vivendo hoje, há quem tá preocupado com tudo isso, mas preocupado, pouco fazendo. E eu digo assim, nós que somos os grandes, os maiores cuidadores da natureza, somos nós que estamos no campo. Somos nós. Se nós não tomarmos uma iniciativa agora, como já tomamos uns anos atrás, mas agora mais sério ainda, não teremos um futuro brilhante pros nossos pequenos não (Luís Sérgio, Espera Feliz, 24 de setembro de 2021).

Se por um lado, há uma preocupação com a qualidade de vida das gerações futuras

que coloca em questão a importância da conservação da natureza, por outro lado, às vezes, é possível também que o discurso sobre uma vida melhor negligencie e até mesmo refute a vida no campo. Foi o caso de Milce, que passou um tempo longe da “roça”, mas acabou voltando, ao se dar conta que na cidade grande não se encontra qualidade de vida. No entanto, essa compreensão, fruto de sua experiência, não censura o ponto de vista de sua mãe, que apenas estava transmitindo o que ela também havia aprendido:

Minha mãe criou eu e o meu irmão sempre falando, estuda, vai pra cidade, porque a roça não presta [...] Então, assim, isso é o que ela ouvia dos pais dela, das pessoas próximas. E eu, eu não estudei porque acabei engravidando, casando, tendo meus filhos, fui trabalhar e tudo. Mas eu fui pra cidade e eu vi que lá não era, como é que eu vou falar, não tava próximo da natureza, que aqui era melhor. Eu acho que a maioria das pessoas que moram na roça, por ser um trabalho muito exaustivo, acho que a maioria dos pais cria os filhos assim, falando, estuda, sai da roça e tudo. Mas acho que as pessoas têm que criar mostrando a beleza de tudo. Igual eu tenho a minha pequenininha aí. “Ah, mas eu tenho medo da minhoca”. Não, mas a minhoca é importante. “Ah, mas a formiguinha morde”. Não, ela morde se você encostar nela, mas ela é importante pra natureza [...] se todo mundo criar seus filhos pensando no planeta, pensando que uma formiguinha é importante, que um besourinho é importante, que uma joaninha é importante, acho que uma hora o planeta muda (Milce, Muriaé, 20 de março de 2022).

Mas a vida no campo pode ser também cheia de oportunidades e perspectivas. É o que Nilson e Solange percebem. Segundo Nilson, “a agroecologia e o que nós estamos mexendo aqui, isso é uma infinidade de tudo”. Ele comenta que está diminuindo suas atividades laborais como contador, categoria em que pretende se aposentar; mas assim que isso acontecer, pretende ficar exclusivamente na propriedade. Possuem muitos planos, como organizar o engenho que está parado há alguns anos e fazer um deck rústico de bambu no alto da propriedade, para receber visitantes, com subida de aranha⁹² e café no alto.

Solange destaca que, embora já plantem no meio do café, mandioca, banana, inhame, amendoim, abacaxi, abacate, pretendem aumentar a diversidade de árvores e frutíferas, e também trabalhar com a apicultura. Pretendem melhorar a antiga casa para alugar para turistas. A ideia não é focar em turismo rural, mas sim algo simples e por agendamento, para não ficarem “por conta” e presos no final de semana - e ela na cozinha. As instalações podem auxiliar também a realização de cursos, visitas, intercâmbios. Pretendem também ter uma vitrine com os produtos deles, de colegas do grupo e outros, produtos provenientes da agricultura familiar e de preferência orgânico. Enfim, são muitos planos, que exigem trabalho

92 Carro adaptado que foi feito para acessar as partes mais altas da propriedade.

e dedicação, “se Deus permitir”.

Em distintos momentos da trajetória do movimento agroecológico na Zona da Mata podemos perceber que a fé motiva a caminhada de parte de seus integrantes, talvez, sobretudo, agricultores e agricultoras, possibilitando que a agroecologia seja uma maneira de se aproximar de Deus:

Quando você faz essa comparação, vamos dizer com a Bíblia, dos dois caminhos, o caminho do céu e o caminho do inferno [...] vivemos numa sociedade com pessoas que trilham um caminho que leva pro inferno, até sem saber, às vezes, que tá indo pra lá, ou, às vezes, convicto. Como também tem gente que trilha este caminho, que a gente considera como o do céu, por consciência, ou por defender, porque acha bonito, acha importante, tem dentro de si essa grandeza, mas às vezes nem entende muito bem. É o que nos trouxe, de certa forma, até os dias de hoje (Nilson, Espera Feliz, 21 de setembro de 2021).

Porque na realidade, a agroecologia tá na essência divina da criação, tá muito próxima do que os índios já fazem [...] não precisava desmatar nada e os que estão ainda em locais preservados, e alguns não querem nem a presença do branco lá, do civilizado, vamos dizer assim, porque sabe do mal e da contaminação que vai trazer [...] olhando cá pro nosso lado, quando a gente começa a trabalhar isso, com esse olhar pra natureza, você se aproxima mais de Deus. E quando se aproxima mais de Deus, o seu olhar naturalmente vai mudando no caminhar [...] e você vai enxergando fruto e prosperidade em tudo (Nilson, Espera Feliz, 21 de setembro de 2021).

Essa relação foi percebida por BOTELHO; CARDOSO; OTSUKI (2016), que consideram importante destacar as influências religiosas que motivam a prática da agroecologia em agricultores agroecológicos na Zona da Mata que passaram a praticar a agrofloresta e transformaram suas relações com a natureza e com Deus. “A natureza deixa de estar subordinada aos interesses humanos e passa a ser vista como uma entidade com características e intenções próprias” (BOTELHO; CARDOSO; OTSUKI, 2016, p. 124), o que possibilita o resgate dos saberes tradicionais e de “cuidar da terra com amor”.

Essa reconfiguração também nos remete à origem dos movimentos agroecológicos liderados pela Igreja Católica. Os agricultores agroecológicos agora veem sua propriedade como parte da natureza divina, e seu conhecimento e prática recém-articulados enfatizam a importância de cuidar dessa natureza com amor. Ao mesmo tempo, essa transformação relacional entre os agricultores e o meio ambiente emerge durante essa transformação (BOTELHO; CARDOSO; OTSUKI, 2016, p. 128).

Assim, um dos aspectos que motiva a participação no movimento agroecológico é poder “colocar em prática” os preceitos religiosos, que muitas vezes não são cumpridos por

quem está na Igreja. Além disso, a própria Igreja é vista de maneira crítica, no sentido de convidá-la a apoiar o movimento agroecológico, em uma tentativa de resgatar as CEB e o papel mais atuante da Igreja no apoio às lutas:

Porque eu falo por nós mesmos, a gente vê muitas pessoas, às vezes não falta uma missa, ou vai todo domingo, porque tem que ir lá, orar, rezar, pedir a Deus. Eu vejo assim, a gente vai na Igreja e tudo pra ter maior energia porque ali você vê todo mundo, os membros da Igreja, os moradores, tá todo mundo junto ali, dobra a energia. Mas [...] Deus não tá ali dentro do templo, Deus está no meio de nós, a todo momento, entendeu [...] então quando você tem essa capacidade de ver além disso, você se sente mais forte, mais fortalecida [...] se a Igreja começar a abrir o horizonte para essas questões, da agroecologia, das terapias que estão aí, do reiki [...] a Igreja tem um potencial muito grande se souber trabalhar [...] muita gente segue a regra dos padres [...] não adianta eu tá na Igreja, depois sair da Igreja e ficar falando do outro, já tá pecando (Solange, Espera Feliz, 21 e 22 de setembro de 2021).

Por fim, percebemos que a categoria resiliência nos parece útil para compreender como o movimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais vem conseguindo se adaptar ao contexto de dificuldades impostas, inclusive em meio à pandemia de Covid-19. Dentre as estratégias que foram utilizadas, vemos o fortalecimento da atuação em rede, aliado ao apoio parlamentar, que viabilizou ações emergenciais de apoio à agricultura familiar e à população em insegurança alimentar. Em alguns casos, a utilização de meios de comunicação remota e a entrega de cestas foi importante para viabilizar a continuidade das vendas no contexto de isolamento social e fechamento de feiras.

Percebemos que a resiliência também se constrói a partir da ampliação das conexões entre agroecologia e cultura, com valorização de saberes tradicionais associados ao cuidado da saúde e ao “amor à natureza”. Aspectos simbólicos associados a uma cosmovisão camponesa ajudam a compreender o que motiva as pessoas a fazerem parte do movimento, já que a agroecologia proporciona, além da produção de alimentos saudáveis, do cuidado da saúde e da natureza, uma aproximação com Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o movimento agroecológico na região da Zona da Mata podemos perceber que o CTA, criado no final dos anos 1980, foi fundamental para dar início a essa trajetória, tendo até hoje uma relevante atuação no apoio ao fortalecimento da agroecologia nessa região, marcada pela presença da agricultura familiar. Em seu momento inicial, o movimento se estruturou por meio de relações de parceria entre CTA, docentes e estudantes da UFV e os STRs recém-surgidos também na região, apoiados pelas CEBs, a partir do MOBON. Essas relações de parceria continuam sendo um aspecto fundamental na configuração do movimento na região.

Os primeiros anos dessa trajetória indicam que houve um esforço para que a agroecologia pudesse se transformar em um objetivo comum capaz de unir os diferentes atores do movimento. Do ponto de vista dos/as agricultores/as, percebe-se que a dimensão religiosa espiritual é um aspecto central para compreender a sua ligação com a agroecologia. Defender e praticar um estilo de agricultura sem a utilização de venenos, cuidar do meio ambiente e produzir alimentos saudáveis podem ser vistos como uma ação que conecta esses agricultores e essas agricultoras a Deus.

Ainda na dimensão espiritual, percebe-se no movimento uma valorização dos saberes tradicionais conectando a agroecologia aos povos e comunidades tradicionais, possibilitando resgatar elementos históricos da região e enaltecer a capacidade de resiliência desses povos. Assim, as questões étnicas e raciais passam também a se destacar nas articulações do movimento em sua trajetória mais recente, demonstrando que há uma relação histórica entre saberes indígenas e quilombolas e modos de agricultura sustentável.

Se considerarmos os aspectos mais simbólicos envolvidos na motivação das pessoas a participarem do movimento agroecológico, uma pergunta que fica é: existe participação expressiva de evangélicos no movimento? Pensar nas relações entre o envolvimento com a agroecologia e a fé professada parece ser interessante; é possível que existam semelhanças entre católicos e protestantes na forma como o sagrado se apresenta na cultura caipira, já que, como sugere RIBEIRO (2008), existe um protestantismo rural que manteve o caráter mágico-religioso.

Além da relação com os saberes tradicionais, o movimento agroecológico ampliou as suas relações com o conhecimento científico, por meio da atuação de instituições de ensino na região. Os diversos projetos que articulavam agroecologia, ensino, pesquisa e extensão, na

UFV e no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé, contribuíram para a ampliação das ações de apoio e capacitação na região.

No contexto de criação e fortalecimento de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, o movimento agroecológico contribuiu para a criação de encaixes institucionais que ampliaram a sua capacidade de atuação. Embora políticas públicas de apoio à agroecologia como a PEAPO/MG tenham avançado pouco em termos de implementação, esta favoreceu a divulgação da agroecologia no estado, tendo contribuído, por exemplo, para a sensibilização de parlamentares em relação à temática.

O surgimento do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata marca o reconhecimento da atuação do movimento agroecológico. Como um encaixe institucional recente e inovador, não podemos destacar as suas implicações, mas, a sua implementação, apesar de ter sido impactada pela pandemia de Covid-19, tem sido pensada sobretudo a partir da constituição do SPG Floriô.

Percebe-se que o debate em torno da produção e da certificação orgânica tem contribuído para dinamizar as atividades do movimento na região e inclusive resgatar a importância de uma articulação regional, já que a certificação poderá ampliar as possibilidades de comercialização dos produtos orgânicos produzidos pelos agricultores e agricultoras da região.

Analisando as relações entre agroecologia e produção orgânica, é possível perceber que os/as agricultores/as que estão mais avançados na produção orgânica são os que avançaram mais no processo de transição agroecológica, mas ainda a partir da substituição de insumos, que é uma das etapas iniciais do processo de transição. Para essas famílias, que já possuem produtos certificados e/ou próximos da certificação, percebe-se que há acesso a algum tipo de assistência técnica, como, por exemplo, no caso do grupo de café orgânico de Divino. Já para as famílias que ainda não avançaram na substituição de insumos, a produção orgânica, e conseqüentemente, a certificação, se encontram em um horizonte mais distante, ainda que, para alguns seja uma meta a ser alcançada a longo prazo.

Sendo assim, é possível perceber que existe certa tensão entre o que é ser agroecológico e o que é ser agroecológico e orgânico, o que evidencia diferentes caminhos e possibilidades para as famílias envolvidas no movimento agroecológico na região. Talvez, possamos nos questionar sobre quais são as etapas da transição que as famílias de fato almejam alcançar. Embora possa contribuir para fortalecer a agroecologia, especialmente do ponto de vista do aumento das possibilidades de comercialização e geração de renda, a agricultura orgânica e certificada pode não ser a meta de todos os envolvidos no movimento,

afinal, exige uma série de regras e um certo perfil de agricultores/as.

A produção de café continua presente de maneira muito forte na região, sendo uma importante fonte de renda para a agricultura familiar, devido à consolidada infraestrutura de apoio ao escoamento do produto, e às possibilidades de agregar valor ao café, optando pela produção orgânica com foco na exportação. Entretanto, raramente o café é plantado em monocultura, sendo o plantio “no meio do café” uma importante e histórica estratégia camponesa de aproveitamento da lavoura para produzir alimentos.

Apesar da importância do café, percebe-se uma valorização da produção de alimentos realizada pelas mulheres nos quintais, a qual se deu a partir das discussões sobre gênero e agroecologia e da busca pela ampliação da participação das mulheres no movimento. A produção diversificada presente nos quintais cultivados pelas mulheres também gera renda, mesmo que de maneira indireta, como as cadernetas agroecológicas vêm mostrando, o que tem sido fundamental para a manutenção das famílias e para avançar no processo de transição agroecológica.

A pandemia de Covid-19 mostrou que, apesar dos impactos na agricultura familiar agroecológica, a realização de ações emergenciais para distribuição de alimentos foi também uma oportunidade de divulgar a presença da agricultura familiar agroecológica na Zona da Mata. A utilização de plataformas de venda e comunicação por *whatsapp* também foram estratégias importantes para a adaptação das organizações na comercialização de cestas, no contexto de fechamento das feiras. O fortalecimento da atuação em rede, aliado ao apoio parlamentar tem sido fundamental para a resiliência do movimento não apenas no contexto da pandemia de Covid-19, mas no cenário mais amplo de desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar e agroecologia.

Considerando que a criação de encaixes institucionais foi e tem sido importante para garantir resiliência ao movimento, é preciso reconhecer, no entanto, que esses processos de institucionalização da agroecologia nem sempre conseguem traduzir as referências que animam as ações coletivas dos atores que compõem o movimento. As lacunas e limites que as políticas públicas não conseguiram e talvez não consigam superar seguem sendo objeto de demandas, permitindo assim orientar as dinâmicas do movimento agroecológico na Zona da Mata.

Diferentes aspectos podem motivar o conjunto de atores que compõem o movimento na região e que atua ao mesmo tempo como promotor e objeto da institucionalização da agroecologia: a perspectiva científica que contribui para legitimar a agroecologia nas instituições de ensino, a relação entre agroecologia, fé e espiritualidade, o cuidado com a

saúde e com a natureza.

Podemos utilizar duas analogias para entender algumas características desse movimento. Existem espécies pioneiras, que possuem maior capacidade para se adaptar a condições ambientais adversas, conseguindo se desenvolver até mesmo em locais considerados inóspitos, com pouca água e nutrientes. Essas espécies, frequentemente utilizadas na recuperação de ambientes degradados, pois são mais resistentes a condições adversas, podem produzir grande quantidade de sementes e com alto poder de dispersão, propiciando melhoria das condições locais para o surgimento de espécies mais exigentes.

Tal como atuam espécies pioneiras, o movimento agroecológico na Zona da Mata consegue se adaptar às condições adversas que o ambiente sociopolítico pode gerar, e sua atuação vem possibilitando melhorar as condições de vida das famílias envolvidas, além de gerar processos que contribuem para a sua expansão. Suas sementes, ora na forma de encaixes institucionais ora em ações que não chegam a constituir encaixes, estão sendo lançadas e muitas vezes atingem locais muito além da Zona da Mata.

A outra analogia que empregamos refere-se à imagem da estrada sugerida por COMERFORD (2003), ao abordar as narrativas sobre a constituição dos STR ligados às CEBs na região, associada a perigos, precariedade, mas também “à ideia de *missão* no seu sentido religioso e cristianizador mas também militante” (COMERFORD, 2003, p. 263). O movimento agroecológico na Zona da Mata segue a caminhada, às vezes, em ritmo mais lento, a pé, a cavalo ou de bicicleta, buscando superar as dificuldades que surgem, mas que não desanimam quem caminha.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; BÜLLOW, M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNFtHTjZvHmJfVsN6tTQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ABRAMOVAY, R. A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 159-77, nov./dez. 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6354>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ADGER, W. N. Social and ecological resilience: are they related? **Progress in Human Geography**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 347-364, set. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1191/030913200701540465>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/citedby/10.1191/030913200701540465>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ALBUQUERQUE, M. C. C. **Quatro séculos de história econômica brasileira**. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1977.

ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 29-40, jul./dez. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22126>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22126>. Acesso em: 1º ago. 2022.

ALTIERI, M. A. Construyendo resiliencia socio-ecológica en agroecosistemas: algunas consideraciones conceptuales y metodológicas. In: ESTRADA, C. I. N.; OSORIO, L. A. R.; ALTIERI, M. Á (ed.). **Agroecología y resiliencia socioecológica: adaptándose al cambio climático**. Medellín, Colombia: Red Iberoamericana de Agroecología para el Desarrollo de Sistemas Agrícolas Resilientes al Cambio Climático (REDAGRES), 2013. p. 94-104. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1310755/>. Acesso em: 1º ago. 2022.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. L. **Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México: Programa de Las Naciones Unidas para El Medio Ambiente, 2000. p. 13-43. (Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental). Disponível em: <http://www.agro.unc.edu.ar/~biblio/AGROECOLOGIA2%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2022.

ARAÚJO, F. S. M. **Incidência da descontinuidade administrativa na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Políticas Públicas Agropecuárias) — Escola Nacional de Administração Pública. Brasília: ENAP, 2020. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6186>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ARL, V. **Certificação**: uma ofensiva capitalista ou a identidade de um processo. Texto escrito para a Jornada de Agroecologia. 2010.

BARRANCO, C. Trabajo social, calidad de vida y estrategias resilientes. **Portularia: Revista de Trabajo Social**, Huelva, v. 9, n. 2, p. 133-145, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=161013165009>. acesso em: 25 ago. 2022.

BEBBINGTON, A. J.; HICKEY, S.; MITLIN, D. **Can NGOs Make a Difference? The Challenge of Development Alternatives**. Londres e Nova York: Zed Books, 2008.

BÉNÉ, C. et al. **Resilience**: New Utopia or New Tyranny? Reflection about the Potentials and Limits of the Concept of Resilience in Relation to Vulnerability Reduction Programmes. IDS Working Papers, 2012: 1-61. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/action/showCitFormats?doi=10.1111%2Fj.2040-0209.2012.00405.x>. Acesso em: 25 de março de 2020.

BOSA, J. A.; ROVER, O. J. Desafios e aprendizados para a transição agroecológica do café orgânico: o caso da agricultura familiar do Leste de Minas Gerais. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 58, p. 404-425, jul./dez. 2021.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 6. p. 11-28. jul./dez. 2002. Editora UFPR.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos**: sistemas participativos de garantia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2008.

BUSCHBACHER. R. **A Teoria da Resiliência e os Sistemas Socioecológicos**: como se preparar para um futuro imprevisível? Boletim regional, urbano e ambiental, 09, jan. - Jun. 2014, p. 11-24.

CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos** 15(2): 291-306. Maio/Ago. 1985.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia**: Alguns Conceitos e Princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, P. A. S.; MATOS, R. E. S. **A Heterogeneidade Interna da Mata**: do pioneirismo estadual à estagnação intra-regional. In: XIII Seminário sobre a Economia Mineira, 2008, Diamantina. Seminário sobre a Economia Mineira, 2008.

CARRARA, A. A. **Estruturas agrárias e capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. *Série Estudos*, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999.

CARVALHO et. al., 2005. **Sistematização das Experiências com Sistemas Agroflorestais do CTA/ZM**. Relatório Final. Viçosa, janeiro de 2005.

CINTRÃO, R. P. **Ongs, Tecnologias Alternativas e Representação Política do Campesinato. Uma análise da relação entre o Centro de Tecnologia Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira**. Serópedica, Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado. Pós graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CORADIN, C. ; SOUZA, R. S. **Agroecologia por contrato de ATER, é possível?** In: III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, 2015, Curitiba. III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2015. v. 1. p. 1-15.

COSTA, B. L.; SILVA, M. G.; COSTA, M. N. C. Agroecologia e economia solidária: a experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-UFV/MG. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Vol 10, Nº 3 de 2015.

CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; PAULA, J. A. História Econômica e Regionalização: Contribuição a um Desafio Teórico-Metodológico. **Estudos econômicos, São Paulo**, v. 38, n. 3, p. 493-524, JULHO-SETEMBRO 2008.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela Editorial, 2004.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements**. An introduction. Oxford: Blackwell Publishing, p. 114- 134, 2006 (2ª. ed).

DIANI, M.; BISON, I. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, p. 219-250, janeiro-julho 2010.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, n.2, p.11-21, 2007.

EHLERS, E. **Agricultura alternativa: uma visão histórica**. **Estudos econômicos, São Paulo**, v. 24, n. especial, p. 231-262, 1994.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar camponesa: estratégias de reprodução socioeconômica e a contribuição da agroecologia**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: [s.n.], 2010.

FREIRE, J; ANDRADE, V. F. S. Produção de alimentos, cafeicultura e escravidão na Zona da Mata mineira, século XIX. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 134-157, jan./jun. 2019.

FORTINI, R. M. Caracterização de Minas Gerais e da agricultura familiar presente neste estado. In: **Um novo retrato da agricultura familiar do estado de Minas Gerais** [recurso eletrônico]: a partir dos dados do censo agropecuário 2017. FORTINI, R. M; coordenador BRAGA, M. J. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2021, p. 11-34.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Núcleo de Indicadores Sociais. Informativo FJP nº01/2019. **Divisão Regional de Minas Gerais**. 2019. Disponível em: www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=56300&codUsuario=0 Acesso em: 08 de julho de 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estudo sobre regionalização do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: [19--]. 38 p. Biblioteca: FJP - Fundação João Pinheiro. Disponível em: www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=73143&codUsuario=0. Acesso em: 07 de julho de 2020.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **R. História**, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.223, de 26 de julho de 2017**. Cria o Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersectorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Lei nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014**. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO – e dá outras providências. Minas Gerais, Diário do Executivo, de 15 de janeiro de 2014, pp.2.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Lei nº 23.207, de 27 de dezembro de 2018**. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-51.

IBARRA, P. et al. Los nuevos movimientos sociales. El estado de la cuestión. In: IBARRA, P.; MARTÍ, S.; GOMÀN, S. **Creadores de la Democracia Radical. Movimientos Sociales y Redes de Políticas Públicas**. Barcelona: Icaria, 2002. p. 23-55.

INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Aldo Melillo, Elbio. S. Ojeda (Org.). Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 23-38.

KINGDON, J. W. **Como chega a hora de uma ideia?** In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, v. 1, 2006. p. 219-225.

KNABBEN, V. M. **Ana Maria Primavesi: histórias de vida e agroecologia**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LANNA, A. L. D. O café e o trabalho “livre” em Minas Gerais – 1870/1920. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 6 n°12, pp 73-88, mar/ago, 1986.

LIMA, L. D.; PEREIRA, A. M. M.; MACHADO, C. V. Crise, condicionantes e desafios de coordenação do Estado federativo brasileiro no contexto da COVID-19. **Cad. Saúde Pública** 2020; 36(7):e00185220, p. 1-6.

LINDOSO, D. P. Vulnerabilidade e Resiliência: potenciais, convergências e limitações na pesquisa interdisciplinar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XX, n. 4, out.-dez. 2017, p. 131-148.

LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. T. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: WELCH, C. A. et al. (org). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 117-133.

LOPES, A. S et. al. As ações do Ecoa na construção da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.

LUZZI, N. **O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir dos EBAA e da experiência do PTA/ FASE**. In: Anais do 32° Encontro da Anpocs, 2008, Caxambu.

MALUF, R. S. **O Consea na construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. In: IN: SILVA, J. G. D. F. Z. A. E. B. J. G. D. S.; GROSSI, M. E. D.; (ORG), C. G. D. F. Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010. p. 265-287.

MATTOS, L. M. Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. **Análise**, v. 32/33, p. 1-43, 2017.

McADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge University Press, p. 305-347. 2001.

McADAM, D; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p.11-48, 2009.

MELUCCI, A. **A Invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES, F. A participação social no Fome Zero: a experiência do Consea. In: SILVA, J. G. D.; GROSSI, M. E. D.; (ORGS), C. G. D. F. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010. p. 247-264.

NAVES, F.; ROMANO, J. Significados de luta: um olhar sobre a “conquista de terras” na Zona da Mata de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. v. 13, n. n. 1, p. p. 11-21, 2011.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília: [s.n.], 2009.

OLIVEIRA, I. P.; OLIVEIRA, L. C.; MOURA, C. S. F. T. Cultura do Café: histórico, classificação e fases de crescimento. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 5, n. 4, Agosto 2012, p. 17-32.

OLIVEIRA, R. B. O devassamento dos Sertões do Rio Doce e Zona da Mata: resistência e associação dos povos indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista Ñanduty**. Vol. 1 - N. 1. julho a dezembro de 2012, p. 46-69.

OLIVEIRA, S. Política e resiliência – apaziguamentos distendidos. **Ecopolítica**, 4, 2012, p. 105-129.

PETERSEN, P.; KESSLER, F.; CAPORAL, F.R. A construção de uma Ciência a serviço do Camponato. In: PETERSEN, P. (Org). **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Org: Paulo Petersen. Rio de Janeiro. AS-PTA. 2009, p. 85-104.

PICOLOTTO, E. L. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. Supl. 1, p. 63-84, 2014.

REDE PENSSAN. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Março de 2021.

RESENDE, C. A. D. S.; SILVA, I. D. O. **Poder Legislativo e Sociedade Civil: o papel da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na ampliação da esfera pública**. Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão e da Semana de Ciências Sociais da UEMG/Barbacena, Barbacena, 2014. 86-101.

RIBEIRO, M. G. M. Caubóis e Caipiras. Os *land grant colleges* e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **Revista História da Educação** [em línea]. 2006, 10 (19), p. 105-120. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627123007>. Acesso em: 24 de março de 2020.

RIBEIRO, L. M. P. Mapeamento do Protestantismo Rural no Lençol de Cultura Caipira Brasileiro. **CADERNOS CERU**, série 2, v. 19, n. 2, dezembro de 2008, p. 113-128.

SAMBUICHI, R. H. R, et. al. **Análise da Construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão v. 2305, 2017.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, vol.21, no.54, Salvador, set./dez. 2008.

SCHMITT, C, J. A transformação das “ideias agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, Vol. 15, Edição Especial, p. 16-48, Florianópolis, 2016.

SCHMITT, C. J. et. al. **Agroecologia, políticas públicas e transições sociotécnicas: ampliação de escala de redes voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica**. Relatório de pesquisa CNPQ. Fevereiro de 2016.

SCHMITT, C. J. et. al. Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 312-338, jun. 2020.

SILVA, F. V.; BORGES, V. L. A. A origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e os pilares do saber esaviano (1920-1929). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.29, mar de 2008, p.169-197.

SILVA, R. O.; GEMIM, B. S.; SILVA, J. C. B. V. Transição agroecológica no Rural Brasileiro: a complexidade de quatro experiências práticas. **Revista GeoPantanal**. UFMS/AGB. Corumbá/MS. jan./jun. 2020. N. 28, p.93-110.

SNOW, D.; BENFORD, R. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **American Review of Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000.

SOUZA, L. M. **Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA, N. A. et. al. Os Núcleos de Agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; AVILA, M. L. de; SPINOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. da (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017, p. 403-431. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8817/1/Os%20N%C3%BAcleos.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2020.

SOUZA, R. P.; BATISTA, A. P.; CÉSAR, A. S. As tendências da Certificação de Orgânicos no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 1, p. 95-117, fev. 2019.

STEPHAN, I; SOARES, J.; RIBEIRO, I. Guido Thomaz Marlière, o "semeador" de cidades na Zona de Mata Mineira. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 16, p. 50-60, 1 jul. 2012.

TARROW, S. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 139-158.

TORRES, K. R. I.; PASSOS, M. Certificação na prática: A Rede Ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M (Org). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 363-387.

TEIXEIRA, H. M. et. al. Understanding Farm Diversity to Promote Agroecological Transitions. **Sustainability** 2018, 10, 4337; doi:10.3390/su10124337.

VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, C. A. et al. (org). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 89-96.

VILELA, G. F; et. al. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Documentos Embrapa Territorial, 127. Campinas: Embrapa Territorial, 2019. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1108738/1/5058.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2020.

WANDERLEY, M. N. B. O Camponato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WEZEL, A. et. al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

ZANELLI, F. V.; SILVA, L. H. Intercâmbios agroecológicos: processos e práticas de construção da agroecologia e da educação do campo na zona da mata mineira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p. 638-657, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n2p638>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Materiais consultados

EMATER-MG. Relatório de atividades, 2018.

UFV. Cadernetas agroecológicas: um instrumento político-pedagógico. Cartilha. Viçosa, 2018.

ANEXO I

Lista de alimentos comercializados pela Rede Raízes da Mata

Hortaliças	Plantas Alimentícias Tradicionais	Temperos e medicinais	Legumes e raízes	Frutas	Empório Rede Raízes da Mata	Outros
Alface americana	Peixinho da Horta	Alho cabeça 200gr	Abóbora paulistana	Banana prata	Açúcar mascavo 1kg	Laticínios agroecológicos (queijo meia cura, muçarela de Búfala, manteiga de vaca 250g, doce de leite 250gr)
Almeirão chicória	Serralha	Alho poró	Abobrinha paulistana	Banana marmelo (para fritar)	Argila Dourada 250g	Pães com farinha convencional, sem ingredientes de origem animal
Azedinha	Taioba	Açafrão 100gr	Berinjela	Banana vinagre	Arroz Integral - Pacote a vácuo 1kg	Pratos congelados vegetarianos e veganos (cozinha artesanal, ingredientes orgânicos)
Couve	Vinagreira	Capim limão	Cenoura molho	Manga Tommy	Café em pó 500gr e 250gr (diferentes torras e marcas)	Bolos caseiros, aprox.500g (cozinha artesanal, ingredientes orgânicos,)
		Cebolinha	Cenoura	Manga Ubá	Canjiquinha 1kg	
		Hortelã	Chuchu	Figo verde	Chutney de manga 250gr	
		Louro molho	Quiabo	Cana descascada (300gr)	Mangada sem açúcar barra de 500gr	
		Pimenta Biquinho 200gr	Mandioca Branca descascada	Pera D'água	Molho de tomate orgânico	

					585g	
		Pimenta Cambuci 200gr	Mandioca Amarela descascada	Carambola	Pesto 150 gr (manjericão, hortelã)	
		Salsinha	Tomate	Límao Taiti	Feijão preto 1kg	
		Manjericão	Pepino 500gr		Fubá de milho crioulo 1kg	
		Menta			Geleia de Morango orgânica 400 gr	
					Linhaça Dourada orgânica 250g	
					Tempero Alho orgânico (Tradicional, Alho ou Alho e Ervas) 200g	
					Pimenta do Reino 50g	
					Sal Marinho 1kg	
					Suco de Uva orgânico 1,5l e 1l (Niágara)	
					Húmus de ervilha salsa e missô 250g	
					Vinagre de maçã orgânico 750ml	

ANEXO II

CrITÉrios para ser agroecolÓgico/a

1. Agroecologia é vida e deve-se respeitar todas as formas de vida.
2. Perceber e fortalecer o espírito através da natureza.
3. Não colocar fogo.
4. Recuperar e proteger nascentes.
5. Cuidar do solo. Deixar o solo coberto para evitar erosão. Inclusive na pastagem.
6. Respeito mútuo. Respeito à esposa, ao esposo e aos filhos pelos membros da família.
7. Não usar agrotóxico (herbicida, fungicida, inseticida, etc). Aceita-se o uso de formicida.
8. Procurar alternativas para uso de produtos não tóxicos para os problemas dos animais (vermes, bernes, carrapatos, mastite e outras coisas).
9. Diversidade de plantas. Deve-se ter diversidade de plantas na propriedade, no cafezal, na pastagem e no quintal. Deve-se ter árvores frutíferas e não frutíferas, horta e plantas medicinais na propriedade.
10. Cuidar das árvores. Mais do que plantar, deve-se procurar deixar as árvores crescerem naturalmente, onde elas saíram.
11. Rotação de cultura. Deve-se procurar fazer rotação de cultura.
12. Se possível, deixar a terra descansar um pouco.
13. Valorizar a participação de todos os membros da família nas atividades agroecológicas.
14. Participação de todos da família na renda da propriedade.
15. Cuidar dos animais domésticos e silvestres com carinho. Procurar formas de aumentar os animais silvestres.
16. Ter um número de animais nas pastagens que não as degradem.

17. Não deixar a água escorrer na propriedade, inclusive nas estradas.
18. Cuidar do lixo na propriedade.
19. Cuidar dos dejetos humanos e dos animais na propriedade, inclusive nas estradas.
20. Usar e preservar sementes crioulas.
21. Não usar sementes transgênicas.
22. Participação nas organizações (sindicatos, associações, cooperativas, etc).
23. Contribuir para a distribuição justa da terra. Participar da conquista de terras ou promover outras

ANEXO III

Tabela contendo algumas informações sobre as pessoas que foram entrevistadas durante a pesquisa.

Nome	Município	Organização⁹³
Adriana	Muriaé	COOPAF
Beth	Viçosa	CTA, GT Mulheres da ANA
Breno	Viçosa	CTA
Carlinhos	Muriaé	COOPAF
Edmar	Belo Horizonte	EMATER/MG ⁹⁴
Ferrari	Viçosa	UFV, ECOA, CTA
Gabriel	Viçosa	CTA
Geninho	Viçosa	Rede Raízes da Mata, UFRV
Gilberto	Divino	COOPFAM, Pólo Agroecológico
Gilvânia	Divino	COOPFAM, Pólo Agroecológico
Irene	Viçosa	UFV, ECOA, CTA
João D'Angelis D'Angelis	Belo Horizonte	EMATER/MG ⁹⁵
Juliana	Muriaé	IF Sudeste Minas, NUAP
Liliam	Viçosa	GT Mulheres da ANA, Marcha Mundial das Mulheres
Lorena	Belo Horizonte	REDE
Luís Sérgio	Espera Feliz	TERAVIDA, COOFELIZ
Marcos	Belo Horizonte	REDE
Milce	Muriaé	COOPAF
Nilson	Espera Feliz	COOPFAM, Pólo Agroecológico, COOFELIZ
Nina	Viçosa	Rede Raízes da Mata
Regina	Barão de Monte Alto	COOPAF
Sandra	Espera Feliz	TERAVIDA, COOFELIZ,
Solange	Espera Feliz	COOPFAM, Pólo Agroecológico, COOFELIZ
Valdinéia	Muriaé	COOPAF

93 Não é raro que muitas pessoas participem de diversas organizações. Optamos por constar aqui as que consideramos as principais, com base nos temas trabalhados ao longo da tese.

94 À época da realização da entrevista.

95 À época da realização da entrevista.